

CAPÍTULO 7
O APOIO ÀS FORÇAS MODERADAS POLÍTICO-MILITARES
(AGOSTO – 25 DE NOVEMBRO DE 1975)

1.A Conferência de Helsínquia

A 1 de Agosto de 1975 os principais líderes dos dois blocos político-militares da “guerra fria” encontraram-se em Helsínquia para a assinatura da Acta Final da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE). A ocasião foi aproveitada pelos aliados ocidentais para, entre outros assuntos, discutirem a revolução portuguesa e tentarem forçar uma mudança no processo político de Lisboa, acção em que se destacaram especialmente os Estados oeste-europeus através de uma tripla pressão: sobre os EUA, procurando alterar a sua linha dura para Portugal; sobre a URSS, dada a dependência do PCP em relação ao seu financiamento e apoio político; sobre Costa Gomes, a quem competia determinar a composição do Governo Provisório.

Na realidade, a oportunidade oferecida pelo encontro na capital finlandesa foi aproveitada pelos membros da Aliança Atlântica para encetarem um conjunto de contactos bilaterais de molde a esbaterem as suas divergências e aproximarem as estratégias para Lisboa. A primeira das muitas reuniões mantidas no contexto da CSCE ocorreu a 27 de Julho, em Bona, entre Ford, Kissinger, Schmidt e Genscher, tendo os dirigentes da RFA se esforçado por contrariar o pessimismo ainda dominante em Washington. Confrontado com as preocupações do Secretário de Estado norte-americano sobre as mais recentes notícias relativas à constituição de um Directório composto por Costa Gomes, Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho e sobre a possibilidade deste último vencer a luta pelo poder, o Chanceler alemão defendeu que «a situação em Portugal ainda não era clara», estando todas as opções em aberto, inclusive «uma reacção por parte da direita» uma vez que era previsível um «descontentamento com a situação económica»; para Schmidt, não só o Presidente da República português era um factor de esperança pois era «o mais moderado» e um «bravo socialista», como o PCP dependia totalmente da URSS que não estava «disponível» para suportar os elevados custos económicos da revolução. Tudo somado, para o dirigente alemão a situação portuguesa não era ainda «um caso desesperado» e mesmo a realidade italiana era «mais séria», devendo o ocidente agir em cooperação,

apesar de existirem divergências mesmo entre os europeus com os franceses mais próximos do cepticismo dos Estados Unidos.¹

Já em Helsínquia sucederam-se os contactos bilaterais entre as delegações dos EUA e da Europa Ocidental. A 30 de Julho, Ford e Kissinger encontraram-se com Harold Wilson e James Callaghan, tendo o Primeiro-Ministro britânico transmitido que, após um encontro da Comunidade Europeia sobre a situação portuguesa, tinham decidido que ele próprio e o Presidente francês «iam falar com Brejnev» para o forçar a travar qualquer tentação de influenciar o curso dos acontecimentos em Portugal. A reacção dos dirigentes americanos a esta informação não podia ser mais cautelosa: «Kissinger: - Mas não devemos fazer um ultimato. A situação não é controlada pela Rússia; Gerald Ford: - A situação em Portugal é o resultado da nossa própria indecisão; Kissinger: - E das condições internas». Mas o Reino Unido estava apostado em influenciar a evolução do processo político português e em convencer Washington a juntar-se a esse esforço; segundo Callaghan o seu país tinha «algumas vantagens negociais» e ia apoiar as forças “democráticas”, especialmente o PS, estando já agendada para a semana seguinte uma reunião da Internacional Socialista com Mário Soares, uma ideia de Olof Palme que queria «ajudar Soares». Indo ainda mais longe, os líderes britânicos procuram convencer os seus homólogos do outro lado do Atlântico para se juntarem ao esforço de apoio aos “moderados” portugueses, sugerindo mesmo que se realizasse uma sessão especial dos aliados em Camp David para discutir não só a revolução em Portugal, como toda a situação na Europa do Sul».²

Nesse mesmo dia, Henry Kissinger encontrou-se com Olof Palme que se mostrou especialmente empenhado em apoiar os socialistas portugueses, bem como o Governo Provisório. Para o Primeiro-Ministro sueco, a situação em Lisboa podia evoluir para dois extremos: ou uma repetição de Praga, em 1948, ou um golpe de direita à semelhança do Chile, sendo a segunda hipótese mesmo a mais provável pois «os russos não estavam preparados para pagar o preço económico de uma “Praga”». Independentemente disso, era certo que a revolução não estava ainda «resolvida» pelo que importava apoiar o País e muito especialmente o PS, o que, de resto, já estava a acontecer no caso da Suécia; afirmou Palme: - «A nossa política é manter relações com os socialistas. É uma política de longo prazo. Desde o início dos anos 1960 que lhes

¹«Memorandum of Conversation», July 27, 1975, GFL, NSA, Caixa 11. Sobre as divergências entre os europeus e a posição francesa afirmou Schmidt: - «Giscard pensa o mesmo que vocês relativamente a Portugal – é mais pessimista que o resto de nós»

²«Memorandum of Conversation», July 30, 1975, GFL, NSA, Caixa 12

temos providenciado alguma ajuda financeira. Desenvolvemos alguns apoios ao nível das estruturas de base pois eles são um simples grupo e não sabem muito de organização política elementar. Eles e o PPD são representativos do povo português e são os únicos capazes de dar estabilidade. (...) Mantivemos as nossas relações com o presente Governo e temos tido o cuidado de não cortar o pequeno apoio que temos vindo a dar». O Primeiro-Ministro transmitiu ainda ao Secretário de Estado que o seu governo tinha mesmo elaborado já um projecto de ajuda técnica a Lisboa, ainda que modesto, estando apenas a aguardar a sua aprovação pelo Parlamento para que fosse disponibilizado e isto por acreditar que «apesar de terem estado 50 anos sob um regime autoritário, apesar de haver muita gente iliterada, havia uma grande vontade de participação, um desejo de expressar opinião, o que indiciava a existência de uma hipótese de transição para a democracia».³

A 1 de Agosto foi a vez dos líderes dos Estados Unidos se encontrarem com Aldo Moro que, tal como havia acontecido com os seus colegas alemães, britânicos e suecos, se empenhou em convencer Washington que o processo político português podia acabar bem, podendo o Ocidente contribuir para esse desfecho favorável aos seus interesses através do apoio aos “moderados”, especialmente ao PS. Para o Primeiro-Ministro italiano «Soares podia ajudar», pois era «muito corajoso e popular», tinha mesmo «alguma tendência para as mesmas ideias dos cristãos-democratas» e era «uma personalidade segura para todos os que tinham laços fortes com o Ocidente e a Aliança Atlântica»; por tudo isso, os aliados deviam «encontrar-se com ele». Já Gerald Ford aproveitou este encontro para transmitir um recado claro aos italianos sobre as consequências de um acordo de governo com os comunistas; de forma dura, começou logo por afirmar que «os Estados Unidos não viam como era possível tolerar um governo marxista no seio da NATO». No caso concreto de Portugal, ele considerava o rumo dos acontecimentos «muito preocupante» e pensava que «o novo executivo dos três homens» [Costa Gomes, Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho] ia ser muito perigoso» pois, «dadas as inclinações de esquerda dessas pessoas, o mais certo era acabar por existir um Governo comunista» e tal situação era «completamente inaceitável se permanecessem na NATO».⁴

O mesmo tom duro foi mantido durante a conversa com o Primeiro-Ministro e o ministro dos Negócios Estrangeiros de Espanha. Arias Navarro e Cortina alinharam por

³«Memorandum of Conversation», July 30, 1975, GFL, NSA, Caixa 12

⁴«Memorandum of Conversation», August 1, 1975, GFL, NSA, Caixa 12

uma visão pessimista acerca do futuro de Portugal, afastando-se assim dos seus colegas europeus. Sintomaticamente, a questão das bases militares americanas em território espanhol dominou o diálogo com Gerald Ford a afirmar que a sua «importância aumentava com a situação em Portugal» que era «um desastre». Para Arias Navarro, a realidade em Lisboa estava mesmo «a piorar» e nem Costa Gomes, com quem tinha conversado recentemente, era «capaz de trazer estabilidade» pois «a situação económica era terrível»; neste sentido, a Espanha constituía-se como «o guardião da Europa».⁵

Esta pressão dos principais dirigentes da Europa Ocidental sobre o Presidente e o Secretário de Estado norte-americanos não foi suficiente no imediato para converter os segundos à visão europeia para a revolução portuguesa; porém, não só contribuiu para moderar a sua atitude em Helsínquia, como se constituiu num dos factores responsáveis pela mudança de política do Departamento de Estado a curto prazo. A acção de Helmut Schmidt, Harold Wilson e James Callaghan, Olof Palme e Aldo Moro levou desde logo a um desenvolvimento importante, como seja, a decisão de Kissinger de transmitir publicamente um aviso à URSS ainda na capital finlandesa, mesmo que num tom muito cauteloso; o responsável máximo pela política externa de Washington afirmou na conferência de imprensa realizada a 31 de Julho que «uma actividade substancial levada a cabo por um país estrangeiro em Portugal será considerada inconsistente com o espírito, e mesmo a letra, da declaração da Conferência sobre a Segurança e a Cooperação Europeia», mas acrescentou logo em seguida: «Devemos ter presente que a *détente* não pode ser usada como um meio para pedir à União Soviética que trate de todos os nossos problemas e uma análise correcta da situação portuguesa deve enfatizar que a maioria dos problemas em Portugal têm origens internas, enquanto outros tem que ver com os países ocidentais».⁶

Os Estados oeste-europeus destacaram-se também na pressão que exerceram sobre a URSS no contexto da CSCE, chegando ao ponto de ameaçarem inviabilizar a realização da conferência caso aquela continuasse a intervir em Portugal, concretamente se não cessasse o apoio ao PCP.

A acção europeia junto do Kremlin começou mesmo antes do encontro na capital da Finlândia. Logo em Fevereiro de 1975, James Callaghan deslocou-se a

⁵«Memorandum of Conversation», August 1, 1975, GFL, NSA, Caixa 12

⁶*Department of State Bulletin*, Vol. LXXII, nº1874, July-September, 1975, p.316

Moscovo para pedir «veementemente» ao Primeiro-Ministro Alexei Kossiguine que «usasse a sua inegável influência para “travar” o Partido Comunista»; e num recado claro ao seu interlocutor, o ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido lembrou que era «do interesse soviético manter a *détente*» e «realizar a próxima Conferência de Helsínquia», realidades que podiam «ficar goradas caso ocorresse um golpe de Estado comunista em Portugal conduzido contra o querer do povo».⁷

Pouco tempo depois, Helmut Schmidt e Willy Brandt tiveram uma conversa de igual teor com Brejnev, dizendo-lhe de modo directo que Portugal estava «dentro da esfera de influência alemã», era «um país membro da NATO» e a Aliança Atlântica «não toleraria» um regime comunista em Lisboa. Brandt foi «bastante duro» com o dirigente soviético, tendo sublinhado que Bona «tinha provas dos esforços do PCP para tomar o poder e que o SPD ia fazer tudo para evitar uma subversão da democracia»; e concluiu de modo sintomático: - «não necessitamos dos americanos, resolveremos os nossos problemas».⁸

Mas foi nas vésperas da reunião de Helsínquia que a pressão dos oeste-europeus sobre a URSS atingiu o seu ponto máximo. Primeiro, com os dirigentes da Internacional Socialista a ameaçarem não participar no encontro caso aquela apoiasse uma tomada do poder por parte de Álvaro Cunhal. Depois, com Schmidt, Brandt, Wilson, Callaghan e mesmo Giscard D'Estaing a discutirem Lisboa directamente com Brejnev e a transmitirem-lhe que o envolvimento em Portugal era incompatível com a *détente* e a CSCE.

A respeito das ameaças dos dirigentes da IS, Mário Soares afirmou que «todos o fizeram» e de «uma maneira formal e categórica»; e concretizou: «os que estavam no Governo: James Callaghan, Helmut Schmidt, Olof Palme, Bruno Kreisky e outros. E os que estavam na oposição, como François Mitterrand». Ainda segundo o líder do PS, «os apoios internacionais ajudaram a neutralizar a URSS, quando se convenceu que o PCP não conseguiria nunca chegar ao poder por via pacífica...».⁹

Harold Wilson, por exemplo, abordou a questão portuguesa durante o seu encontro com Brejnev e referiu-se a Portugal como «um teste prático à *détente* na

⁷Cit em Juliet Antunes Sablosky, *O PS e a Transição para a Democracia...*, ob. cit., pp.362-63

⁸*Idem*, p.82

⁹M.J.Avillez, *Soares...*, ob. cit., p.478

Europa».¹⁰ Mas não foram só os elementos da Internacional Socialista a transmitirem recados a Moscovo; também Giscard D'Estaing aproveitou o seu encontro com o responsável máximo pela União Soviética para lhe «referir a crescente preocupação da França com os desenvolvimentos portugueses», avisando-o ainda que aqueles «não podiam ajudar, mas antes ensombrar, a CSCE e o processo da *détente*».¹¹

Importa sublinhar que, ao contrário dos aliados europeus, os norte-americanos optaram por uma abordagem mais discreta aos soviéticos, evitando referir especificamente o caso português. Apesar de não existir uma descrição do diálogo ocorrido a 1 de Agosto entre Ford e Brejnev, os registos disponíveis apontam para que a questão de Portugal não tenha sido «abordada directamente nas conversações», embora estivesse «presente nas considerações gerais sobre os princípios que cada lado devia cumprir».¹²

Não obstante ser ainda difícil perceber o impacto da Conferência de Helsínquia na política da URSS para Portugal, sobretudo porque os arquivos soviéticos sobre o assunto ainda não se encontram disponíveis, começam a surgir trabalhos que apontam para, no mínimo, uma moderação da posição do Kremlin face a revolução portuguesa na sequência das pressões europeias. Uma destas investigações foi desenvolvida por Tilo Wagner a partir dos arquivos da RDA e aponta para que Brejnev não estava disposto a abdicar da CSCE e da *détente* em troca de uma revolução comunista em Lisboa. Segundo um importante documento citado pelo autor, em resposta a um apelo do Chefe de Estado da República Democrática Alemã, Erich Honecker, para um apoio às forças progressistas portuguesas «por todos os meios possíveis», o líder máximo de Moscovo advertiu: «é mais importante abandonar qualquer actividade política em Portugal que possa pôr em risco a Conferência dos Estados europeus». E, ainda segundo Wagner, «seis semanas antes da Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa», Brejnev «tornou claro que Moscovo não pretendia desistir da consumação da sua estratégia de *détente* por uma mão-cheia de comunistas portugueses ansiosos» e «exigiu a retirada do SED para evitar tensões com a Europa Ocidental e os EUA».¹³

No mesmo sentido vão os testemunhos actualmente conhecidos, como por exemplo o de James Callaghan para quem houve uma «melhoria na situação portuguesa

¹⁰Cit em Juliet Antunes Sablosky, *O PS e a Transição para a Democracia...*, ob. cit., p.83

¹¹«Paris, 19743, July 30, 1975», GFL, PCF, Caixa 11

¹²Tad Szulc, «Lisbon & Washington...», ob. cit. p.59

¹³Tilo Wagner, «Portugal e a RDA...», ob. cit., p.86. O Partido Socialista Unido (SED) era o Partido Comunista da RDA

após a realização da Conferência de Helsínquia» uma vez que «os soviéticos deram claramente maior prioridade ao acordo da CSCE do que à ajuda aos comunistas portugueses». ¹⁴ Já Costa Gomes recordou posteriormente o seu encontro com Brejnev na capital finlandesa nos seguintes termos: «(...)ele disse-me claramente que não pensássemos em mudar de regime, porque nem a nossa situação geográfica, nem a nossa posição na NATO, nem o pensamento católico do povo português o permitiam». ¹⁵

A última pressão crucial levada a cabo pela Europa Ocidental na Finlândia foi sobre Costa Gomes, a quem competia remodelar o Governo Provisório depois de ouvido o Conselho da Revolução. O próprio ex-Presidente da República confessou posteriormente numa entrevista à revista *História* ter sofrido «pressões externas», sobretudo por parte da RFA e do Reino Unido: «Foram o Sr. Harold Wilson (...) e o Sr. Helmut Schmidt (...) os principais elementos que fizeram pressão política e que me disseram: “ou os senhores entram, enfim, num certo campo, ou os senhores perdem todas as facilidades prometidas, sob o ponto de vista económico e financeiro”. O Schmidt dizia sempre da mesma forma: “os senhores têm que ter ordem, porque sem ordem não há economia e sem economia não há governo. E o seu país está muito desordenado; é preciso meter na ordem este, aquele, aquele outro». ¹⁶

Na realidade, os memorandos das conversas mantidas por Costa Gomes em Helsínquia, que estão actualmente disponíveis para consulta, confirmam este testemunho. O encontro com o Harold Wilson «desenvolveu-se num ambiente duro», com o Primeiro-Ministro britânico a afirmar que «estava muito preocupado pois tudo levava a crer que em Portugal era inevitável uma solução de ditadura» e a «condicionar» qualquer ajuda económica do Reino Unido, bem como de outros países da CEE, à «garantia» de que o País enveredaria «por uma solução democrática de socialismo pluripartidário com absoluto respeito pelas liberdades individuais». A este respeito, Wilson «focou especialmente a total ausência de liberdade de imprensa em

¹⁴Cit em Juliet Antunes Sablosky, *O PS e a Transição para a Democracia...*, ob. cit., p.83

¹⁵Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes*, ob. cit., p.318. Para um maior desenvolvimento da política da URSS para Portugal ver o ponto 4 deste capítulo

¹⁶Entrevista a Costa Gomes, *História*, nº14, Novembro de 1995, p.19. Costa Gomes reiterou esta informação na entrevista a Maria Manuela Cruzeiro: «Falei realmente com o primeiro-ministro inglês, que foi de uma agressividade enorme para comigo» (...) «E o Schmidt também» (...) «Eles temiam (...) que pudéssemos caminhar para um Governo predominantemente comunista. É claro que isso se ficou a dever, em parte, à propaganda dos socialistas (...)», Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes...*, ob. cit., pp.317-18

Portugal, mencionando a título de exemplo o “caso *República*”»; e questionou o seu interlocutor se «mantinha a intenção de continuar a preparar a Constituição e de realizar novas eleições». ¹⁷

Também a conversa com Helmut Schmidt decorreu num tom predominantemente hostil com o Chanceler da RFA a afirmar que «tanto os países da NATO, como os do Mercado Comum» desejavam «ajudar económica e politicamente um Portugal democrático», mas encontravam-se «preocupados e apreensivos com o desenrolar dos últimos acontecimentos no País» e não estavam «dispostos a apoiar a preparação de uma ditadura militar de tipo sul-americana» pelo que qualquer ajuda era «condicionada» à garantia de que não havia essa intenção. Tal como Wilson, Schmidt «referiu o “caso *República*”», afirmou a sua «confiança em Mário Soares» e acrescentou que «o Pacto celebrado com os partidos era um argumento que não impressionava a Europa». Contudo, «o que mais o preocupava» era a situação económica e o desequilíbrio da balança de pagamentos» e avisou a este respeito: - «Por enquanto sobreviviam das reservas. Mas depois? Contavam com a ajuda estrangeira? Mas de quem? Receio que encontrem dificuldades em conseguir créditos da URSS. A democracia não se constrói no papel, tem de se dar pão ao povo». O líder alemão alertou ainda que se «preparavam na CEE decisões de graves consequências para Portugal», tendo sido «a Holanda e a RFA a conseguirem neutralizá-las»; e rematou: - «nós queremos ter esperança, mas estamos seriamente preocupados». ¹⁸

Olof Palme também não se afastou deste tom. O Primeiro-Ministro sueco referiu que «a revolução portuguesa não podia ter sido acolhida na Suécia com maior entusiasmo», contudo estava muito «inquieto com os acontecimentos dos últimos meses», referindo especificamente as «dificuldades que o Partido Socialista, que não escondia apoiar, vinha encontrando com o “caso *República*”». E acrescentou que essa «inquietação» não era só sua, pois «a Europa inteira» estava «muito apreensiva». ¹⁹

2.A Europa Ocidental e a Transição para a Democracia em Portugal

A Europa Ocidental estava agora fortemente apostada em favorecer um resultado positivo em Portugal, o que, na sua óptica, significava a transição para um regime democrático. Assim, um dia depois da assinatura da Acta Final da Conferência

¹⁷«Memorando de conversa», arquivo de Costa Gomes, Centro de Documentação 25 de Abril

¹⁸«Memorando de conversa», arquivo de Costa Gomes, Centro de Documentação 25 de Abril

¹⁹«Memorando de conversa», arquivo de Costa Gomes, Centro de Documentação 25 de Abril

de Helsínquia os líderes oeste-europeus membros da Internacional Socialista encontraram-se em Estocolmo e decidiram criar um Comité de Amizade e Solidariedade para a Democracia e o Socialismo em Portugal que ia desempenhar um papel fulcral no apoio ao PS.

A formação do comité foi uma ideia de Willy Brandt com a finalidade de cooperar com Mário Soares, «influenciando os governos europeus e as forças políticas internacionais no sentido de um comportamento positivo e construtivo sobre Portugal»; além disso pretendia-se «promover a cooperação internacional através do movimento sindical democrático e procurar formas e meios para ajudar o País a resolver os seus problemas económicos». A solidariedade com o PS e Lisboa devia ser «demonstrada a vários níveis: no Conselho da Europa, na CEE e na EFTA, bem com no relacionamento bilateral partidário e governamental».²⁰

Nas suas memórias, Willy Brandt referiu-se a este organismo afirmando que ele se inscreveu «num esforço de auxílio» aos socialistas portugueses imediatamente após Helsínquia cuja «história total não pode ainda ser escrita»; e adiantou que ele «foi o produto da colaboração secreta entre um conjunto de líderes de partidos social-democratas» empenhados em «conceder apoio político e moral concreto e em combater o derrotismo que estava a crescer em influentes círculos do Ocidente».²¹

Também Mário Soares mencionou o papel desempenhado por este comité, considerando-o o elemento mais importante no plano das ajudas externas às forças “democráticas” portuguesas pois não só decidiu «apoiar a fundo o PS», quer «no plano político-diplomático», quer na «preparação de quadros», como «dirigiu um sério aviso aos soviéticos».²²

A real extensão deste esforço da IS não é ainda conhecida pois, como referiu o próprio Brandt, há aspectos da sua história que não podem ser por enquanto revelados. Porém, de acordo com uma importante informação recebida em Washington e transmitida a Henry Kissinger durante a habitual reunião do seu *staff* do Departamento de Estado, «os socialistas europeus acordaram em Estocolmo igualar a ajuda financeira que estava a ser concedida pelos países da Europa de Leste [ao PCP]».²³

²⁰Juliet Antunes Sablosky, *O PS e a Transição para a Democracia...*, ob. cit., pp.45-6

²¹Willy Brandt, *People and Politics, The Years 1960-1975*, Boston, Little, Brown, 1976, p.128

²²Entrevista a Mário Soares, Lisboa, 11.5.2006; Maria João Avillez, *Soares...*, ob. cit., p.475

²³«The Secretary's Principals and Regionals Directors Staff Meeting», August 6, 1975, NA, SDR, Entry 5177, Caixa 7

Outro contributo para um melhor conhecimento da história do Comité de Amizade e Solidariedade para a Democracia e o Socialismo em Portugal pode ser encontrado no relato feito por Willy Brandt ao Embaixador dos EUA em Bona na sequência de mais uma reunião dos dirigentes da IS, desta feita em Londres, a 5 de Setembro.

Segundo as informações transmitidas pelo político alemão ao diplomata norte-americano, o encontro na capital inglesa juntou, para além do próprio, Bruno Kreisky, Olof Palme, Van Den Uyl, François Mitterrand e Harold Wilson e surgiu na sequência das conversações em Helsínquia e Estocolmo durante as quais foi acordado que «a situação em Portugal requeria uma acção concertada por parte dos partidos socialistas da Europa Ocidental para impedir o País de ser tomado pelos comunistas», fazendo-o através da «ajuda à mobilização das forças democráticas» de modo a dar-lhes «a possibilidade de liderar o processo de mudança em curso numa direcção desejável». De acordo com Brandt, os líderes da IS «chegaram a acordo sobre quatro tarefas principais a serem levadas a cabo pelos partidos socialistas que estivessem melhor equipados para serem úteis em cada categoria». A primeira delas consistia em «ajudar o PS em Portugal a organizar-se para obter a máxima eficácia» o que ia «envolver quer aconselhamento, quer assistência financeira canalizada através dos canais socialistas», cabendo aqui «a responsabilidade principal» à RFA e à Holanda; e a este respeito o ex-chanceler alemão confidenciou ainda: - «algum dinheiro do SPD ia também para o PPD através da mediação da Fundação Friedrich Ebert. Soares tinha conhecimento disso e estava descontente com o facto, mas não pediu especificamente para que esse apoio fosse terminado». A segunda actividade-chave era a conquista da «opinião pública em Portugal e também nos países da Europa Ocidental», destacando-se aqui a disponibilidade do SPD para ajudar ao regresso do *República* ao PS através do «financiamento de uma nova tipografia»; de resto este ponto era especialmente relevante para a RFA pois «a RDA tinha sido designada pelo bloco de Leste para ter a principal responsabilidade pela condução da propaganda comunista». Uma terceira tarefa era a aplicação de «um avançado programa de trocas de visitantes com especial ênfase nas Forças Armadas portuguesas», cabendo «a principal responsabilidade ao Reino Unido», dada a sua «grande experiência» neste campo. Finalmente, ia ser concedida «uma assistência económica efectiva» a Portugal assim que a situação se tornasse mais clara, sendo esta disponibilizada pelos países da Comunidade Europeia, mas também por países não membros, «como a Suécia, a Áustria e mesmo a Suíça».

O líder da IS aproveitou ainda este encontro com o Embaixador dos Estados Unidos em Bona para transmitir a sua impressão sobre a «interessante mudança na abordagem soviética a Portugal a partir de meados de Agosto». Na sua opinião, antes dessa data, o Kremlin «rejeitava simplesmente todas as responsabilidades por qualquer envolvimento nos desenvolvimentos portugueses, mesmo sendo muito claro que estava a subsidiar fortemente Cunhal e o Partido Comunista e a facilitar a transferência de armas para o PCP através da Checoslováquia e da RFA»; todavia, a partir da segunda semana de Agosto, a URSS «começou a sublinhar o perigo de um golpe de direita e a necessidade de um Governo de coligação, lamentando ao mesmo tempo que o PCP sob a direcção de Cunhal tivesse forçado muito e ido demasiado longe». Por isso, Brandt concluiu que «a influência soviética podia desempenhar um papel em Portugal, refreando o Partido Comunista» cujo líder não ia «hesitar em responder favoravelmente» a este tipo de abordagem de Moscovo.²⁴

Não obstante o momento decisivo da acção da Europa Ocidental no contexto da transição portuguesa coincidir essencialmente com o período subsequente à Conferência de Helsínquia, nomeadamente com as reuniões de Estocolmo e Londres das quais resultou o Comité de Amizade e Solidariedade para a Democracia e o Socialismo em Portugal, as forças “democráticas” internas contaram anteriormente com o auxílio da social-democracia europeia, destacando-se a ajuda prestada ao PS, mas também ao PPD, ao CDS e mesmo aos militares “moderados”.

Tão cedo quanto Junho de 1974 começaram as visitas de líderes socialistas a Portugal, com François Mitterrand a inaugurar esta forma de apoio político a Mário Soares. Durante a sua estadia o dirigente do PSF não só se encontrou com Spínola e Palma Carlos para transmitir-lhes a sua solidariedade com o PS, como participou nas manifestações do partido em Coimbra e no Porto, bem como no comício realizado em Lisboa.

Seguiu-se, em Outubro desse ano, Willy Brandt que permaneceu no País durante três dias, acompanhado por Hans Dingels e por Elke Sabiel, da Fundação Friedrich Ebert. Logo à sua chegada ao aeroporto o responsável pelo SPD afirmou esperar «poder ajudar o povo português e o Partido Socialista a encontrarem um caminho seguro em direcção ao futuro», intenção que repetiu durante os seus encontros com Vasco Gonçalves e Costa Gomes. Nas suas memórias, Brandt recordou a impressão com que

²⁴«Bonn, 15265, September 17, 1975, GFL, PCF, Caixa 11

ficou da situação interna, classificando-a de «muito confusa», e acrescentou que «os partidos democráticos dedicavam a maior parte do tempo a recriminarem-se mutuamente» enquanto «os comunistas estavam bem organizados e tinham propostas que visavam o domínio do País». ²⁵

Já no início de 1975 foi a vez de James Callaghan visitar Portugal acompanhado por Tom McNally, o secretário para as Relações Internacionais do Partido Trabalhista. Nas declarações públicas proferidas em Lisboa o ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido observou que era «essencial garantir a liberdade de imprensa e a liberdade de discordar» pois era sobre elas que se podia «encontrar a genuína base para uma democracia efectiva», acrescentando que era um dever «criar um sistema económico e social» que fosse «de encontro às necessidades do Homem – ajuda e protecção na velhice, educação para as crianças, habitação para os carenciados e direito ao trabalho». Já em privado Callaghan foi «mais duro», avisando Costa Gomes e Vasco Gonçalves que «Portugal se podia ver isolado na Europa, a menos que prosseguisse na senda da democratização»; mas, em contra-partida, se esta última via se realizasse, «a ajuda para as reformas, incluindo apoio para a entrada como membro da Comunidade Europeia, chegaria em breve». ²⁶

Mas, como referimos anteriormente, foi sobretudo no contexto das eleições para a Assembleia Constituinte que se assistiu à primeira concentração de apoios europeus aos partidos “democráticos” portugueses, sendo o grande beneficiado o PS. Como escreveu Juliet Antunes Sablosky numa das poucas investigações desenvolvidas sobre o assunto, «as visitas, o dinheiro, a assistência técnica e o apoio moral concentraram-se em primeiro lugar na campanha eleitoral de 1975»; segundo a autora, o Partido Socialista e Trabalhista Sueco (SAP) trouxe-se a Portugal «o seu material de formação eleitoral», organizou e dirigiu «seminários para os militantes do PS», promoveu cursos práticos sobre «a organização de grandes manifestações, a mobilização do eleitorado e a orquestração de campanhas de imprensa» e convidou ainda os trabalhadores do PS envolvidos nas eleições para «centenas de visitas à Suécia». Ainda de acordo com Sablosky, o SPD mostrou-se «igualmente activo neste domínio, promovendo deslocações à Alemanha e enviando a Portugal especialistas em questões eleitorais para dirigirem seminários»; além disso, ajudou à «formação de membros do PS na

²⁵Willy Brandt, *People and Politics...*, ob. cit., p.489

²⁶Juliet Antunes Sablosky, *O PS e a Transição para a Democracia...*, ob. cit., p.77

elaboração de vídeos, cartazes e outros materiais de campanha» e enviou «especialistas em análises de sondagens».²⁷

Mário Soares confirmou a existência destes apoios ao PS durante a campanha eleitoral para a Assembleia Constituinte, mas sublinhou que os outros partidos também receberam ajudas externas. Afirmou ele na entrevista a Maria João Avillez: «Quanto aos apoios para a campanha, é exacto que houve apoios do SPD, mas os liberais e os cristãos-democratas também apoiaram os seus partidos homólogos, PPD e CDS, para não falar dos apoios da Alemanha de Leste do PCP».²⁸ E, segundo o relato feito por um dirigente do partido de Soares a Herbert Okun a 1 de Março de 1975, «o PS não tinha qualquer problema financeiro» pois estava «a receber dinheiro abertamente dos socialistas europeus ocidentais»; porém, o mesmo elemento acrescentou que «o PCP também não tinha problemas de dinheiro».²⁹

O PPD e o CDS obtiveram igualmente apoios dos respectivos parceiros europeus, bem como dos próprios social-democratas alemães, ainda que de forma mais modesta quando comparada com o auxílio que foi dispensado aos socialistas.³⁰ Segundo Rui Machete, «os cofres do PPD também receberam alguma parte dos fundos do SPD» que «deu aproximadamente 10 milhões de escudos para a campanha eleitoral de 1975»; e, como já mencionamos anteriormente, o mesmo dirigente popular-democrático acrescentou que estes fundos foram canalizados para o partido nas vésperas do 11 de Março através do *Institut fur Internationen Begegnungen*, uma organização informal da Fundação Friedrich Ebert.³¹

A questão dos montantes disponibilizados pelos europeus aos partidos “democráticos” portugueses, não só no período eleitoral como ao longo de todo o processo de transição democrática, é particularmente difícil de esclarecer em virtude de haver ainda um défice de documentação sobre esta matéria específica. Segundo alguns autores, como Tad Szulc, «o PS e, numa extensão muito menor, o PPD receberam aproximadamente 2 a 3 milhões de dólares por mês dos partidos socialistas e social-democratas da Europa Ocidental», sendo que «a maior parte do dinheiro veio da Suécia, da RFA, da Holanda e do Reino Unido», tendo «os fundos sido enviados» ou «de forma

²⁷*Idem*, p.58

²⁸Maria João Avillez, *Soares...*, ob. cit., p.475

²⁹«Lisbon, 1150, March 1, 1975», FOIA

³⁰Juliet Antunes Sablosky, *O PS e a Transição para a Democracia...*, ob. cit., p.43. De acordo com Sablosky, «os social-democratas alemães proporcionaram ajuda financeira quer ao PPD quer ao CDS, ao mesmo tempo que ajudavam o PS»

³¹Cit em Mariteresa Frain, *PPD/PSD e a Consolidação da Democracia em Portugal*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, p.47; Entrevista a Rui Machete, Lisboa, 2.3.2005

directa» ou «através dos sindicatos e grupos ligados à Igreja».³² Outros investigadores, como Sablosky, afirmam que «os partidos europeus estavam a tentar igualar o que a União Soviética e os europeus de Leste estavam a prodigalizar ao PCP», adiantando ainda que o montante total «se devia situar entre os 50 e os 100 milhões de dólares para o período entre Abril de 1974 e Setembro de 1975».³³

Ainda de acordo com os trabalhos publicados a este respeito, a maior fatia da ajuda económica europeia aos partidos “democráticos” portugueses foi disponibilizada pela RFA através das fundações ligadas aos social-democratas (SPD), democratas-cristãos (CDU) e liberais (FDP), respectivamente a Fundação Friedrich Ebert, a Fundação Konrad Adenauer e a Fundação Friedrich Naumann, adoptando como método privilegiado a transferência de fundos para organizações similares que ajudaram a criar em Portugal. Assim, no caso do PS, foram constituídas com a ajuda da Friedrich Ebert a Associação António Sérgio consagrada à organização e formação partidárias (Junho de 1974), a Fundação José Fontana dedicada às questões sindicais (Junho de 1978), a Fundação Antero de Quental para o poder local (1979); a Fundação Azedo Gneco para o movimento cooperativo (1979), o Instituto para a Liberdade de Imprensa (1980) e a Fundação para as Relações Internacionais (1981).³⁴ Já relativamente ao PPD foram criadas com o apoio da Friedrich Nauman a Fundação Social-Democrata Oliveira Martins e a Academia Internacional Desenvolvimento e Liberdade. Finalmente, a Fundação Konrad Adenauer financiou os Institutos Democracia e Liberdade e Fontes Pereira de Melo, ambos dependentes do CDS.

Para além desta acção fundamental de apoio aos partidos políticos que se opunham ao PCP, a Europa Ocidental destacou-se ainda pela pressão que exerceu sobre os militares portugueses, especialmente o MFA, no sentido de empenhá-los na “democratização” do País, fazendo-o desde logo através das ligações existentes ao nível da NATO. Assim, os governos oeste-europeus utilizaram os canais da Organização de Defesa do Ocidente para promover contactos entre os seus oficiais e os portugueses durante os quais eram prometidos apoios à formação e modernização das Forças Armadas de Portugal no quadro das estruturas da NATO; porém, em simultâneo, no decurso de conversações privadas era tornado claro que o estabelecimento de um

³²Tad Szulc, «Lisbon & Washington...», ob. cit. p.21

³³Juliet Antunes Sablosky, *O PS e a Transição para a Democracia...*, ob. cit., p.48

³⁴*Idem*, pp.49-50. Segundo Sablosky, as Fundações da RFA gastaram «cerca de 30 milhões de dólares em Portugal entre 1975 e 1985». Ainda segundo a autora, o Instituto para a Liberdade de Imprensa foi financiado pela Noruega

regime democrático constituía condição *sine qua non* não apenas à concretização desse auxílio, como mesmo, num extremo, à permanência do País na Aliança Atlântica. E, segundo o testemunho de alguns militares portugueses, «estes contactos com gente da NATO e a partilha de preocupações ajudaram a criar divisões entre o MFA e as restantes Forças Armadas».³⁵

A par desta pressão directa sobre os militares, os países da CEE recorreram à “arma” económica para convencer os dirigentes portugueses a garantir o sucesso da transição democrática do País. O primeiro sinal foi dado em Novembro de 1974 por ocasião da solicitação feita pelo III Governo Provisório de revisão do Acordo de Comércio Livre de 1972, bem como de uma cooperação mais alargada que abrangesse certos direitos sociais para os emigrantes portugueses no espaço da Comunidade, não tendo havido «vontade de dar uma rápida satisfação aos pedidos de Portugal». A 19 de Maio do ano seguinte foi a vez do Governo da RFA recuar na decisão de conceder ao País uma subvenção de 70 milhões de marcos após um encontro com os seus parceiros comunitários e declarando fazê-lo como forma de demonstrar desacordo com a evolução política portuguesa. Sete dias depois, «os ministros dos Negócios Estrangeiros da CEE mostravam hesitação em dar apoio económico a Portugal, preocupados com a incerteza de uma “estabilidade política” e um “desenvolvimento democrático”». Já a 17 de Julho de 1975, o presidente francês «vetou um empréstimo da Comunidade ... por receio de estar a subsidiar uma aliança socialista-comunista» e o Conselho de Chefes de Estado e de Governo presenteou Lisboa com um «autêntico ultimato», declarando que a Comunidade Europeia, «tendo em conta a sua tradição política e histórica», só podia «dar o seu apoio a uma democracia pluralista».³⁶

Como referimos anteriormente, os países europeus ocidentais exerceram ainda uma importante acção diplomática junto das superpotências, quer procurando moderar a abordagem dura de Washington para a revolução portuguesa, aproximando-a da europeia, quer procurando conter a URSS no seu apoio ao PCP, fazendo-o, como vimos, em Helsínquia, mas também no período posterior à assinatura da Acta Final da CSCE.

Relativamente ao primeiro caso, Juliet Antunes Sablosky descreveu um importante diálogo travado entre o Secretário de Estado norte-americano e o Presidente

³⁵*Idem*, p.78

³⁶Rainer Eisfeld, «Influências Externas sobre a Revolução Portuguesa: O Papel da Europa Ocidental», Eduardo de Sousa Ferreira e Walter C. Opello Jr., *Conflitos e Mudanças em Portugal, 1974-1984*, Lisboa, Teorema, p.86-7

do SPD no Verão de 1975: «durante um jantar na embaixada alemã em Washington, Willy Brandt procurou convencer Kissinger que Portugal não era uma causa perdida. Um dos convivas presentes nesse jantar descreveu esta troca de informações. Kissinger começou por traçar o seu cenário pessimista, afirmando que a única forma de travar a maré comunista seria o envio de *marines*. Segundo nos confidenciaram, Brandt teria retornado: - “Henry, por favor, deixa serem os europeus a tratarem do assunto; nós saberemos como lidar com ele e sairemos vitoriosos”. Irritado, Kissinger replicou que Brandt não percebia a realidade portuguesa. Portugal estava perdido. Foi-nos dito que Brandt o contrariou, afirmando: - “Que mesmo que seja a última coisa que os sociais-democratas façam na Europa, fá-la-ão: salvaremos Portugal”».³⁷

François Mitterrand, Harold Wilson, James Callaghan e Willy Brandt exerceram uma igual pressão junto da União soviética. A 20 de Abril de 1975, o dirigente do Partido Socialista Francês visitou Moscovo e alertou o PCUS para o perigo real de uma guerra civil em Portugal e para as suas consequências ao nível dos acordos de Helsínquia.³⁸ Já em Agosto desse ano, o Presidente dos social-democratas alemães encontrou-se com Brejnev no Kremlin para, segundo o próprio, «adverti-lo das consequências que teria uma avaliação errada da situação no sul da Europa»; ainda de acordo com Brandt, entregou-lhe «uma carta de Mário Soares» e tentou descrever-lhe «o grave que seria para as relações Leste-Oeste se a direcção soviética julgasse poder pôr o pé no ocidente da Península Ibérica».³⁹

Importa sublinhar que esta abordagem de empenhamento na democratização de Portugal através do apoio às forças “moderadas” internas e da pressão sobre as superpotências não foi consensual entre os europeus. Como escreveu Kissinger nas suas memórias, existiram «divergências de opinião no seio dos aliados», com Schmidt a ser «favorável a um aumento da ajuda», Giscard D’Estaing a apoiar «a linha dura de Ford» e Callaghan a apelar «a um compromisso», ou seja, «ajuda complementada com um aumento do apoio secreto aos opositores».⁴⁰

Assim, em rigor, mais do que uma estratégia europeia para Portugal tratou-se essencialmente de uma política alemã federal. Na realidade, a RFA liderou os esforços da Europa Ocidental no contexto da transição democrática portuguesa e isto porque a

³⁷Juliet Antunes Sablosky, *O PS e a Transição para a Democracia...*, ob. cit., p.81

³⁸François Mitterrand, *L’abeille et l’arquitect*, Paris, Flammarion, 1992, p.155 ; Maria João Avillez, *Soares...*, ob. cit., p.477

³⁹Willy Brandt, *People and Politics...*, ob. cit., p.489

⁴⁰Henry Kissinger, *Anos de Renovação...*, ob. cit., p.559

evolução do processo político do País interessava especialmente a Bona, bem como, do outro lado, a Berlim, uma vez que na Península Ibérica também se jogava o futuro da Alemanha dividida. Isto é, se em Lisboa vencesse a via democrática aumentavam as hipóteses de, no futuro, a RDA tornar-se democrática, o que era um passo decisivo para a reunificação alemã; mas, se pelo contrário, ganhassem as forças comunistas ficavam reforçados os regimes do Leste e logo mais remota a possibilidade de reunificação. Como explicou mais tarde o Chanceler Helmut Kohl, resumindo uma constante da política externa da RFA: «cada possibilidade de realizar eleições autênticas que se abre aos povos da Europa, cada incremento de Liberdade, dos direitos humanos, cada passo para superar as fronteiras na Europa e no mundo supõe também um êxito no caminho para a livre autodeterminação de todo o povo alemão».⁴¹

3.O “Grupo dos Nove” e os apoios internos e externos

As pressões europeias sobre Costa Gomes em Helsínquia não foram suficientes para o impedir de dar posse a um novo Governo chefiado por Vasco Gonçalves, decisão que se revelou determinante para um ainda maior endurecimento das forças que se opunham à aliança PCP-“gonçalvistas”, desde logo a ala “meloantunista” do MFA que no dia anterior à tomada de posse do executivo tornou publico o «Documento dos Nove», mas também para a passagem à oposição do importante sector militar organizado em torno do COPCON.

O processo de formação do V Governo Provisório traduziu o clima de intensa luta política que dominava o País. O primeiro momento significativo ocorreu durante uma reunião em São Julião da Barra durante a qual o então Presidente da República ainda procurou convencer o Primeiro-Ministro a afastar-se, dizendo-lhe que «era tempo de deixar o lugar e de se escolher outro», deparando-se porém com a resistência do último que reivindicou «o direito de continuar em funções». Enquanto decorria este diálogo, entrou na sala Otelio Saraiva de Carvalho que, demarcando-se claramente de Vasco Gonçalves, disse-lhe: - «Senhor general, as tropas sob o meu comando não lhe obedecem nem tão-pouco o querem como Primeiro-Ministro».⁴²

⁴¹Cit in Kai Diekmann e Ralf Georg Reeuth, *Helmut Kohl: Yo Quise la Unidad de Alemania*, Barcelona, Galáxia Gutenberg, 1997, p.49

⁴²Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes...*, ob. cit., p.312. Esta versão de Costa Gomes, segundo a qual ainda tentou convencer Vasco Gonçalves a afastar-se por sua própria iniciativa, foi confirmada na época a Frank Carlucci por um elemento da casa militar do Presidente da República, António Caldas. «Lisbon, 4174, July 24, 1975», www.archives.gov/aad/series-description.jsp

Praticamente em simultâneo, os elementos “moderados” do MFA encontraram-se com Costa Gomes para lhe dizer que exigiam o afastamento do chefe do executivo. De acordo com as informações que fizeram chegar à Embaixada dos EUA, propunham como alternativa a formação de um Governo «liderado pelo Presidente da República», com «quatro ou cinco vice-Primeiro-Ministros», ficando Melo Antunes como número dois do gabinete e Vasco Gonçalves na terceira linha da hierarquia; ainda segundo os relatos obtidos por Carlucci esta solução chegou a ser aceite, o que o levou a comentar para Washington que «Gonçalves perdeu a sua batalha com os moderados do Movimento das Forças Armadas».⁴³

Perante o cenário de aparente isolamento do “gonçalvismo”, cercado pelos “meloantunistas”, de um lado, e pelo comandante-adjunto do COPCON, do outro, Costa Gomes convocou para 4 de Agosto uma reunião do MFA da RML que contou com a presença de mais de 200 oficiais, entre os quais os comandantes e segundos-comandantes de todos os regimentos da capital, tendo «a esmagadora maioria dos presentes» considerado que Vasco Gonçalves «deveria ser nomeado para Primeiro-Ministro». O Presidente da República concluiu então, nas suas próprias palavras, que, «se os oficiais da Região Militar de Lisboa, que representavam uma grande componente das Forças Armadas, queriam o Vasco, ele teria mesmo de ser nomeado».⁴⁴

Os resultados desta reunião da RML foram transmitidos a Washington por Frank Carlucci para quem não havia dúvidas que tinha sido dado «um voto de confiança a Vasco Gonçalves». Contudo, o Embaixador sublinhou ainda que Otelo Saraiva de Carvalho havia recusado o apoio do COPCON a novo Governo, tendo mesmo chegado a propor um executivo «com apenas quatro ou cinco ministros, sendo ele próprio Primeiro-Ministro, com totais poderes, ou Presidente». Ainda relevantes eram os comentários finais do diplomata norte-americano: «segundo os relatos, parece que Vasco Gonçalves levou a melhor sobre Otelo. Não obstante, Otelo não estava particularmente empenhado em ocupar o cargo de Primeiro-Ministro neste momento, apesar do seu desejo de expulsar Gonçalves».⁴⁵

Dois dias depois desta reunião da RML, ala do MFA afecta a Melo Antunes levou a cabo um último esforço de compromisso. Vasco Lourenço deslocou-se ao

⁴³«Lisbon, 4414, August 4, 1975». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

⁴⁴Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes...*, ob. cit., p.312. Costa Gomes acrescentou que dos cerca de 200 oficiais da RML presentes só houve dois que se opuseram à nomeação de Vasco Gonçalves para Primeiro-Ministro do V Governo Provisório

⁴⁵«Lisbon, 4443, August 5, 1975», GFL, PCF, Caixa 11

Palácio de Belém para dizer ao Presidente da República que o seu grupo não aceitava a continuação em funções do chefe do Governo e que era preciso encontrar outra solução, mas deparou-se com as resistências de Costa Gomes que lhe comunicou a decisão de dar posse ao V Governo Provisório.⁴⁶

A reacção dos “moderados” do Movimento das Forças Armadas foi imediata e a 7 de Agosto divulgaram publicamente um documento assinado por Melo Antunes, Vítor Alves, Vasco Lourenço, Canto e Castro, Vítor Crespo, Costa Neves, Franco Charais, Pezarat Correia e Sousa e Castro que ficou conhecido como «o Documento dos Nove» e desempenhou um papel decisivo no refluxo do processo revolucionário ao trazer a público a existência dentro das Forças Armadas de um importante sector que se opunha à aliança PCP-“gonçalvistas”.

O texto elaborado por Melo Antunes constituía antes de mais uma resposta à decisão do Presidente da República de dar posse a um novo executivo liderado por Vasco Gonçalves, mas o seu alcance último era mais vasto e passava por forçar o fim do “gonçalvismo”. Nesse sentido, após começar por afirmar que tinha chegado «o momento das grandes opções» e de se clarificarem «posições políticas e ideológicas, terminando com ambiguidades que foram semeadas e progressivamente alimentadas por todos aqueles que, dentro e fora das Forças Armadas, estavam interessados no descrédito de uns tantos para melhor poderem valer e impor a suas ideias», fazia uma análise muito dura da realidade nacional, criticando a «progressiva decomposição das estruturas do Estado», as nacionalizações que se sucediam «a um ritmo impossível de absorver (...) sem um grave risco de ruptura do tecido social e cultural preexistentes» e o comprometimento do MFA «com determinado projecto político que não correspondia nem à sua vocação inicial nem ao papel que dele esperava a maioria da população do País». Além disso, o País atravessava uma «grave crise económica», havia o «risco de agravamento da situação em Angola» e assistia-se a um crescente divórcio entre a população e o MFA dadas «as mudanças que uma certa “vanguarda revolucionária” pretendia impor».

Todavia, o ponto mais importante do documento era aquele onde se defendia um «modelo de socialismo inseparável da democracia política», construído em pluralismo político» e com a adesão dos partidos «a este projecto nacional», recusando quer «o modelo de sociedade socialista» em vigor na Europa Oriental, quer «o modelo de

⁴⁶Boaventura de Sousa Santos, *O Pulsar da Revolução...*, ob. cit. p.242

sociedade social-democrata» da Europa Ocidental». Dizia o texto a este respeito: «Recusam o modelo de sociedade socialista tipo Europeu–Oriental a que fatalmente seremos conduzidos por uma direcção política que crê, obstinadamente, que uma “vanguarda” assente numa base social muito estreita fará a revolução em nome de todo o povo, e que tem, na prática, tolerado todas as infiltrações dessa “vanguarda” nos centros de poder político e nas estruturas militares. (...) Recusam o modelo de sociedade social–democrata em vigor em muitos países da Europa Ocidental, porque acreditam que os grandes problemas da sociedade portuguesa não podem ser superados pela reprodução no nosso país dos esquemas clássicos do capitalismo avançado”.

A terminar afirmava-se claramente a existência de «divergências no seio do MFA» que reflectiam «projectos ideológicos distintos» e «incompatíveis entre si» pois não era possível «conciliar uma concepção totalitária de organização de sociedade com um concepção democrática e progressista ou ainda com vagas concepções populistas de feição anarquizante». E, após uma dura crítica ao “gonçalvismo”, declarando-se ser «necessário denunciar o espírito fascista subjacente ao projecto que, dizendo-se socialista, acabará na prática numa ditadura burocrática dirigida contra a massa uniforme e inerte dos cidadãos do País», exigia-se abertamente a «substituição da actual equipa dirigente».⁴⁷

Na análise feita pela Embaixada dos EUA em Lisboa o «Documento dos Nove» era «muito mais do que um pedaço de papel» pois tinha sido assinado por Melo Antunes e Vítor Alves, «dois líderes-chave da revolta de 25 de Abril de 1974», Vítor Crespo, que tinha a «merecida reputação de duro», Franco Charais e Pezarat Correia, «dois comandantes de regiões militares» e Salgueiro Maia, «comandante da Escola de Cavalaria de Santarém». Tratava-se de «uma bomba» que tinha «caído na cena política portuguesa» e de «uma ameaça militar directa aos radicais do MFA e ao Primeiro-Ministro», constituindo «um ponto de recuperação para os elementos anti-Gonçalves dentro e fora do Movimento das Forças Armadas». E Carlucci concluía: «é difícil ver como é que o novo Governo que está a ser formado por Gonçalves pode durar».⁴⁸

No mesmo dia da sua divulgação através do *Jornal Novo*, o «Documento dos Nove» começou a circular pelas várias unidades militares, recolhendo em 24 horas cerca de 400 assinaturas, entre as quais as de vários elementos do futuro grupo dos

⁴⁷Ver uma boa análise do conteúdo e alcance do Documento dos Nove em Marcelo Rebelo de Sousa, *A Revolução e o Nascimento do PPD...*, ob. cit., pp.759-65

⁴⁸«Lisbon, 4511, August 8, 1975». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

“operacionais” como Ramalho Eanes, Rocha Vieira, Loureiro dos Santos e Garcia dos Santos, bem como o apoio de várias personalidades com lugares-chave nas estruturas das Forças Armadas, como Otelo e Jaime Neves, ainda que de modo não oficial.⁴⁹ A 8 de Agosto, o Embaixador norte-americano informou o Departamento de Estado que «de acordo com uma fonte próxima de Melo Antunes, foi mostrada uma cópia do documento ao general Otelo Saraiva de Carvalho que concordou com ele e defendeu que devia ser acompanhado por um plano de acção política»; ainda segundo o mesmo informador, «Otelo foi forçado a recuar devido à divulgação prematura do seu apoio no *Jornal Novo*, mas estava com Antunes». Carlucci acrescentou ainda que também o comandante do Regimento de Comandos, Jaime Neves, «pretendeu assinar o documento desde o primeiro momento mas foi aconselhado a não o fazer por causa da sua delicada posição política». Face a estes desenvolvimentos, o diplomata comentou que «o Primeiro-Ministro e os seus aliados comunistas» estavam «numa posição muito perigosa», ainda que não se pudesse «subestimar o poder do carisma de Vasco Gonçalves e a sua habilidade para transformar derrotas em vitórias».⁵⁰

Foi assim num ambiente dominado pela publicação do «Documento dos Nove» e pela dinâmica de crescente adesão ao texto anti-Vasco Gonçalves elaborado por Melo Antunes que se realizou a 8 de Agosto a cerimónia oficial de posse do V Governo Provisório, sintomaticamente apresentado por Costa Gomes como «uma medida transitória, um Governo de passagem», uma «pausa política para, em clima de ordem, disciplina e trabalho se poder constituir algo de mais significativo».⁵¹

Tratou-se de um executivo com uma muito reduzida base de apoio, sendo composto exclusivamente por militares “gonçalvistas”, pelo MDP/CDE e por alguns independentes próximos dos comunistas; a ala “meloantunista” recusou-se a integrar o gabinete, o mesmo acontecendo com os “otelistas”; o PS e o PPD também se excluíram da solução governativa; e mesmo algumas personalidades socialista convidadas para ministros e secretário de Estado, numa táctica destinada a fraccionar o partido liderado por Mário Soares, recusaram.⁵²

⁴⁹ «Lisbon, 4530, August 8, 1975». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

⁵⁰ «Lisbon, 4519, August 8, 1975». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

⁵¹ Boaventura de Sousa Santos, *O Pulsar da Revolução...*, ob. cit. p.242

⁵² Contou a este respeito Rosa Coutinho: «Não se podia recorrer só a forças afectas à área do PCP, porque assim seria um governo de vida curta. Tentei, e estive quase a conseguir, nomear dezasseis personalidades do PS, pertencentes ao Secretariado ou à Comissão Política Nacional, para que não pudessem dizer que eram socialistas da última hora. Desses dezasseis, quatro seriam ministros e doze secretários de Estado. Primeiro comprometeram-se a entrar no V Governo Provisório mas à última hora não aceitaram». Cit em Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa...*, ob. cit., p.241

Para além dos oficiais afectos ao Primeiro-Ministro, só o PCP apoiou o novo Governo e mesmo assim com muitas cautelas, como o prova o facto de ter optado por ficar de fora, fazendo avançar no seu lugar o MDP/CDE. Já o Comité Central do partido justificou defensivamente o patrocínio ao executivo com a «necessidade urgente de não só não deixar paralisar a máquina do Estado, como de gerir os negócios públicos dentro da orientação progressista já definida e de dar resposta aos graves problemas que o País defronta»; e acrescentou que «a solução encontrada» não excluía a «possibilidade de recomposições, reajustamentos ou reconsiderações» que permitissem «aumentar a eficiência governativa e alargar a base de apoio social e política do poder». ⁵³

Quadro 6

V Governo Provisório

(8/8/75 – 12/9/75)

<i>Primeiro-Ministro</i>	<i>Ministro da Defesa Nacional</i>
Vasco Gonçalves (Militar)	Silvano Ribeiro (militar)
<i>Vice Primeiro-Ministros</i>	<i>Ministro do Planeamento e Coord. Económica</i>
Teixeira Ribeiro (ind.)	Mário Murteira (MDP/CDE)
Arnão Metello (militar)	<i>Ministro dos Assuntos Sociais</i>
<i>Ministro dos Negócios Estrangeiros</i>	Pereira de Moura (MPD/CDE)
Mário Ruivo (ind.)	<i>Ministro do Equipamento Social e Ambiente</i>
<i>Ministro da Justiça</i>	Oliveira e Sá (militar)
Rocha e Cunha (ind.)	<i>Ministro dos Transportes e Comunicações</i>
<i>Ministro das Finanças</i>	Oliveira e Sá (militar)
José Joaquim Fragoso (MDP/CDE)	<i>Ministro da Agricultura e Pescas</i>
<i>Ministro do Comércio Externo</i>	Fernando Oliveira Baptista (ind.)
Diogo Lopes (ind.)	<i>Ministro do Trabalho</i>
<i>Ministro do Comércio interno</i>	Costa Martins (militar)
Macaísta Malheiros (MDP/CDE)	<i>Ministro da Educação e Inv. Científica</i>
<i>Ministro da Indústria e Tecnologia</i>	José Emílio da Silva (militar)
Quitério de Brito (ind.)	<i>Ministro da Comunicação Social</i>
<i>Ministro da Administração Interna</i>	Jorge Correia Jesuíno (militar)
Cândido de Moura (militar)	

⁵³«Comunicado Sobre a Formação do V Governo Provisório», em *Documentos Políticos do Partido Comunista Português, Documentos Políticos do Comité Central do PCP*, ob. cit., p.71

Num documento de análise à composição do gabinete chefiado por Vasco Gonçalves a CIA escrevia que este era «dominado por militares radicais e por testas de ferro e apoiantes do PCP», sendo que «os socialistas e os populares democratas, cujos partidos obtiveram 64% dos votos em Abril, não faziam parte do Governo». Ainda de acordo com a Agência a decisão de Costa Gomes de empossar novamente o militar aliado dos comunistas era uma “armadilha” do Presidente da República que estava «convencido que o Governo de Gonçalves se ia desfazer sob o peso dos muitos problemas de Portugal» e «o grupo com uma orientação democrática ia ser capaz de apanhar os pedaços sem grande resistência».⁵⁴

Liderando uma vez mais no campo civil a luta contra o “gonçalvismo”, Mário Soares divulgou no próprio dia 8 de Agosto uma carta que escreveu a Costa Gomes onde atacou duramente o novo executivo, classificando-o de «um Governo de uma extrema minoria, sem credibilidade, que não representava mais do que 18% do eleitorado português e que era de comunistas ou cripto-comunistas». Afirmou ainda que Vasco Gonçalves «estava tão agarrado ao poder quanto Salazar», era «incapaz de resolver os graves problemas do País» – Angola, os Açores, a Economia – e estava a conduzir Portugal para «um socialismo de miséria». Indo mais longe, declarou que «estavam em causa duas concepções diferentes de revolução», uma que «era democrática» e a outra «totalitária», conduzindo o gabinete «minoritário» de Gonçalves «inevitavelmente à segunda». E terminou com um apelo e uma pergunta a Costa Gomes: apelou à acção, referindo que o Chefe de Estado «não podia argumentar falta de apoio para resistir» pois «a maioria da população de toda a nação estava preparada para ir para a rua em demonstrações maciças da sua vontade», o que lhe conferia «a força e a autoridade necessárias para impor um verdadeiro “Governo de Unidade Nacional”»; perguntou se era «ainda possível alcançar um entendimento» e respondeu à própria interrogação defendendo «um acordo sobre um “plano político comum” para ultrapassar a crise», devendo o Presidente «assumir a liderança» desta tarefa pois só ele «podia impor uma solução de bom senso».⁵⁵

Segundo os relatos recebidos na Embaixada dos Estados Unidos esta carta aberta de Mário Soares foi não só articulada com a divulgação do «Documento dos Nove», como «os civis moderados» estavam «a juntar-se aos militares» no que os

⁵⁴«New Portuguese Government Causing Deep Divisions in Military», CIA, August 8, 1975. www.foia.cia.gov

⁵⁵«Lisbon, 4528, August 8, 1975». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

próprios chamavam «em privado» de «uma luta até ao fim»; e, a este respeito, Carlucci transmitiu a Washington uma informação especialmente importante: «as acções de Soares e Melo Antunes têm sido coordenadas durante toda a crise. Eles falharam inicialmente o seu objectivo de se antecipar ao anúncio do novo Governo. Mas geraram uma pressão considerável contra Gonçalves e os seus aliados da esquerda».⁵⁶

Na realidade, a luta contra a aliança PCP-“gonçalvistas” intensificou-se quer ao nível militar, quer civil, logo após a posse do novo executivo. No primeiro campo, decisivo para o resultado final do processo político português, assistiu-se a uma crescente adesão ao documento elaborado por Melo Antunes, numa dinâmica que conduziu à formação de uma coligação tática de oficiais anti-comunistas que, embora conhecida por «Grupo dos Nove», reuniu uma parte significativa das Forças Armadas portuguesas.

No dia 9 de Agosto, Frank Carlucci elaborou para o Departamento de Estado um ponto de situação sobre a posição das diferentes estruturas militares do País relativamente ao «Documento dos Nove». Quanto ao Conselho da Revolução, este estava aparentemente «dividido», com dez elementos a favor, igual número contra e seis «indecisos ou não comprometidos»; porém, segundo as informações existentes, era de «assumir que alguns dos votos dos não comprometidos fossem a favor do documento de Antunes», como por exemplo o de Pinheiro de Azevedo que, «embora não o tivesse assinado», tinha «autorizado a sua circulação na Marinha»; também o de Otelo Saraiva de Carvalho que, «segundo Mário Soares era, em privado, a favor»; e mesmo o de Costa Gomes que «concordava com a quase integralidade do documento».⁵⁷ Já ao nível das regiões e unidades militares os registos da Embaixada dois dias depois da publicação do texto eram os seguintes: «(A) A Região Militar Norte votou em bloco o apoio ao documento: (B) A Região Militar Centro votou a favor do documento numa sessão plenária; (C) A Região Militar Sul ainda não agiu devido a problemas relacionados com o envio do documento as unidades; (D) O Regimento de Comandos vai realizar uma sessão plenária sobre o documento na Segunda-Feira e espera-se que o apoie; (E) O Regimento de Engenharia (dominado pela esquerda) recusou-se a circular o documento: (F) A Escola Prática de Infantaria de Mafra, o

⁵⁶*Ibidem*

⁵⁷A favor estavam Vasco Lourenço, Canto e Castro, Vítor Crespo, Costa Neves, Melo Antunes, Franco Charais, Pezarat Correia, Sousa e Castro, Pinho Freire e Pinto Soares; contra eram Vasco Gonçalves, Eurico Corvacho, Costa Martins, Graça e Cunha, Guerreiro, Almada Contreiras, Ramiro Correia, Miguel Judas, L. Macedo e Ferreira de Sousa; indecisos ou não comprometidos estavam Costa Gomes, Pinheiro de Azevedo, Morais e Silva, Otelo Saraiva de Carvalho, Carlos Fabião e Marques Junior

Centro de Instrução de Artilharia Anti-aérea de Cascais e o Regimento de Infantaria de Queluz votaram a favor numa percentagem entre 70 a 90%». Para o diplomata não havia dúvidas que «o documento de Antunes» estava a «recolher apoios nas unidades militares de todo o País» e que a «estratégia dos moderados» era agora a de obter «a adesão esmagadora das Forças Armadas de molde a forçar um ajuste de contas com Gonçalves e os seus apoiantes comunistas»; contudo o seu sucesso final ia depender sobretudo do «comprometimento público de Otelo e do COPCON».⁵⁸

De facto, o chamado «Grupo dos Nove» conquistou largos apoios militares e mesmo civis no período de tempo compreendido entre a publicação do documento elaborado por Melo Antunes e o 25 de Novembro de 1975. Na primeira componente, e no ramo decisivo do Exército, os «Nove» contavam com a quase totalidade das unidades da Região Militar Norte, praticamente só com as excepções do CICAP e do RASP; com a grande maioria das unidades da Região Militar Centro, onde contavam quase exclusivamente com a oposição do Regimento de Infantaria de Abrantes; com importantes unidades operacionais da Região Militar de Lisboa, como o Regimento de Comandos da Amadora, o Centro de Instrução de Artilharia Anti-aérea de Cascais, a Escola Prática de Infantaria de Mafra e a Escola Prática de Cavalaria de Santarém, não obstante a forte concentração na capital das forças afectas aos “gonçalvistas”; finalmente, na Região Militar Sul, contava com o importante Regimento de Cavalaria de Estremoz, não lhe sendo abertamente hostis as outras unidades, com a excepção da Escola Prática de Artilharia de Vendas Novas». Fora do Continente, mas ainda no ramo do Exército, tinha o apoio de todas as unidades dos Comandos Territoriais dos Açores e da Madeira, bem como as estacionadas em Angola. Ao nível da Força Aérea, os «Nove» dispunham da adesão da generalidade dos Comandantes das Bases Aéreas e de quase todos os oficiais piloto-aviadores; porém, não dominava às forças paraquedistas em virtude da oposição dos Sargentos, muito próximos de Vasco Gonçalves. Na Armada, o grupo liderado por Melo Antunes apenas contava com o apoio de alguns personalidades individuais, sendo este ramo o principal baluarte do “gonçalvismo”.

No campo político, os «Nove» dispunham do apoio de todos os partidos políticos “democráticos”, com especial destaque para o PS com quem estabeleceram uma ligação próxima durante esta fase crítica do processo político português. O próprio Mário Soares confessou posteriormente que realizou várias reuniões com este grupo

⁵⁸ «Lisbon, 4531, August 9, 1975». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

militar, «a princípio muito discretas», durante as quais «conspiravam horas a fio»; porém, acrescentou não ter havido «propriamente uma aliança clara, explícita», mas antes «uma cumplicidade» e «uma meta comum» - «a democracia pluralista».⁵⁹

Também ao nível da comunicação social houve várias ligações importantes como as que se estabeleceram com o *República*, *O Jornal*, o *Jornal de Notícias*, o *Comércio do Porto*, e a estação da *Rádio Renascença* no Porto.⁶⁰

Durante o mesmo período temporal os militares “moderados” do MFA puderam contar com a solidariedade dos EUA com quem mantiveram contactos permanentes, ainda que a estratégia seguida passasse inicialmente por evitar qualquer auxílio directo do exterior, reservando-o para a eventualidade da situação degenerar numa guerra civil.

A existência de ligações entre o «Grupo dos Nove» e a Embaixada em Lisboa foi confirmada pelos próprios protagonistas de ambos os lados. Por exemplo, Frank Carlucci afirmou que se tornou «razoavelmente próximo de Melo Antunes, Vítor Alves e mesmo de Vasco Lourenço», com quem passou «muito tempo»; já Melo Antunes confessou que existiram «muitos contactos» e acrescentou: «foi sugerido que, se fossem necessários apoios financeiros e de outra natureza, os Estados Unidos estariam na disposição de os conceder».⁶¹

Esta articulação foi visível logo no momento da publicação do «Documento dos Nove» que foi mostrado previamente ao Embaixador dos EUA em Lisboa, ainda que aquele não tenha participado na sua concepção como se alegou na ocasião; Carlucci afirmou a este respeito: «Alegou-se que eu tinha colaborado na elaboração do “Documento dos Nove”, mas não é verdade. Apenas tive reuniões com os “Nove” e vi o documento, mas não tive qualquer papel na sua preparação».⁶² Dois dias depois, por ocasião da suspensão dos subscritores do texto elaborado por Melo Antunes do Conselho da Revolução, Carlucci informou Washington que pretendia usar os seus canais junto do grupo “moderado” do MFA para instá-los a reagir pois se não o fizessem «podiam não ter outra oportunidade».⁶³ A 11 de Agosto foi a vez do diplomata encontrar-se com António José Ferreira, o «principal adjunto de Melo Antunes e ex-

⁵⁹ Maria João Avillez, *Soares...*, ob. cit., pp.460-61

⁶⁰ Acerca dos apoios internos ao «Grupo dos Nove» ver José Gomes Mota, *A Resistência...*, ob. cit., pp.40-42

⁶¹ Interview with Frank C. Carlucci, *The Association for Diplomatic Studies and Training...*, ob. cit., p.5; Maria Manuela Cruzeiro, *Melo Antunes...*, ob. cit., p.271

⁶² Entrevista a Frank Carlucci, Washington D.C., 26.10.2004. Segundo Tad Szulc, também Fritz Caspari teve acesso prévio a uma cópia do «Documento dos Nove» que lhe foi entregue directamente por Vítor Alves. Tad Szulc, «Lisbon & Washington...», ob. cit., p.52

⁶³ «Lisbon, 4538, August 9, 1975». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

chefe de Gabinete no ministério dos Negócios Estrangeiros» para lhe transmitir que «o Presidente e o Secretário de Estado» norte-americanos «estavam a seguir os desenvolvimentos portugueses muito de perto e que Antunes devia compreender que tinha o apoio dos EUA», incluindo a «concessão de equipamento militar». ⁶⁴

Apesar desta ligação constante e da disponibilidade de Washington para ajudar, o grupo de Melo Antunes não pretendia um apoio directo dos EUA no período imediatamente subsequente à divulgação do «Documento dos Nove» para evitar a acusação por parte dos sectores ligados aos “gonçalvistas” e ao PCP de estar a agir por pressão norte-americana. Num encontro entre Carlucci e Tomás Rosa, um dos principais elos de ligação entre os militares “moderados” e a Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa, o último declarou que «não tinham recebido ajuda do exterior» e «não pensavam que isso fosse necessário». ⁶⁵

Nesse mesmo sentido iam as indicações enviadas por Frank Carlucci ao Departamento de Estado. Logo no dia 8 de Agosto, o Embaixador escreveu que «não antecipava qualquer novo pedido de assistência dos Nove» e que, no máximo, aqueles podiam renovar «as solicitações anteriores» de apoio por via indirecta, tais como: «ajuda económica substancial» dos EUA a Portugal; «encorajar os europeus a fazerem o mesmo se fossem bem sucedidos no processo de remoção de Vasco Gonçalves e na instalação de um Governo moderado»; exercer «influência para impedir Spínola, o ELP ou outros grupos de direita de desencadearem actos precipitados»; conter a FLA para «manter os Açores calmos até ao último *round* da luta no continente»; «manter a pressão sobre a URSS»; «continuar com os projectos de auxílio norte-americanos [da AID]». ⁶⁶

De resto, mesmo os contactos existentes entre a Embaixada norte-americana e os “moderados” do MFA deviam ser tratados com a maior discrição. Isso mesmo foi comunicado por Carlucci aos seus colegas colocados nas capitais europeias numa correspondência datada de 26 de Agosto onde pedia que usassem da maior «cautela» na indicação de que ele tinha tido encontros com os «Nove» pois «qualquer ligação com os Estados Unidos era altamente prejudicial ao grupo de Melo Antunes». ⁶⁷ E o mesmo foi repetido três dias depois ao Departamento de Estado: «como o Departamento sabe a

⁶⁴«Lisbon, 4551, August 11, 1975». www.archives.gov/aad/series-description.jsp. António José Ferreira encontrou-se com Carlucci no lugar de Melo Antunes pois, segundo afirmou o próprio, este último «sentia que não podia ter um contacto directo com os americanos naquele momento»

⁶⁵«Lisbon, 4687, August 18, 1975». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

⁶⁶«Lisbon, 4530, August 8, 1975». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

⁶⁷«Lisbon, 4884, August 26, 1975». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

Embaixada tem um canal indirecto com o grupo de Melo Antunes (“os Nove”) que nós e eles temos vindo a usar com alguma frequência. Instamos a que não seja revelada a nossa comunicação regular com Antunes e que essa informação seja tratada de forma extremamente privada. Tanto quanto sei somos a única Embaixada com que os “Nove” estão a comunicar».⁶⁸

4.A reunião de Alhandra e a política da URSS para a revolução portuguesa

A 10 de Agosto o Comité Central do PCP reuniu-se de emergência em Alhandra para analisar a crise político-militar do Verão de 1975. Tratou-se de um momento decisivo na estratégia do partido no âmbito do processo revolucionário pois, numa longa intervenção, Álvaro Cunhal impôs uma inversão fundamental do rumo seguido até essa data pelos comunistas.

Logo no início, Cunhal deixou transparecer a sua preocupação com a situação portuguesa do período, falando em «sérios perigos» para a revolução e de «crise» em «praticamente todos os aspectos e sectores da vida nacional», classificando-a mesmo como «a mais complexa e profunda verificada desde o 25 de Abril». Em primeiro lugar, havia «uma crise política», com uma «vasta e aberta ofensiva terrorista da contra-revolução, com contradições e conflitos internos nos órgãos do poder, com dissidências nas duas componentes essenciais do processo (no MFA e no movimento popular e democrático), com uma vasta e activa oposição ao processo revolucionário conduzida pelos dirigentes do PS, pelo PPD e pelo CDS, com um ambiente de conspiração podendo conduzir a choque armados». Em segundo lugar, existia «uma crise económica», com o «agravamento dos défices financeiros, o alargamento dos sectores em dificuldades, a perspectiva do aumento do desemprego, tudo agravado pela sabotagem económica, pelas pressões imperialistas e pelas hesitações e pausas na política económica. Em terceiro lugar, havia «uma crise militar» em que «o peso do conservantismo ainda existente no vasto corpo da oficialidade das Forças Armadas» aparecia a «tomar posições, a sanear à esquerda, a querer abafar, a diluir, a dissolver, se possível, a força revolucionária progressista, o MFA». Finalmente, existia «uma crise no processo de descolonização», amontoando-se «dificuldades em Angola» com consequências na Metrópole, dada a «necessidade do envio de tropas», os «encargo

⁶⁸ «Lisbon, 5012, August 29, 1975». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

financeiros», o «retorno de milhares e milhares de portugueses com problemas reais e dificuldades de adaptação à nova situação e ao Portugal revolucionário».

Como era lógico, para o Secretário-Geral do PCP os principais «perigos» para a revolução situavam-se ao nível das Forças Armadas, desde logo dado o «reagrupamento e a acção política dos oficiais conservadores» que constituíam «o maior peso» na instituição militar, mas principalmente pelo «enfraquecimento do MFA» que corria o risco de «ser abafado pela massa numérica dos oficiais do quadro», tarefa facilitada pela «efectiva cisão e pelas extraordinárias contradições» nos seus «organismos superiores». E, neste campo, a preocupação imediata do líder comunista residia na acção do «Grupo dos Nove» que procurava «apoiar-se na massa conservadora» e recorria ao «democratismo para opor as Forças Armadas ao próprio MFA» e conduzir à «liquidação» deste último ou à sua «reconversão» como «um movimento de direita»; de resto, para ele, era esse o alcance do documento elaborado por Melo Antunes que continuava «em discussão e em aprovação nas unidades militares» com o intuito de fazer-se «uma votação massiva» para depois «ser concentrada ao nível das mais altas instâncias militares», num «democratismo» que punha «em perigo efectivo a própria existência do MFA e a sua intervenção na vida política nacional».

Segundo Álvaro Cunhal, o perigo era ampliado pelos reflexos da crise nas Forças Armadas ao nível do poder político-militar. Concretamente, o Directório, anunciado como organismo supremo do MFA, encontrava-se «paralisado por contradições e por conflitos internos» e significava que o Movimento das Forças Armadas estava «a decapitar-se», que não tinha «uma direcção homogénea», uma «direcção revolucionárias». Já o novo Governo de Vasco Gonçalves, «embora respondendo a uma necessidade inadiável», não podia «resolver todos os aspectos da crise» pelo ficava «de pé, tal como antes, o problema geral do poder político no seu conjunto».

As considerações feitas pelo líder do Partido Comunista acerca do processo de formação do V Governo Provisório eram particularmente relevantes para compreender a sua posição naquele momento do processo político português. De acordo com as suas palavras, o PCP tinha posto «muitas reservas» à constituição do novo executivo pois entendia que ele «não devia ser formado nem anunciado sem antes estar esclarecida a situação militar»; tudo indicava que «se formava o Governo num dia (...) para cair no outro» pois «não tinha qualquer apoio militar». Todavia, ainda segundo ele, «o

prolongamento da crise e do vazio do poder criado pela inexistência de um Governo facilitaram e estimularam a ofensiva da reacção, manobras divisionistas, as conspirações, os planos de assalto ao poder» pelo que «existia o perigo real de um golpe de força contra-revolucionário» que só podia ser evitado pela constituição do gabinete chefiado por Vasco Gonçalves.

Sobre a possibilidade de uma acção de força, Cunhal acrescentou que tinha «muitos dados» que conduziam à ideia de que «estava em preparação um golpe de direita» e mesmo «um golpe de Estado nas cúpulas do MFA» caso se atrasasse mais tempo a formação do novo executivo. Para ele, existia o «perigo sério de um golpe palaciano acompanhado por uma movimentação militar, contando com duas regiões militares, com a maioria das unidades da terceira região, com um golpe que tudo indicava estava em preparação nos Açores e com situações graves em algumas unidades da região militar de Lisboa».

Foram então estas informações que levaram o PCP a apoiar a formação do V Governo Provisório, entendido como um meio para «evitar o avolumar da ofensiva reaccionária das Forças Armadas»; porém, fê-lo na condição de não haver uma representação partidária e da não continuação de Veiga de Oliveira como ministro dos Transportes pois essa era a forma de evitar comprometer-se com «uma solução muito incerta», bem como de arriscar-se «a cair como força política com a queda do próprio Governo formado por Vasco Gonçalves». Como acrescentou o próprio Cunhal, pensou-se «guardar um campo de manobra» para o partido que não o «atrelasse» a uma previsível queda do executivo.

Todavia, a parte mais importante da intervenção do Secretário-Geral do Partido Comunista foi dedicada à estratégia do partido para superar a crise o que, na sua opinião, passava por «realizar um grande esforço de unificação de todas as forças interessadas no processo».

Isto porque «a balança de poderes» não estava «nítida». Podia haver «força bastante» para ir na direcção de uma solução em que «o poder político» continuava «nas mãos da força militar de esquerda compreendida como a parte do MFA mais consequente e das forças progressistas», que incluíam os comunistas; mas podia admitir-se que a força não bastasse para «manter uma tal situação», fosse pelo «risco de um golpe militar, com possibilidades reais de triunfo», fosse pelo sucesso «de uma operação política com o apoio das Forças Armadas». Esta última hipótese não estava

excluída e os acontecimentos recentes apontavam mesmo para a aproximação de uma situação de «desequilíbrio de forças favorável à direita».

Perante tal eventualidade, Cunhal defendia que o partido não podia deixar-se «encostar ao muro» e, logo, devia «conservar margem de iniciativa, inclusivamente de negociações», mantendo em aberto a possibilidade de «lançar pontes» que pareciam que já estavam quebradas, evitando assim ser arrastado «para uma solução de desespero» que levasse «eventualmente a golpes precipitados de resistência já sem forças para a fazer» que podiam conduzir «a um esmagamento militar e político».

Nesse sentido, o líder dos comunistas portugueses pedia ao Comité Central que lhe desse «o campo de manobra necessário» para prosseguir «soluções de compromisso» porque havia «riscos sério de confrontos armados» que podiam «não ser na melhor correlação de forças» e obrigavam a «uma reconsideração de todo o problema da revolução portuguesa através de negociações».⁶⁹

Isto é, Álvaro Cunhal procedeu à avaliação da balança de poderes e reconheceu que ela era desfavorável ao PCP, logo, decidiu que a situação não estava madura para continuar a avançar e que o partido devia negociar; ao fazê-lo, imprimiu uma mudança fundamental da estratégia adoptada pelos comunistas desde o 28 de Setembro, e acelerada pelo 11 de Março e pelas eleições para a Assembleia Constituinte, que ia justamente no sentido de intensificar a revolução.

Esta decisão de fundo foi sobretudo uma consequência do contexto interno, nomeadamente do contra-ataque do PS após a vitória no sufrágio de 25 de Abril de 1975, da escalada anti-comunista no Norte e Centro do País e, mais importante de tudo, da intensificação da ofensiva dos militares “moderados” do MFA simbolizada pela publicação do «Documento dos Nove». Contudo, à luz dos registos recentemente disponibilizados e já anteriormente referidos, para ela pode também ter contribuído a política da URSS relativamente à revolução portuguesa.

De acordo com a grande maioria dos documentos, investigações e testemunhos os soviéticos adoptaram uma posição moderada em Portugal entre 1974 e 1976. Como sintetizou Tad Szulc: «Segundo a perspectiva de especialistas norte-americanos em assuntos soviéticos – bem como europeus ocidentais -, Moscovo estava a seguir uma política essencialmente de baixo risco e investimento limitado. (...)o Departamento de

⁶⁹Álvaro Cunhal, «Intervenção na Reunião Plenária do Comité Central do PCP», 10 de Agosto de 1975, em *Documentos Políticos do Partido Comunista Português, A Crise Político Militar*, Lisboa, Avante!, 1976, pp.129-66

Estado acreditava que, se Moscovo tivesse de escolher entre Portugal e a sobrevivência da *détente* escolhia a última». E o investigador norte-americano acrescentou como exemplo para comprovar a sua interpretação a visita de Edward Gierek a Lisboa, em Janeiro de 1975, durante a qual se encontrou com Cunhal, Vasco Gonçalves e Otelio Saraiva de Carvalho e aconselhou-os «a avançar mais lentamente com a revolução» pois «a Polónia deploraria uma situação em que a realidade em Portugal se tornasse de tal forma polarizada ao ponto de trazer tensões entre Moscovo e Washington, causando danos à *détente*». ⁷⁰

Na realidade, esta interpretação foi partilhada pelos próprios serviços secretos norte-americanos que desenvolveram na ocasião vários estudos acerca do assunto e concluíram, no essencial, que o Kremlin não estava disposto a trocar o quadro geral do seu relacionamento com o Ocidente por uma revolução comunista em Portugal.

Um desses estudos foi elaborado pela CIA, em Fevereiro de 1975, tendo analisado a estratégia da URSS para a Europa do Sul e concluído que a região não era «um foco prioritário da política externa soviética» e que «Moscovo não pretendia empenhar-se em expandir a sua influência neste espaço ao ponto disso interferir com as suas relações, cuidadosamente construídas, com a Europa e com os Estados Unidos»; pelo contrário, o Kremlin tinha «demonstrado uma inclinação para recomendar políticas moderadas aos partidos comunistas locais». No caso concreto de Portugal, a Agência considerava que até àquela data os soviéticos encontravam-se «satisfeitos» com o curso dos acontecimentos no País e estavam mesmo a apoiar o PCP, «provavelmente com dinheiro», mas tinham igualmente adoptado «algumas cautelas para permanecerem relativamente discretos», ao ponto de recomendarem ao Partido Comunista para «se apresentar como uma força moderada que denuncia o extremismo de esquerda e não suscita questões relativamente à presença portuguesa na NATO e às bases nos Açores»; segundo os “soviétólogos” da CIA, o Kremlin temia sobretudo uma «forte reacção da direita similar à ocorrida no Chile» e «pretendia evitar criar dificuldades nas suas relações com a Europa Ocidental e com os EUA». ⁷¹

Já em Outubro de 1976, a *Central Intelligence Agency* elaborou uma extensa análise sobre a política externa da URSS e o “Eurocomunismo”, dedicando uma parte significativa da sua atenção ao caso português. Segundo a CIA, um envolvimento de

⁷⁰Tad Szulc, «Lisbon & Washington...», ob. cit., pp.32-33 e p.57. Edward Gierek era o primeiro-secretário do partido comunista polaco

⁷¹«Soviet Policy Towards Selected Countries of Southern Europe», CIA, National Intelligence Analytical Memorandum, February 4, 1975. www.foia.cia.gov

Moscovo em Portugal era não só «pouco vantajoso», como mesmo «contrário aos seus interesses de curto prazo»; por um lado, Lisboa «tinha pouco para oferecer em termos de ganhos militares, económicos ou políticos», por outro, «o envolvimento soviético nos assuntos de um Estado que era simultaneamente membro da Aliança Atlântica e parte do mundo ocidental, do ponto de vista histórico, cultural e económico, ameaçava colocar uma tensão intolerável nas relações de Moscovo com o Ocidente».

De resto, havia não só «consideráveis evidências» de que o Kremlin partilhava esta conclusão, como toda a história recente apontava nesse sentido. Ao nível da economia, a falta de interesse no País tinha sido «amplamente demonstrada ao longo dos dois anos anteriores», durante os quais «a existência de um Governo influenciado pelos comunistas e em geral pró-soviético não teve um efeito apreciável nos níveis do comércio entre a URSS e Portugal», com as exportações e as importações a não ultrapassarem um total de 1,4% e 0,8% respectivamente». Mas Moscovo também não tinha «exibido qualquer interesse em estabelecer uma presença militar» em Lisboa pois, «apesar dos rumores que circularam em 1975 sobre a intenção de adquirir direitos navais nos Açores», não havia «evidência de qualquer abordagem soviética aos portugueses».

Para a Agência, mesmo se existissem vantagens, estas «não eram nunca suficientemente grandes para justificar o risco de uma forte reacção ocidental que podia ameaçar toda a estrutura das relações Leste-Oeste», possibilidade que foi considerada «com seriedade» pelos dirigentes do Kremlin. Segundo as informações recebidas pela CIA, Brejnev chegou mesmo a dizer a um líder da RFA, em Julho de 1975, que «não percebia porque o Ocidente não tinha intervindo em Portugal aos primeiros sinais de agitação» e acrescentou que «isso teria sido aceite pelos soviéticos, mesmo que publicamente condenado, pois Portugal pertencia ao campo ocidental».

Para além desta consideração fundamental sobre o relacionalmente entre os dois blocos político-militares, a posição do Kremlin face à revolução portuguesa foi ainda influenciada pela percepção de que um Governo comunista em Lisboa não podia durar muito tempo. De acordo com os registos recebidos pelos serviços secretos americanos, os líderes da União Soviética «tinham pouca fé na habilidade do PCP para se manter no poder qualquer que fosse a extensão da intervenção do Ocidente», sendo a sua avaliação sobre as perspectivas do partido de Álvaro Cunhal mesmo no apogeu do seu poder marcada pelo «pessimismo». Como prova desse facto, «em Maio de 1975, quando o PCP estava em plena ofensiva contra os seus oponentes, um alto dirigente

soviético afirmou em privado a um comunista oeste-europeu que o partido não podia fortalecer a sua posição sem o apoio dos militares portugueses».

Ainda na avaliação da CIA, o apoio da URSS a Álvaro Cunhal foi condicionado pela «reação ambivalente dos partidos comunistas da Europa Ocidental à ascensão do PCP», com «alguns dos mais importantes, sobretudo o italiano e o espanhol, a criticarem em declarações públicas a militância revolucionária dos portugueses que ameaçava minar os seus próprios esforços de se apresentarem como movimentos moderados e “democráticos». Assim, «o apoio de Moscovo ao PCP ia certamente complicar as suas relações com aqueles partidos comunistas» que eram «muito mais importantes, quer por causa da sua dimensão, quer devido à maior importância estratégica dos seus países».

Finalmente, na linha do que afirmámos na parte dedicada à Conferência de Helsínquia, a *Central Intelligence Agency* também pensava que a CSCE tinha contribuído para moderar a política de Moscovo para Lisboa, «sensibilizando os líderes soviéticos para o perigo de uma reação ocidental contra os desenvolvimentos portugueses poder resultar num retrocesso da sua política europeia».

Por todas estas razões primordiais, a Agência concluiu que «durante o auge da crise interna portuguesa em 1975», a URSS não só se «esforçou por convencer» a Aliança Atlântica que «não era responsável pelas acções do PCP» e que «não tinha qualquer intenção de interferir nos assuntos de Portugal», como se «empenhou em conservar um *low profile*». Em sinal disso, «o comportamento da comunidade diplomática soviética em Lisboa foi adaptado a uma pose de não envolvimento» e o seu Embaixador e respectivo *staff* fizeram «todos os possíveis para permanecerem nos bastidores»; igual «discrição» foi adoptada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Gromyko, que num relatório sobre política externa apresentado ao plenário do Comité Central realizado em Abril de 1975 - «num momento em que os comunistas portugueses tinham lançado um esforço para expulsarem os seus rivais do governo» - mal mencionou as relações da URSS com o movimento comunistas e «nem sequer referiu Portugal».

Mais importante ainda, a CIA tinha informações que apontavam para que, em privado, a acção da URSS junto do PCP durante o auge da luta política portuguesa foi muito mais dura e explícita, tendo desenvolvido «pressões consideráveis» num esforço para dissuadir Álvaro Cunhal de levar a cabo «acções que resultassem no seu isolamento político». Por exemplo, poucos dias depois do golpe falhado de 11 de

Março, dirigentes soviéticos avisaram um funcionário do Partido Comunista Português em Moscovo que «a velocidade dos decretos envolvendo uma profunda transformação política e económica tinha de ser abrandada», tendo a mesma mensagem sido transmitida a Vasco Gonçalves pelo Embaixador em Lisboa.

Apesar disso, os responsáveis da Agência por este estudo sublinharam que «o desinteresse de Moscovo» pela revolução portuguesa foi comprometido pelo «constante fluxo de dinheiro para o PCP». Segundo eles, «o montante concreto dos subsídios» era «desconhecido», mas eles «foram suficientes para tornar o PCP relativamente rico em comparação com os seus adversários políticos», tendo em conta «critérios tangíveis como o número de *posters*, de bandas sonoras e funcionários a tempo inteiro»; contudo, acrescentaram ainda que «os soviéticos tiveram o cuidado de confinar as suas remessas de fundos a canais clandestinos, uma prática que ajudou a sustentar a sua pose de “mãos limpas”».

Todavia, para os “soviólogos” da CIA este apoio financeiro aos comunistas portugueses, bem como a ligeira mudança de atitude do Kremlin em Julho de 1975 por ocasião do contra-ataque do PS que remeteu Cunhal para uma posição defensiva, explicava-se pelo principal objectivo da URSS para Portugal: «evitar a destruição do PCP». E para eles, a prova última estava na «serenidade» com que Moscovo tinha aceite o resultado final do processo revolucionário português.⁷²

O essencial das conclusões apresentadas nos estudos dos serviços secretos norte-americanos foi partilhado por vários protagonistas do período. Por exemplo, Frank Carlucci escreveu para o Departamento de Estado a 22 de Março de 1975 que «os soviéticos tinham demasiadas coisas em curso com os Estados Unidos para arriscarem tentar fazer um satélite de um País tão pobre e periférico como Portugal»; podiam estar dispostos a «fazer agitação e criar confusão desde que dentro de um perfil moderado» e não estavam seguramente «dispostos a desafiar o Ocidente, nem a assumir o fardo económico daí decorrente».⁷³ Já Costa Gomes defendeu que «não fazia parte das intenções da URSS apoiar a instauração de um regime comunista em Portugal» e, referindo-se à sua visita de 8 de Outubro a Moscovo, recordou que Brejnev lhe disse: «Nós sabemos muito bem que vocês são um povo maioritariamente católico e, portanto, não podem aceitar um regime como o nosso»; ainda segundo o então Presidente da República o líder da URSS sustentou que Lisboa «não devia sair da NATO», quer por

⁷²«Soviet Policy and European Communism», CIA, Research Study, October, 1976. www.foia.cia.gov

⁷³«Lisbon, 1639, March 22, 1975», GFL, PCF, Caixa 11

razões política, quer estratégicas, pois isso era «importante ao equilíbrio existente na altura», sobretudo no contexto da Conferência de Helsínquia.⁷⁴

5. Kissinger muda

No mesmo dia em que o PCP se reunia de emergência em Alhandra e decidia alterar a sua estratégia para a revolução portuguesa, Frank Carlucci partia para Washington com o intuito de convencer o Secretário de Estado norte-americano a mudar a sua posição relativamente a Portugal, conseguindo persuadi-lo definitivamente a abandonar a sua abordagem da «vacina» e a adoptar uma política de apoio às forças “moderadas” político-militares.

Dada a importância do que estava em causa neste período específico do processo revolucionário, o Embaixador preparou com o maior cuidado a sua deslocação, tendo-se desdobrado em contactos prévios com altos funcionários da Administração Ford. Desde logo com Donald Rumsfeld, *Chief of Staff* do Presidente, seu antigo colega na Universidade de Princeton e amigo pessoal de longa data; também com Vernon Walters, vice-director da CIA, com quem tinha servido no Brasil e que havia mesmo sido o responsável pela sua escolha para o posto na capital portuguesa; ainda com o general Alexander Haig, comandante das forças da NATO, figura proeminente em Washington e um aliado de Carlucci; finalmente com Bill Clemmens que na secretaria de Estado da Defesa defendia posições semelhantes às da representação diplomática em Portugal. Como Carlucci sabia, e escreveu mais tarde, «a questão-chave para qualquer Embaixador não era como lidar com o país anfitrião, mas como lidar com Washington».⁷⁵

Já na capital norte-americana, o diplomata acreditado em Lisboa teve várias reuniões com os mais altos organismos do poder executivo para converter os respectivos responsáveis às suas teses, fazendo-o no Departamento de Estado, no Departamento de Defesa, na CIA e, mais importante de tudo, na Casa Branca com Rumsfeld que lhe arranhou um encontro directo com Gerald Ford, facto que acabou por se revelar decisivo.

Mas os momentos altos da agenda de Frank Carlucci foram mesmo as duas reuniões que teve com o Secretário de Estado. Acerca delas contou o próprio Embaixador: «Tive pelo menos duas reuniões com Kissinger e na primeira disse-lhe

⁷⁴ Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes...ob. cit.*, p.306

⁷⁵ Frank Carlucci, «The View from the U.S. Embassy»..., *ob. cit.* p.210

que as suas declarações estavam a empurrar Portugal para os braços dos comunistas. A sua resposta foi: - “se é assim tão esperto faça você os comentários”. Agradei e respondi que assim faria. Tivemos um diálogo muito difícil. Não creio que houvesse algum embaixador que pudesse falar com Kissinger daquela maneira. Os seus assessores disseram-me após a reunião que eu estava em maus lençóis. Continuei a defender o meu ponto de vista e fui falar com o Donald Rumsfeld. Na segunda reunião que tive com Kissinger ele disse-me que Ford queria falar comigo. No entanto, no decorrer desse encontro ele afirmou que estava disponível para tentar a minha estratégia por um tempo para ver no que dava. Respondi-lhe que sendo assim não havia necessidade de me encontrar com o Presidente. A partir deste momento, Kissinger tornou-se um grande apoiante da política que eu defendia». ⁷⁶

Ou seja, Carlucci “contornou” Kissinger através de Rumsfeld que lhe permitiu um acesso directo a Gerald Ford. A partir desse momento, o Secretário de Estado percebeu que tinha perdido o que o próprio designou de «a batalha no seio da Administração norte-americana» e foi obrigado a aceitar a política defendida pelo seu Embaixador em Lisboa. Carlucci explicou igualmente como planeou esta “rasteira”: «Eu tinha acesso directo à Casa Branca. O meu amigo Donald Rumsfeld era o *Chief of Staff* de Ford e falei com ele, explicando-lhe a situação em Portugal. Rumsfeld nada disse, mas obviamente foi ele quem arranjou o meu encontro com o Presidente. A partir daí Kissinger percebeu que havia um interesse real em ver-me e conhecer o meu ponto de vista sobre Portugal. Tratou-se de um plano e resultou. Kissinger aceitou seguir a minha política durante algum tempo para ver se ela funcionava». ⁷⁷

Este encontro com o Secretário de Estado ficou igualmente marcado pela diferença de pontos de vista acerca da resposta a dar a um pedido de Costa Gomes para que os EUA ajudassem Portugal numa ponte aérea destinada a evacuar os colonos de Angola, solicitação feita numa audiência realizada no próprio dia da partida de Carlucci para Washington com o argumento que era importante «um forte sinal por parte dos Estados Unidos». O Departamento de Estado defendia que não devia responder favoravelmente pois pretendia utilizar essa questão «como um instrumento para forçar a remoção de Vasco Gonçalves»; já o Embaixador considerava que a recusa em auxiliar o País numa questão vista como humanitária só servia para enfraquecer os “moderados” pois ia acentuar na opinião pública nacional os ressentimentos contra os norte-

⁷⁶Entrevista a Frank Carlucci, Washington D.C, 26.10.2004

⁷⁷*Idem*

americanos. Nada ficou decidido relativamente a esta questão que se prolongou até ao mês de Setembro e, como veremos, se revelou com um dos mais relevantes instrumentos de pressão da Administração Ford nos seus esforços para se livrar do “gonçalvismo”.⁷⁸

Ainda decisivo nesta viagem de Carlucci a Washington foi o seu esforço para convencer os mais altos organismos do poder político dos EUA a recusarem qualquer apoio aos movimentos separatistas nos Açores, bem como a Spínola. Segundo o Embaixador, havia quem defendesse esse auxílio, «em particular Jessie Helms», pelo que nos seus encontros argumentou «veementemente contra essa tese» e instou «o Departamento de Estado, o Departamento de Defesa e a CIA a não aceitarem a ideia da independência dos Açores», tendo sido «acordado» seguir a posição do diplomata acreditado em Lisboa.⁷⁹

Frank Carlucci acabou assim por desempenhar um papel fundamental na inversão da política dos Estados Unidos para Portugal no período da transição para a democracia, levando o seu país a apoiar as forças “moderadas” internas político-militares. Como ele referiu, a partir desta viagem a Washington em Agosto de 1975, passou a ter «todo o apoio» de Kissinger para a sua estratégia, ao ponto de o responsável do Departamento de Estado para os Assuntos Europeus, Arthur Hartman, ter chegado a referir: - «Frank, deixe de enviar os seus relatórios ao Kissinger e diga-lhe o que necessita pois ele disse-nos para dar-lhe tudo o que precisa».⁸⁰

A importância da acção do Embaixador norte-americano em Lisboa para o resultado final do processo político português iniciado pelo 25 de Abril de 1974 foi igualmente destacada pelos protagonistas nacionais do período. De acordo com Mário Soares, «o apoio de Carlucci – diplomático, antes de tudo -, foi o mais importante»; e acrescentou: «convenceu os americanos de que o PS tinha, naquele momento, importância decisiva e, principalmente, disse-lhes para não cometerem erros, nem se equivocarem em relação a nós. Isto é, explicou-lhes que não poderiam auxiliar os movimentos separatistas nas ilhas, nem mais tarde o MDLP, nem Spínola, nem nenhum dos sectores, directa ou indirectamente, ligados à contra-revolução. Em suma, que tivessem uma expectativa benévola em relação à Revolução e a todos os que, no interior – e no próprio Governo -, lutavam pela democracia, através de diversos programas de

⁷⁸*Idem*

⁷⁹*Idem*

⁸⁰*Idem*

apoio, como veio a ocorrer em relação às Forças Armadas, a programas de fomento da habitação, alimentares e outros». ⁸¹ Já Costa Gomes referiu que Carlucci foi «um elemento muito positivo» para o País, tendo sido «um dos que nunca acreditaram que em Portugal se pudesse instalar um Governo comunista». ⁸²

Certo é que imediatamente após a viagem do Embaixador a Washington e, acrescente-se, na sequência da acção diplomática da Europa Ocidental em Helsínquia, Kissinger mudou finalmente a sua abordagem para Portugal e decidiu apoiar de forma pública as forças “moderadas” internas, sendo possível identificar o primeiro sinal desta alteração fundamental no discurso proferido pelo Secretário de Estado em Birmingham, Alabama, a 14 de Agosto de 1975.

Esta intervenção destinava-se a explicar aos americanos a política externa dos EUA, mas, sintomaticamente, uma parte significativa do tempo foi consagrada ao caso português, colocado no contexto das relações entre Washington e Moscovo, ou seja, no âmbito mais vasto das relações Leste-Oeste.

A principal importância de Birmingham consistiu justamente no facto de pela primeira vez Kissinger avisar de modo directo e inequívoco a URSS sobre as consequências do seu envolvimento nos assuntos de Lisboa, chegando mesmo a afirmar que tal envolvimento era inconsistente com os princípios da segurança europeia, ou seja, punha em causa os acordos de Helsínquia. afirmou ele: «(...)os Estados Unidos nunca aceitaram que a União Soviética é livre de proceder ao relaxamento de tensões de modo selectivo ou como um expediente para a obtenção de vantagens unilaterais. Em Portugal, um foco actual de preocupação, a União Soviética não deve assumir que tem a opção, quer directa quer indirectamente, de influenciar os acontecimentos de modo contrário ao direito do povo português de determinar o seu próprio futuro. O envolvimento de potências estrangeiras com este propósito num país que é um nosso amigo e aliado é inconsistente com qualquer princípio de segurança europeia».

Mas o responsável máximo pela política externa norte-americana ia mais longe e criticava abertamente as forças que procuravam impor uma solução revolucionária contrária à vontade da maioria dos portugueses - leia-se PCP-, afirmava a sua simpatia e apoio às forças “moderadas” que lutavam pela edificação da democracia e prometia que o Ocidente estava pronto a ajudar um Portugal democrático: «Os acontecimentos em Portugal têm a sua origem na dinâmica da história portuguesa. Mas 80% do povo

⁸¹Maria João Avillez, *Soares...*, ob. cit., p.407

⁸²Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes...*, ob. cit. pp.319-20

português declarou de forma inequívoca a sua preferência por um sistema democrático e por partidos democráticos. A tentativa de uma minoria antidemocrática e doutrinária de por em causa este desejo vai inevitavelmente encontrar uma crescente resistência popular (...). Os Estados Unidos receberam com satisfação a revolução portuguesa. Nós e os nossos aliados apoiámos os seus propósitos diplomática e materialmente. Simpatizamos com as forças democráticas que procuram construir Portugal por meios democráticos. Iremos denunciar e opor-nos aos esforços de uma minoria que parece estar a subverter a revolução e os seus propósitos. O povo português deve saber que nós e todos os países democráticos do Ocidente estamos muito preocupados com o seu futuro e estamos preparados para ajudar um Portugal democrático».

E, ao mesmo tempo que avisava directamente a URSS, manifestava vontade de apoiar as forças “moderadas” e prometia ajuda a um Portugal democrático, Kissinger pressionava as autoridades político-militares portuguesas a afastar os comunistas do Governo, recorrendo de novo à questão da presença de Lisboa na NATO: «(...) a um dado ponto, nós e os nossos aliados europeus temos de nos perguntar se o controlo comunista num Governo [de um país da NATO] é compatível com a pertença a uma aliança dedicada a resistir à agressão comunista».⁸³

A mudança do Secretário de Estado era inequívoca. Como analisou João Hall Themido num telegrama enviado no dia seguinte para o Ministério dos Negócios Estrangeiros tratava-se sobretudo de um «aviso a União Soviética e um apoio a elementos portugueses». De acordo com o Embaixador em Washington havia vários pontos merecedores de destaque: primeiro, esta era sem dúvida «a declaração americana mais firme e directa» sobre os problemas do País; segundo, ela revelava pela primeira vez «uma atitude optimista sobre a evolução da situação»; terceiro, a intervenção constituía «uma excepção» e «num duplo sentido», ou seja, contrariava a orientação de Washington de «não se pronunciar sobre problemas internos de outros países» e alterava a sua posição até à data relativamente a Lisboa que se tinha caracterizado por «relativa discrição» e «minimização da importância da alegada intervenção soviética em Portugal»; quarto, tornava público «o apoio às forças chamadas democráticas» e prometia ajudá-las, «quer na sua luta actual, quer no caso de assumirem a direcção política do País»; quinto, ela denunciava que Washington admitia o direito de intervir nos assuntos portugueses, esboçando «uma “doutrina Brejnev” para

⁸³Department of State Bulletin, Vol.LXXIII, nº1890, September 15, 1975, pp.392-93

uso dos Estados Unidos ao abrigo da declaração de Helsínquia»; finalmente, segundo a interpretação da imprensa, a declaração era «o mais forte apoio dado até agora às forças anti-comunistas e aos esforços que estavam a desenvolver contra o Primeiro-Ministro [Vasco Gonçalves]» e continha «implicitamente o compromisso de uma importante ajuda económica norte-americana».⁸⁴

A primeira tradução prática desta mudança de Kissinger foi a sua anuência ao incremento do programa dos EUA de auxílio à economia portuguesa, decisão tomada durante a última reunião que manteve com Carlucci em Washington, ficando este com o encargo de apresentar com urgência os pormenores desse plano.

Neste sentido, logo a 18 de Agosto, o Embaixador enviou para o Departamento de Estado o seu projecto que consistia, desde logo, numa ajuda directa de 85 milhões de dólares destinada a «atacar os problemas económicos básicos» e, adicionalmente, «a melhorar as condições dos grupos com mais baixo rendimento». Desse montante global, 20 milhões deviam ser concedidos de imediato pelo Governo dos Estados Unidos para apoiar Portugal ao nível da importação de capitais essenciais; 62 milhões deviam advir de um empréstimo a ser negociado com entidades públicas e privadas, destinando-se sobretudo a sectores essenciais como a Habitação, o Saneamento Básico e a Agricultura; os restantes três milhões deviam ser concedidos sob a forma de subsídios para a assistência técnica e formação nas áreas prioritárias para o desenvolvimento do País.

Além deste auxílio directo de 85 milhões de dólares, o projecto previa ainda vários outros tipos de apoios como o incremento do comércio externo, empréstimos bancários para apoiar programas nos sectores petroquímico, hidroeléctrico, irrigação e transportes, bem como, mais importante de tudo, um «substancial aumento do programa de assistência militar de modo a providenciar melhores equipamentos e mais treino de pessoal».

Finalmente, Washington comprometia-se a agir diplomaticamente de forma a persuadir as organizações internacionais, os governo aliados e o sector privado a juntarem-se ao esforço de ajudar Lisboa. Muito concretamente previa-se a este nível: «apoiar activamente os pedidos de crédito por parte de Portugal junto do FMI e do Banco Mundial; encorajar a Comunidade Europeia a iniciar uma assistência bilateral e multilateral de larga escala; promover uma maior participação do País em programas

⁸⁴AHD, PEA, nº676, 15 de Agosto de 1975

internacionais de assistência técnica e de transferência de tecnológica, nomeadamente os existentes ao nível das Nações Unidas».

Mas este programa de ajuda económica dos EUA a Portugal concebido por Frank Carlucci tinha um alcance de curto prazo muito específico: contribuir para a queda de Vasco Gonçalves e, logo, para o enfraquecimento dos comunistas. Deste modo, o Embaixador acrescentou que ele devia ser posto em prática apenas «se for constituído um novo Governo», destinando-se a favorecer esse resultado e ainda a dar ao novo executivo «a máxima vantagem económica para readquirir o controlo que o PCP detém nas autarquias locais».⁸⁵

6.EUA pressionam e Vasco Gonçalves cai

Após o acordo estabelecido entre Carlucci e Kissinger durante a estadia do primeiro em Washington, os EUA passaram a ter uma intervenção mais directa no processo político português, esforçando-se por influenciar o seu curso num sentido mais favorável ao Ocidente, ou seja, num rumo democrático. E, numa primeira fase, toda a actuação centrava-se num objectivo primordial: pressionar as autoridades de Lisboa, especialmente Costa Gomes, a afastar Vasco Gonçalves enquanto meio instrumental para derrotar o PCP.

Como se pode perceber pelo conteúdo de uma das habituais reuniões do *staff* do Secretário de Estado, durante a visita aos Estados Unidos o Embaixador foi claro quanto aos seus objectivos de curto prazo para Portugal. Afirmou Arthur Hartman durante o encontro: «Quando Carlucci esteve cá, disse que o seu primeiro objectivo era “livrar-se” de [Vasco] Gonçalves; o segundo, acabar com a 5ª Divisão que está a fazer toda a propaganda no país inteiro; e depois, terceiro, manter os comunistas fora do País»⁸⁶

Estes objectivos traçados por Carlucci correspondiam também à estratégia adoptada pelas forças “moderadas” portuguesas que para o efeito precisavam de estabelecer uma aliança táctica com o sector liderado por Otelo Saraiva de Carvalho, tendo por isso iniciado um conjunto de encontros com ele com vista a alcançar uma frente anti-“gonçalvista”.

⁸⁵«Lisbon, 4700, August 18, 1975», GFL, PCF, Caixa 11

⁸⁶«The Secretary's Principals and Regionals Directors Staff Meeting», September 8, 1975, NA, SDR, Entry 5177, Caixa 8

A tarefa do grupo de Melo Antunes era facilitada pela passagem de Otelo à oposição a Vasco Gonçalves. Isso mesmo ficou claro a 12 de Agosto, altura em que foi divulgado o documento intitulado «Autocrítica Revolucionária do COPCON e Proposta de Trabalho para um Programa Político» que, não obstante incluir algumas acusações aos «Nove», era sobretudo um manifesto contra o V Governo Provisório e o Primeiro-Ministro. O texto aparecia dividido em quatro partes, sendo as duas primeiras consagradas à situação político-militar e muito críticas para o executivo ao falar da «incapacidade verificada a todos os níveis para resolver os problemas concretos que se deparavam aos órgãos de poder»; já sobre o «Documento dos Nove» considerava «válidas algumas das suas críticas», sobretudo as dirigidas ao «acentuado dirigismo e tentativa de controlo do aparelho de Estado por parte dos partidos, com especial realce para o PCP», mas acusava-o de rejeitar «a democracia popular e as conquistas da classes trabalhadoras», contribuindo assim para a «recuperação da direita» e para «abrir o campo de manobra para a destruição de revolução». Os restantes pontos eram dedicados à proposta de um projecto de poder popular para o País, defendendo estruturas de base e democracia directa através de «um programa revolucionário» concretizado pela «realização da Aliança MFA-Povo».

Não obstante a aparência de constituição de uma terceira via entre os “gonçalvistas” e os “Nove”, o Documento do COPCON tinha como alcance político de curto prazo o isolamento de Vasco Gonçalves. Como escreveu a Embaixada dos EUA acerca deste desenvolvimento, o texto era «uma importante declaração sobre a posição da “esquerda nacionalista” dentro do Movimento das Forças Armadas», porém, havia «algumas indicações de que esta e o grupo de Melo Antunes acordaram que o Primeiro-Ministro tinha que se ir embora».⁸⁷

Na realidade, logo no dia seguinte à publicação da «Autocrítica Revolucionária do COPCON», Otelo deu um sinal importante de aproximação aos «Nove». Numa reunião da RML reiterou a sua confiança nos comandantes das Regiões Militares Centro e Sul, que tinham assinado o texto elaborado por Melo Antunes, e prometeu fazer todos os possíveis para reintegrar os oficiais do Conselho da Revolução suspensos após a divulgação do «Documento dos Nove». E, a partir desta data, iniciaram-se vários encontros entre os “moderados” do MFA e o comandante-adjunto do COPCON com vista à elaboração de um programa político de convergência entre estas duas facções do

⁸⁷ «Lisbon, 4674, August 14, 1975». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

Movimento das Forças Armadas cujo alcance último era forçar o Presidente da República a afastar Vasco Gonçalves.

Acompanhando a crescente pressão interna liderada pelo grupo de Melo Antunes contra o Primeiro-Ministro e os seus aliados comunistas, a 15 de Agosto, Henry Kissinger enviou uma mensagem a Costa Gomes. Em tons duros, o Secretário de Estado norte-americano começou por lhe dizer: «Por toda a comunidade ocidental, está a questionar-se: será Portugal realmente merecedor do nosso apoio? Ou está o Governo português a procurar ajuda financeira ocidental para construir uma sociedade modelada segundo as linhas totalitárias comunistas? Mais cedo ou mais tarde estas mesmas questões também têm que ser colocadas na NATO, onde terá de ser enfrentada a contradição entre a participação de Portugal na Aliança e o seu Governo de influência comunista e representação minoritária». E, de modo muito directo, lançou-lhe praticamente um ultimato, afirmando que a sua decisão podia «determinar se Portugal ia alcançar o seu objectivo de um socialismo pluralista de tipo democrático» ou ia «prosseguir no caminho de um totalitarismo doutrinário»; no primeiro caso, «os Estados Unidos e os outros amigos de Portugal iam conceder uma considerável ajuda económica ao País», já na segunda hipótese, ia «ser impossível continuar a cooperação». E acrescentou: Costa Gomes é o homem que vai determinar o que vai acontecer».⁸⁸

A 19 de Agosto ocorreu uma reunião decisiva em São Julião da Barra com Costa Gomes, os «Nove» e Otelo Saraiva de Carvalho com os últimos a apresentarem ao primeiro um programa comum intitulado «Plano Político do MFA» e a exigirem-lhe em unísono que aprovasse o documento e afastasse Vasco Gonçalves pois, caso contrário, «não haveria outra solução senão afastá-lo de Presidente da República». Pressionado interna e externamente, Costa Gomes aceitou deixar “cair” o Primeiro-Ministro e determinou que se iniciassem consultas «muito reservadas» para a formação do VI Governo Provisório cuja chefia caberia a Carlos Fabião, uma proposta de Melo Antunes.⁸⁹

Alcançado este entendimento, começaram logo no dia seguinte as diligências com vista à formação do «Governo Fabião». Para o efeito, Melo Antunes, Vítor Alves, Vasco Lourenço e Carlos Fabião encontraram-se e decidiram mandar o primeiro para

⁸⁸«Outgoing Telegram, 193799, August 15, 1975». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

⁸⁹José Gomes Mota, *A Resistência...*, ob. cit., pp.138-39. Referindo-se a esta reunião, Gomes Mota afirmou que Otelo tinha decidido que, caso o General Costa Gomes se opusesse à demissão de Vasco Gonçalves, não havia outra solução senão afastá-lo também da Presidência da República

fazer os contactos necessários à constituição do novo executivo, bem como para elaborar o seu programa. Porém, a 21 de Agosto surgiram os primeiros obstáculos ao gabinete em preparação: por um lado, numa reunião no Restelo entre os «Nove» e vários militares do COPCON surgiram profundas divergências quanto ao «Governo Fabião», bem como relativamente ao conteúdo do «Plano Político do MFA»; por outro, Costa Gomes dava sinais de recuar na sua decisão de afastar Vasco Gonçalves, pedindo mais tempo para preparar o terreno. Comentando este último desenvolvimento, Carlucci escreveu para Washington que se podia estar na presença de mais uma «medida temporizadora» do Presidente da República.⁹⁰

As desconfianças relativamente às reais intenções de Costa Gomes conduziram ao endurecimento da posição do «Grupo dos Nove» que, com o assentimento táctico de Otel Saraiva de Carvalho, ameaçaram pela primeira vez o Chefe de Estado com a possibilidade de formar um Governo Provisório no Norte do País e a partir daí preparar a «marcha sobre Lisboa» caso o Primeiro-Ministro não fosse demitido.⁹¹ Esta ideia, apresentada pela primeira vez de forma directa nesta ocasião, acabaria por ganhar forma nas vésperas do 25 de Novembro e revelou-se um trunfo muito importante nos planos militares dos “moderados”.

Simultaneamente, os EUA subiam também o grau da sua pressão sobre o Presidente da República. Aproveitando o já referido pedido de ajuda daquele para a ponte aérea destinada a evacuar os colonos de Angola, nas vésperas de uma audiência de Carlucci no Palácio de Belém, marcada para 22 de Agosto, o Departamento de Estado fez chegar ao Embaixador uma mensagem para ser transmitidas a Costa Gomes. E o recado era claro: Kissinger tinha aprovado um conjunto de medidas para ajudar a transportar os refugiados portugueses e para auxiliar o subsequente esforço de reintegração, contudo, «a extensão da vontade de assistir Portugal» ia «obviamente depender da evolução da situação nas próximas semanas e meses», ou seja, «não havia muita disponibilidade para ajudar se o presente regime radical e repressivo de [Vasco] Gonçalves perdurasse».⁹²

Isto é, a Administração Ford usava a questão da ponte aérea angolana como mais um pretexto para pressionar o fim do “gonçalvismo” dando a entender que estava disponível para ajudar o País a suportar o custo do transporte e reintegração dos

⁹⁰«Lisbon, 4775, August 21, 1975». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

⁹¹«Lisbon, 4796, August 22, 1975». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

⁹²«Outgoing Telegram, 199405, August 21, 1975». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

portugueses residentes em Angola, mas apenas se fosse constituído um novo Governo, com outro Primeiro-Ministro e sem elementos do PCP.

Esta intenção ficou clara na resposta de Carlucci ao Departamento de Estado que, todavia, ia no sentido de desaconselhar essa estratégia. Escreveu ele: «Tenho a impressão (...) que existe no Departamento de Estado a crença de que o contínuo adiamento da ponte aérea vai contribuir para beneficiar o grupo de Melo Antunes ao colocar pressão sobre Costa Gomes. Embora isso fosse verdadeiro no início, e as pressões tenham tido um efeito, o oposto é agora o caso». E o Embaixador acrescentou que recebeu uma carta formal do Presidente da República pedindo a ponte aérea através de Ferreira da Cunha, «um líder do grupo de Melo Antunes» que «nos instava a passar rapidamente a acção».⁹³

Não obstante, Carlucci aproveitou a sua audiência com Costa Gomes para lhe transmitir quer a já anteriormente referida mensagem de Kissinger do dia 15 de Agosto, quer o recado sobre a ponte aérea angolana. Nesse sentido, começou logo por sublinhar que «este era o momento crucial e que a verdadeira decisão estava nas suas mãos»; indo mais longe, disse «acreditar que Costa Gomes defendia uma forma democrática de socialismo mas que os EUA esperavam agora evidências concretas de que era nesse sentido que Portugal caminhava». Sobre a questão dos colonos angolanos, afirmou «estar preocupado com a forma como o auxílio americano podia ser interpretado» e «não queria que ele fosse usado para ajudar certas facções políticas na luta em curso»; mais concretamente, ela destinava-se «a propósitos humanitários» e não podia de modo algum ser entendida como «uma forma de apoio político a um Governo cujas orientações gerais estavam nos antípodas das defendidas pelos Estados Unidos». Para acentuar esta mensagem, o Embaixador não só deixou claro que o seu país se «recusava a tratar o assunto com Vasco Gonçalves», exigindo fazê-lo directamente com Ferreira da Cunha que era «pró-americano», como pressionou o Presidente da República a formar um novo Governo, com outro Primeiro-Ministro e sem a participação dos comunistas. Contudo, Costa Gomes insistiu na necessidade se constituir um executivo de «coligação», incluindo o PCP, o PS e o PPD, pois o partido de Álvaro Cunhal tinha «uma enorme e disciplinada adesão entre as classes trabalhadoras dos centros industriais de Lisboa e Setúbal» e, se fosse excluído, «essas áreas ficariam infestadas com violência, greves e outras tácticas de ruptura»; além disso, o PCP «tinha perdido

⁹³ «Lisbon, 4998, August 28, 1975». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

um terreno considerável e, logo, mudado radicalmente a sua política». Mas para Carlucci este era o momento para «uma acção definitiva que demonstrasse que Portugal estava no caminho democrático»; e terminou com um aviso: - «o mundo está à espera de um sinal».⁹⁴

Apesar destas várias frentes de pressão sobre Costa Gomes as notícias relativas à evolução do processo político português não eram tranquilizadoras para os defensores da via democrática. A 25 de Agosto, Carlos Fabião recusou ser Primeiro-Ministro após uma reunião do Directório com os Chefes de Estado-Maior no decorrer da qual Vasco Gonçalves, Pinheiro de Azevedo e Morais e Silva negaram-se a aceitar o «Governo Fabião»; para agravar, foi proposta como solução alternativa a nomeação de Vasco Gonçalves para o cargo de CEMGFA e de Pinheiro de Azevedo para chefe do executivo. Nesse mesmo dia, o PCP e vários partidos de extrema-esquerda aliaram-se tacticamente criando uma Frente de Unidade Popular (FUP) que, apesar do seu curto tempo de vida, denunciava a hipótese de uma junção dos extremos do poder político-militar para combater os elementos “moderados”.

Na manhã de 26 de Agosto, o Departamento de Estado fazia uma análise bastante pessimista da situação portuguesa. Por um lado, tinha informações que apontavam para o apoio de Costa Gomes à nomeação do ainda Primeiro-Ministro para CEMGFA, o que colocava sobre o seu «comando directo numerosas unidades militares altamente operacionais», por outro lado, havia relatos sobre o regresso de Eurico Corvacho ao comando da Região Militar Norte, o que «privava Melo Antunes das suas opções». Por isso, para Lowenstein, só restavam aos “moderados” duas hipóteses: atacar ou recuar, e, caso optassem pela primeira, podiam levar a cabo «um golpe militar em Lisboa ou uma marcha sobre a capital a partir do Norte».⁹⁵

Mas, na lógica da dinâmica altamente fluida que caracterizava o processo político português na ocasião, ainda no dia 26, o «Grupo dos Nove» obtinha uma vitória importante com a decisão de Costa Gomes de ordenar o encerramento da 5ª Divisão do EMGFA. Numa primeira análise, tratava-se de um esforço do Presidente da Republica para salvaguardar a disciplina militar que havia sido abalada pelo facto de a FUP ter-se constituído nas instalações do Centro de Sociologia Militar, ocupadas por aquela divisão; porém, o seu significado era mais vasto pois ao longo de todo o processo revolucionário a 5ª Divisão assumiu-se como um dos principais apoios de

⁹⁴«Lisbon, 4826, August 22, 1975». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

⁹⁵«Outgoing Telegram, 202519, August 26, 1975». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

Vasco Gonçalves e, logo, o seu encerramento foi percebido pelas forças em contenda como uma importante derrota deste último. Acresce que a decisão de Costa Gomes foi cumprida com a concordância de Otelo Saraiva de Carvalho que instruiu pessoalmente Jaime Neves a tomar pela força o “Estado-Maior do gonçalvismo”.⁹⁶

No dia seguinte, Otelo deu um contributo decisivo para a queda de Vasco Gonçalves ao escrever-lhe uma carta pedindo-lhe que se afastasse; afirmou o comandante-adjunto do COPCON: «Percorremos juntos e com muita amizade um longo caminho da nossa História. Agora, companheiro, separamo-nos. (...) Peço-lhe que descanse, repouse, serene, medite e leia. Bem necessita de um repouso muito prolongado e bem merecido pelo que esta maratona da Revolução de si exigiu até hoje».⁹⁷

Ainda a 27 de Agosto, os Estados Unidos faziam mais um esforço no sentido de provocarem o fim do “gonçalvismo”, instruindo os seus embaixadores colocados em Bona, Londres, Paris e Haia para abordarem os governos locais e transmitirem-lhes que «o *momentum* dos “moderados” em Portugal estava a perder-se» e que o Ocidente «devia tomar todas as medidas possíveis para forçar Costa Gomes a agir». Em concreto, o Departamento de Estado sugeria aos aliados europeus para reiterarem publicamente que «a ajuda da CEE a Portugal estava condicionada à evolução para uma democracia pluralista» e que «a presente situação interna tornava difícil ao Ocidente apoiar o País»; adicionalmente, pedia à RFA, ao Reino Unido, à França e à Holanda que «apoiassem a *démarche* feita a 22 de Agosto por Carlucci junto de Costa Gomes» e dessem indicações ao seu corpo diplomático acreditado em Lisboa para «fazer semelhante diligência» e dentro da linha desenvolvida pelo Embaixador norte-americano.⁹⁸

Ao mesmo tempo, em Lisboa, Frank Carlucci encontrava-se com os seus homólogos britânico e francês para os convencer a encontrarem-se com o Presidente da República português e pressionarem-no a afastar definitivamente Vasco Gonçalves, acrescentando que isso tinha sido «pedido pelo grupo de Antunes». Segundo o que o Embaixador dos EUA transmitiu para Washington, quer o representante diplomático do Reino Unido, quer o da França, concordaram que «a melhor política para o Ocidente era apoiar o grupo de Melo Antunes e que o tempo estava agora a correr contra aquele», porém, o primeiro mostrava «algumas reservas» em relação a uma acção concertada

⁹⁶José Gomes Mota, *A Resistência...*, ob. cit., p.145

⁹⁷Cit em Marcelo Rebelo de Sousa, *A Revolução e o Nascimento do PPD...* ob. cit., p.788

⁹⁸«Outgoing Telegram, 202520, August 27, 1975». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

junto de Costa Gomes por «reear possíveis repercussões adversas», ainda que acabando por concordar em «mais um esforço»; já o Embaixador francês, «geralmente muito negativo» quanto a *démarches* junto do Presidente, apresentava-se agora «surpreendentemente positivo», o que levou Carlucci a comentar para o Departamento de Estado que «a Embaixada francesa partilha agora a nossa perspectiva que a “maré” corre contra Melo Antunes».⁹⁹

Todavia, no dia seguinte, num novo encontro do Directório com os Chefes de Estado-Maior era decidido apresentar formalmente ao Conselho da Revolução a nomeação de Vasco Gonçalves para o cargo de CEMGFA e de Pinheiro de Azevedo para Primeiro-Ministro; como medida compensatória para o grupo “moderado”, era igualmente votada favoravelmente a reintegração dos conselheiros da revolução suspensos após a publicação do «Documento dos Nove». E a 29 de Agosto estas decisões eram aprovadas pelo Conselho da Revolução que deliberava ainda proceder à sua própria reestruturação na Assembleia do MFA convocada para 5 de Setembro.¹⁰⁰

Nos EUA esta decisão foi entendida como uma vitória de Vasco Gonçalves, agora no comando das Forças Armadas e livre para “purgar” os seus inimigos. Deste modo, ganhou força a ideia de que Costa Gomes tinha fortalecido os “gonçalvistas” – e os comunistas – em vez de enfraquecê-los e Kissinger começou de novo a ver as suas piores profecias a cumprirem-se.

Na realidade, a notícia da nomeação do ainda Primeiro-Ministro para CEMGFA gerou uma nova vaga de pessimismo em Washington acerca do futuro de Portugal. Num memorando elaborado por Vernon Walters para Kissinger alertava-se para o facto de o País estar «à beira da guerra civil» pois Vasco Gonçalves estava agora «numa posição ideal para purgar os moderados» e era de esperar uma forte reacção do «Grupo dos Nove». Para o vice-director da CIA, «a facção anti-comunista de Melo Antunes» tinha agora de decidir se queria «derrubar este novo arranjo – como dissera anteriormente que faria - ou aproveitar uma oportunidade para alterar o rumo do País». Segundo as informações existentes na *Central Intelligence Agency* «era quase certo» que os «Nove» iam «instalar o seu quartel-general no Norte, declarar publicamente a sua intenção de livrar o Governo e os militares de todos os comunistas, exigir o

⁹⁹«Lisbon, 4930, August 27, 1975». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

¹⁰⁰Boaventura de Sousa Santos, *O Pulsar da Revolução...*, ob. cit. p.250

desmantelamento do Conselho da Revolução e do executivo de Gonçalves e lançar uma operação militar em direcção a Lisboa para “deitar os comunistas ao mar”». ¹⁰¹

Para Carlucci não havia dúvidas que os EUA tinham de agir de imediato, adoptando medidas extremas se necessário, para ajudar o grupo de Melo Antunes a resistir à nomeação de Vasco Gonçalves para CEMGFA. Deste modo, a 1 de Setembro enviou para Washington um telegrama muito duro advogando que, ao contrário do que havia defendido até então, o acesso de Portugal à informação classificada da NATO devia ser vedado, o que na prática significava, como o próprio confessou, a exclusão do País da Organização. Tratava-se de uma forma de pressão sobre Costa Gomes para levá-lo a afastar definitivamente o ainda Primeiro-Ministro e que tinha sido solicitada pelas próprias forças “moderadas” pois, segundo escreveu o Embaixador, «Os Nove e Mário Soares estão à espera de alguma reacção da NATO». Consequentemente, Carlucci sugeriu ao Departamento de Estado que endurecesse a sua linha de actuação: «Até à data eu tinha argumentado contra o corte do acesso de Portugal à informação classificada da NATO porque não queríamos enfraquecer Costa Gomes ou prejudicar os moderados pró-NATO dentro das Forças Armadas. Com os acontecimentos da noite de sexta-feira esse panorama mudou. O corte do acesso à informação da NATO será uma reacção, muito acutilante e compreensível, directa ao coração do problema, em vez de uma “bofetada” indirecta a todos os portugueses. (...) Se feito imediatamente, o corte será relacionado publica e especificamente com a nomeação de Gonçalves. Será também interpretado como uma repreensão a Costa Gomes que toma os assuntos da NATO pessoalmente. Ele orgulha-se do seu passado na NATO e do seu acesso a informação classificada desde a década de 1950. Ele disse-me que ia garantir pessoalmente a segurança da informação da NATO. Contudo, no passado fim-de-semana abdicou de parte das suas responsabilidades relacionadas directamente com os segredos da NATO e não pode mais fazer tal tipo de declaração».

Isto é, Carlucci preconizava pela primeira vez uma actuação de linha dura para Portugal pois, como o próprio reconheceu, a sua sugestão implicava «uma expulsão *de facto* da NATO», o que denunciava a importância atribuída pelos Estados Unidos ao facto de Vasco Gonçalves ter sido nomeado CEMGFA. ¹⁰²

¹⁰¹ «Portugal: A Step Closer to Civil War», Memorandum from Vernon A. Walter to Henry A. Kissinger, August 29, 1975, GFL, PCF, Caixa 10

¹⁰² «Lisbon, 5062, September 1, 1975». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

Mas o elemento decisivo para o resultado final do processo que conduziu à queda do “gonçalvismo” foi a reacção dura e imediata do «Grupo dos Nove», sobretudo ao nível das estruturas militares, e que culminou na vitória destes na Assembleia do MFA, realizada em Tancos, a 5 de Setembro de 1975.

Antes, porém, sucederam-se as reuniões ao nível dos três ramos das Forças Armadas com o objectivo de preparar o momento decisivo de Tancos. Assim, a 2 de Setembro, realizou-se a Assembleia dos Delegados do Exército que ficou marcada pelo choque entre o “Grupo dos Nove” e os “gonçalvistas” com clara vantagem para os primeiros que, através de Vasco Lourenço e Melo Antunes, acusaram o Primeiro-Ministro de pretender transformar Portugal numa sociedade totalitária e defenderam «um socialismo com amplas liberdades» que não fossem «só reservadas aos proletários, mas extensivas a todas as camadas da população»; Vasco Gonçalves, por seu lado, ainda reagiu atacando o «Documento dos Nove» por ser divisionista, contudo, ao perceber pelo decorrer dos trabalhos que não contava com o apoio da maioria dos elementos do Exército, decidiu abandonar a Assembleia antes do seu final. Já sem a presença deste, os “moderados” conseguiram aprovar duas moções fundamentais, a primeira recusando «aceitar Vasco Gonçalves para CEMGFA» e a segunda propondo «a não comparência dos delegados do Exército em novas Assembleias do MFA enquanto esta não fosse reestruturada».¹⁰³

No dia seguinte foi a vez de se realizar a Assembleia dos Delegados da Força Aérea que foi dominada pela discussão em torno do esclarecimento publicado na véspera por Morais e Silva, o CEMFA, que, no essencial, representava o apoio ao «Grupo dos Nove» e ao seu documento, a concordância com o afastamento do Primeiro-Ministro e a recusa à sua nomeação para CEMGFA. Os elementos presentes acabaram por aprovar a posição defendida pelo seu Chefe de Estado-Maior com apenas seis votos contra e, em simultâneo, decidiram solidarizar-se com a posição assumida na véspera pelo Exército, fazendo depender a sua comparência na Assembleia marcada para dia 5 da presença deste último.

A 3 de Setembro, reuniu-se no Alfeite a Assembleia dos Delegados da Armada e, dentro da sua linha tradicional, decidiu por larga maioria apoiar a nomeação de

¹⁰³Diniz de Almeida, *Ascensão, Apogeu e Queda do MFA...*, ob. cit., p.254; José Gomes Mota, *A Resistência...*, ob. cit., p.154. A moção que recusava a nomeação de Vasco Gonçalves para CEMGFA foi aprovada com 180 votos a favor, entre os quais o de Otelo e Carlos Fabião, 47 contra e 38 abstenções

Vasco Gonçalves para o mais alto cargo militar, bem como comparecer em Tancos independentemente da posição assumida pelos outros ramos.¹⁰⁴

Finalmente, na manhã do próprio dia 5, realizou-se uma nova Assembleia do Exército e, apesar dos esforços do ainda chefe do Governo para demover os elementos presentes das decisões tomadas na reunião anterior, esta acabou por reiterar as moções votadas três dias antes.

Estavam assim definidos os campos para o choque decisivo de Tancos. O Exército e a Força Aérea estavam contra Vasco Gonçalves; apenas a Armada o apoiava. Tudo somado, era claro que a balança de poderes se tinha alterado e os “gonçalvistas” estavam agora em minoria no seio do próprio Movimento das Forças Armadas. Nesse sentido, o «Grupo dos Nove» obteve a 5 de Setembro todos os seus objectivos primordiais, conseguindo não só impedir a nomeação do Primeiro-Ministro para CEMGFA, como forçar a reestruturação do Conselho da Revolução num sentido claramente favorável, afastando praticamente todos os apoiantes de Vasco Gonçalves naquele órgão superior do poder político-militar; além disso, obtiveram ainda o voto favorável dos presentes para a remodelação da própria Assembleia do MFA, sendo que esta não voltou mais a reunir-se, e para a extinção do Directório.

Tratou-se de um vitória expressiva do grupo “moderado” que, através das estruturas do MFA, conseguiu impor uma alteração decisiva ao nível dos órgãos de decisão político-militar. Para além do afastamento definitivo de Vasco Gonçalves, conseguiram ainda expulsar do Conselho da Revolução mais oito oficiais apoiantes deste último, como Eurico Corvacho, Ferreira de Sousa, Ferreira de Macedo, Ramiro Correia, Miguel Judas, Graça Cunha, Costa Martins e Pereira Pinto, reduzindo o peso dos “gonçalvistas” no CR a Rosa Coutinho, Martins Guerreiro e Almada Contreiras; em sentido exactamente contrário, e sintomaticamente, sete dos nove subscritores do documento elaborado por Melo Antunes passaram a integrar o Conselho, nomeadamente Franco Charais, Pizarat Correia, Vasco Lourenço, Sousa e Castro, Canto e Castro e Costa Neves, para além do próprio Melo Antunes, ficando apenas de fora Vítor Alves e Vítor Crespo: chegava definitivamente ao fim o “gonçalvismo”.

¹⁰⁴José Gomes Mota, *A Resistência...*, ob. cit., p.155

7.A cooperação entre os EUA e a Europa Ocidental

Ao mesmo tempo que, internamente, as forças militares “moderadas” intensificavam a sua ofensiva contra a aliança PCP-“gonçalvistas” e obtinham uma importante vitória ao forçar o afastamento de Vasco Gonçalves, no plano externo assistiu-se a uma crescente coordenação entre os EUA e a Europa Ocidental relativamente à transição portuguesa.

Como vimos anteriormente, a Cimeira de NATO em Bruxelas, primeiro, e a Conferência de Helsínquia, depois, tinham sido momentos aproveitados pelos aliados ocidentais para trocarem os seus respectivos pontos de vista sobre Portugal com o intuito de aproximarem as suas políticas para o País. Todavia, apesar de terem decidido manter os outros informados sobre as suas actuações, continuaram a existir divergências estratégicas que diminuiriam a capacidade de influência do Ocidente sobre o processo político português.

A partir de finais de Agosto, os membros da Aliança Atlântica empenharam-se em alcançar uma maior coordenação das suas acções através de uma série de encontros entre os seus actores diplomáticos, destacando-se neste capítulo Frank Carlucci que promoveu frequentes reuniões com os seus homólogos dos principais países europeus sedeados em Lisboa destinadas a organizar uma acção de pressão conjunta sobre Costa Gomes para o forçar a afastar Vasco Gonçalves. Este esforço foi acentuado durante o mês de Setembro, altura em que ocorreram vários encontros ao mais alto nível entre os EUA, a RFA, o Reino Unido e a França para debater a situação portuguesa, em particular, e a Europa do Sul, em geral.

A primeira dessas reuniões ocorreu no dia 5, em Nova Iorque, juntando à mesma mesa altos funcionários dos ministérios dos Negócios Estrangeiros desses quatro países para discutirem os acontecimentos em Lisboa, Roma e Madrid.

No caso específico de Portugal, os objectivos estipulados pela delegação norte-americana eram claros, consistindo em «fazer todos os possíveis, trabalhando em conjunto, para impedir o domínio do País pelos comunistas ou pelos militares radicais» e ajudar a manter Lisboa «ancorada de modo seguro ao Ocidente e à NATO»; nesse sentido, eram equacionados os três cenários mais prováveis e definidas as formas de ajuda do Ocidente ao «Grupo dos Nove» em cada um deles. A primeira hipótese considerada era a do prolongamento da «confusão» no País e da incapacidade dos lados em contenda para conseguirem «estabelecer decisivamente a sua autoridade»; neste caso, os aliados deviam: «continuar a pressionar os “moderados” para se manterem

firmes; calibrar a ajuda económica com o estabelecimento de um Governo mais moderado e mais efectivo; avisar os radicais portugueses e a União Soviética que a tomada do poder pelos comunistas não era consistente com a *détente* na Europa e com mais cooperação do Ocidente com Portugal». O segundo cenário equacionado era o da conquista do poder pelos comunistas, devendo os aliados atlânticos reagir «suspendendo a participação de Portugal na NATO e cortar os laços económicos e outros com o País». Finalmente, na hipótese de o «Grupo dos Nove» conseguir impor-se, «as potências ocidentais deviam estar prontas a aprovar um significativo programa de ajuda económica».¹⁰⁵

A 16 de Setembro os altos funcionários dos ministérios dos Negócios Estrangeiros dos quatro países ocidentais voltaram a encontrar-se nos EUA, desta vez com a presença dos Embaixadores europeus acreditados na capital norte-americana e de Frank Carlucci.

A revolução portuguesa foi o tema dominante na conversa mantida, debruçando-se os presentes sobre os assuntos considerados primordiais, como a situação política em Lisboa, a ajuda aos partidos democráticos, o auxílio aos deslocados de Angola, o apoio ao VI Governo Provisório, as linhas de acção a adoptar em caso de guerra civil no País. Carlucci iniciou o diálogo com uma exposição sobre os acontecimentos mais recentes, sobretudo a formação do novo executivo que representava a transição de «uma coligação entre os comunistas e os militares radicais» para uma «coligação entre os socialistas e os militares anti-comunistas», ficando o PCP «na oposição», com um lugar de «observador»; assim, para ele, a evolução da situação portuguesa era claramente positiva, com as forças que se opunham ao partido de Álvaro Cunhal a «ganharem posições em várias áreas», como por exemplo através do fecho da 5ª Divisão, da vitória nas eleições para os sindicatos e ainda garantido a aprovação do programa do Governo de Pinheiro de Azevedo que defendia «o pluralismo na política e nos Media».

Face a estes desenvolvimentos favoráveis, os Estados Unidos, o Reino Unido, a RFA e a França mostravam-se dispostos a ajudar economicamente o VI Governo Provisório, ainda que aquele tivesse que «dar provas antes de poder receber a assistência incondicional do Ocidente». O principal motivo de dúvida neste plano residia na inclusão de um ministro comunista no gabinete chefiado por Pinheiro de

¹⁰⁵Briefing Memorandum from Helmut Sonnenfeldt to The Secretary, September 3, 1975, NA, SDR, Entry 5339, Caixa 3

Azevedo, sendo que todos os aliados atlânticos, com a excepção dos britânicos, se recusavam a aceitar esta opção, pretendendo usar a “arma económica” para pressionar os “moderados” portugueses a afastar definitivamente o PCP; já se estes últimos fossem excluídos, o quarteto estava decidido a apoiar massivamente Portugal.

A respeito do auxílio económico, pelo lado americano, Arthur Hartman recordou que a sua Administração tinha concordado desde o ano passado em conceder dois empréstimos a Lisboa, um de 15 milhões de dólares para o sector da habitação e outro de 20 milhões sob a forma de créditos, e que estava preparada para passar a uma segunda fase de assistência, através da aprovação de um programa para os deslocados de Angola, contemplando uma verba adicional de 35 milhões de dólares. Os dirigentes da RFA mostravam igual determinação em ajudar o País, tendo Van Well afirmado que Bona estava disponível para conceder apoio económico imediato, quer bilateralmente, quer no âmbito da Comunidade Europeia, devendo este ser negociado directamente com Melo Antunes «assim que ele estiver preparado»; indo mais longe, o director político do ministério dos Negócios Estrangeiros alemão defendeu que a disponibilidade para ajudar não devia ser adiada pois «era psicologicamente indesejável dizer aos portugueses que qualquer decisão de apoio ia demorar tempo», sendo muito melhor anunciar-lhes uma decisão favorável mesmo que demorasse algum tempo até que ela começasse a ser concretizada. Ainda empenhado em auxiliar Portugal estava o Reino Unido, com o seu *Deputy Under Secretary*, Alan Campbell a propor que, caso a CEE não fosse capaz de chegar a acordo sobre um programa económico de apoio a Lisboa, havia uma série de outros passos úteis que podiam ser dados, como «a assistência bilateral na questão dos deslocados de Angola, o envio de missões técnicas e declarações públicas favoráveis por parte dos ministros dos Negócios Estrangeiros e das Finanças dos países ocidentais». Só a França se apresentava reticente quanto a uma declaração imediata prometendo ajuda económica a Portugal pois, segundo o seu director político para os assuntos externos, François Laboulaye, «a Comunidade Europeia não podia tomar nenhuma decisão firme sobre apoio a Lisboa até que o Conselho Europeu se reunisse em Dezembro, altura em que deviam ter uma ideia mais nítida sobre o caminho que o País estava a seguir». Apesar da existência desta divergência, no final todos acordaram que, após a tomada de posse de Melo Antunes como ministro dos Negócios Estrangeiros, este devia reunir-se com os seus homólogos ocidentais para apresentar um plano concreto sobre a aplicação do auxílio externo ao

qual devia ser dada uma «resposta encorajadora»; entretanto, avançava a ajuda bilateral para os deslocados de Angola.

Outra questão que dominou a agenda do encontro foi a do apoio às forças partidárias democráticas, área na qual a RFA era particularmente activa. Segundo afirmou Van Well, «o SPD tinha fornecido apoio moral e material ao Partido Socialista e ia continuar a fazê-lo» e «estava a usar um canal separado para apoiar o PPD»; e acrescentou de forma especialmente relevante: «os partidos europeus estão a formar grupos transnacionais e esperam que eles apoiem os outros partidos. Claro que a Internacional Socialista está a apoiar activamente o PS e há novos grupos transnacionais de liberais e conservadores também a serem constituídos». Do lado americano, Sonnenfeldt referiu a existência de contactos entre o Departamento de Estado e Olof Palme com vista à concessão de assistência ao PS através do financiamento de «novas tipografias para a imprensa socialista», dando assim a entender que os Estados Unidos estavam disponíveis para ajudar o partido de Mário Soares, bem como as outras forças políticas “democráticas”, através dos europeus. Já os britânicos e os franceses encontravam-se nesta fase reticentes a este tipo de intervenção nos assuntos portugueses.

Uma das partes mas importantes deste encontro do quarteto em Washington foi dedicada às possíveis linhas de acção de EUA, RFA, Reino Unido e França no caso da situação portuguesa degenerar numa guerra civil. Neste ponto, havia consenso quanto ao que fazer se o conflito fosse originado por um golpe militar perpetrado pela direita ou pela esquerda contra um Governo moderado entretanto constituído: devia-se apoiar militarmente o executivo. Uma vez mais o representante alemão assumiu a dianteira ao afirmar que se devia «apoiar esse Governo, quer moralmente, quer materialmente, incluindo o fornecimento de armas»; e acrescentou que a RFA «estava preparada para fornecer assistência militar às autoridades portuguesas devidamente constituídas nas quais confiava sem inquirir sobre o destino final das armas». Igual posição tinha o Reino Unido que, segundo Alan Campbell, «estava disposto a ir muito longe na assistência às forças democráticas em Portugal no caso de um governo moderado ser ameaçado pelos comunistas». Mas se quanto a este cenário, considerado como o mais provável pelos participantes na reunião, havia consenso, já se fossem os próprios “moderados” a desencadear o golpe militar havia mais reservas sobre a atitude a tomar pelos aliados ocidentais. Desde logo, por insistência francesa, era completamente excluída a hipótese de ajuda no caso de não existir uma ameaça concreta; De Laboulaye

era muito categórico a este respeito: «o apoio do Ocidente deve estar dependente de os nossos amigos parecerem estar na defensiva, isto é não terem a iniciativa da violência. (...) Soares e Melo Antunes devem ser avisados que um golpe preventivo da sua parte não vai ser apoiado». Mas já se as forças “democráticas” agissem militarmente para eliminar um iminente golpe do PCP, todos estavam de acordo quanto ao que fazer: «ser-lhes-ia prestado auxílio militar, inclusive através do fornecimento de armas, desde que fossem capazes de controlar uma parte do território nacional e se tivessem hipóteses de sucesso».

Frank Carlucci interveio nesta parte do diálogo para explicar que a situação portuguesa podia ser de tal modo complexa que se tornasse difícil estabelecer uma distinção tão clara acerca dos vários grupos existentes no Governo pelo que devia equacionar-se o auxílio directo aos partidos políticos democráticos, inclusive através do fornecimento de armas; e, como referimos anteriormente, quando questionado em concreto pelo Embaixador do Reino Unido em Washington, Ramsbotham, se «os socialistas tinham pedido armas», Carlucci respondeu: - «sim, pediram».

Finalmente, o quarteto abordou a questão da reacção dos respectivos países no caso dos Açores declararem a sua independência. De Laboulaye afirmou a este respeito que a França seria «extremamente relutante em reconhecer a independência do arquipélago» fosse qual fosse a natureza do Governo no poder em Lisboa. Sonnenfeldt reiterou a tradicional posição de Washington que era de «neutralidade», acrescentando que «os Estados Unidos estavam a desencorajar os separatistas». Van Well sublinhou que se houvesse um executivo moderado em Portugal, Bona ia «opor-se a interferências externas nos assuntos açorianos» e ia «servir de mediador entre Portugal e os Açores».¹⁰⁶

A 24 de Setembro foi a vez dos próprios ministros dos Negócios Estrangeiros dos EUA, RFA, Reino Unido e França se encontrarem em Nova Iorque para debaterem o futuro da Europa e, uma vez mais, o caso português ocupou um lugar de destaque na agenda de trabalhos.

Logo no início da reunião, Kissinger, Genscher, Callaghan e Sauvagnargues acordaram que «iam trabalhar para manter a Comunidade Europeia e os EUA a actuar concertadamente em Portugal», especialmente nas questões consideradas prioritárias,

¹⁰⁶Memorandum of Conversation, September 16, 1975, NA, SDR, Entry 5339, Caixa 3

como a ajuda económica ao V Governo Provisório, o apoio aos partidos políticos democráticos e o separatismo açoriano.

Quanto ao primeiro assunto, todos se mostravam agora disponíveis para auxiliar o executivo português, devendo os Estados Unidos e a CEE anunciar publicamente os respectivos programas de ajuda económica antes do Conselho Europeu agendado para o Luxemburgo, a 6 de Outubro. Henry Kissinger afirmou que o seu país «estava preparado para anunciar o seu projecto de ajuda bilateral» nessa ocasião, sublinhando que «era desejável que os respectivos anúncios fossem feitos de modo tão próximo quanto possível». A RFA, por seu lado, «recomendou a inclusão dos empréstimos bilaterais» no anúncio a fazer em Outubro e recordou que tinha já aprovado «um programa de 70 milhões de marcos» para Portugal.

Já relativamente aos Açores também havia agora acordo quanto à necessidade de o Ocidente se abster de apoiar os movimentos separatistas. A este respeito merece destaque a intervenção do Secretário de Estado norte-americano que não escondeu aos seus colegas que Washington fizera «várias abordagens junto dos separatistas» e mantinha contacto com eles, mas acreditava que era «um grande erro encorajá-los».

Finalmente, quanto ao apoio aos partidos políticos, foi feito o ponto de situação das ligações existentes com as forças partidárias “democráticas”, aspecto considerado pelos quatro como «importante para ancorar o regime português ao Ocidente». Callaghan revelou que o seu país tinha fácil acesso às forças “moderadas” internas pois mantinha «contactos semanais com Soares, e através dele com [Melo] Antunes», por via do Partido Trabalhista, ao mesmo tempo que os conservadores «tinham contactos com o CDS»; já quanto ao PPD, «estava preocupado com a sua fiabilidade». Sauvagnargues notou que era «difícil ao governo francês ter contactos com os socialistas» e questionou os seus colegas: - «porque não o PPD?»; porém, revelando a existência de dúvidas por parte dos europeus relativamente ao partido de Sá Carneiro, o ministro dos Negócios Estrangeiros francês questionou se os populares democráticos não seriam «uma direita disfarçada».

Importa ainda fazer uma referência ao final do encontro, momento em que Henry Kissinger perguntou aos seus homólogos como avaliavam a actuação de Costa Gomes. E as posições expressas eram claras quanto ao facto de o Presidente português ter perdido o estatuto de homem de confiança do Ocidente. Sauvagnargues disse que Paris tinha tido durante todo o processo uma opinião favorável dele, mas que «Costa Gomes parecia ultimamente uma pessoa menos confiável»; Kissinger concordou,

recordando que ele tinha sido «eloquente em Washington sobre a sua dedicação à democracia e a sua forte oposição aos comunistas», mas que «desde então não fez nada».¹⁰⁷

Segundo a imprensa norte-americana do período um dos resultados concretos desta coordenação entre os dois lados do Atlântico revelou-se justamente ao nível do financiamento das forças partidárias que se opunham ao PCP. Assim, como já foi aflorado anteriormente, a 25 de Setembro de 1975, o *The New York Times* noticiou que, «segundo quatro fontes oficiais em Washington», na «sequência da Cimeira da NATO em Bruxelas, a 30 de Maio», os EUA decidiram auxiliar «o PS e outros partidos não comunistas», sendo «os fundos canalizados pela CIA através de partidos e sindicatos socialistas da Europa Ocidental»; de acordo com o periódico, a ajuda de Washington ascendia a «vários milhões de dólares nos últimos meses» e destinava-se a contrabalançar o apoio dado pela URSS e os seus aliados leste-europeus ao PCP desde Abril de 1974, cujo montante se estimava que variasse entre 50 a 100 milhões de dólares. Ainda segundo duas das «fontes oficiais» ouvidas pelo jornal, «os sindicatos europeus ocidentais estavam a fornecer pequenas armas e munições aos socialistas portugueses», enquanto «os comunistas tinham sido previamente armados por Moscovo».¹⁰⁸

Esta informação divulgada pelo *The New York Times* foi posteriormente confirmada pelo responsável do Departamento de Estado para Assuntos Europeus, Arthur Hartman, que não só revelou ter sido pessoalmente instruído para manter uma ligação permanente com a Europa Ocidental durante o auge da revolução portuguesa, como confessou que Washington usou os canais europeus estabelecidos para apoiar as forças “democráticas” portuguesas, sobretudo através da Internacional Socialista.¹⁰⁹ Frank Carlucci, por seu lado, destacou a articulação entre as Embaixadas dos EUA e da RFA em Lisboa e desvendou que pediu aos alemães «para fornecerem ajuda ao PS» dentro da estratégia de «envolver o máximo possível a Europa na situação portuguesa».¹¹⁰

Outro campo onde a coordenação entre os Estados Unidos e a Europa Ocidental se fez notar foi no apoio económico ao VI Governo Provisório que tomou posse a 19 de Setembro sob a chefia de Pinheiro de Azevedo e tendo por base a proporcionalidade

¹⁰⁷Memorandum of Conversation, September 24, 1975, NA, SDR, Entry 5339, Caixa 12

¹⁰⁸*The New York Times*, September 25, 1975

¹⁰⁹Entrevista a Arthur Hartman, Washington D.C, 10.3.2006

¹¹⁰Entrevista a Frank Carlucci, Washington D.C, 26.10.2003

política resultante das eleições para a Assembleia Constituinte, o que veio consagrar o princípio da legitimidade eleitoral em sobreposição ao da legitimidade revolucionária. Nesse sentido, o PS obtinha uma clara supremacia no novo executivo, com quatro ministros e o controle das importantes pastas das Finanças (Salgado Zenha), Agricultura e Pescas (Lopes Cardoso), Comércio Externo (Jorge Campinos) e ainda os Transportes e Comunicações (Walter Gomes Rosa). O PPD ficava com dois ministérios, o Comércio Interno (Magalhães Mota) e os Assuntos Sociais (Sá Borges). Já o PCP era praticamente afastado, cabendo-lhe apenas a pasta do Equipamento Social e Ambiente (Veiga de Oliveira). Quanto aos ministérios reservados aos militares, os “moderados” conseguiam clara maioria, com os Negócios Estrangeiros (Melo Antunes), a Cooperação (Vítor Crespo) a Educação e Investigação Científica (Vítor Alves), a Administração Interna (Vasco de Almeida e Costa) e o Trabalho (Tomás Rosa). Finalmente, as personalidades independentes que integravam o gabinete eram próximas dos socialistas.¹¹¹

A composição do VI Governo Provisório era claramente aceitável para os Estados Unidos, bem como para a Europa Ocidental. De acordo com a avaliação da CIA, o executivo liderado por Pinheiro de Azevedo era «dominado por militares anti-comunistas e representantes dos partidos democráticos (...) incluindo quatro socialistas, dois populares democráticos e apenas um comunista, correspondendo aproximadamente aos resultados das eleições de Abril passado». O PS era visto como o grande beneficiado e o mais que provável «responsável pela sua acção», desde logo com «altos dirigentes socialistas, como Zenha e Campinos, a ocuparem os ministérios das Finanças e do Comércio Externo», mas também «com a nomeação do anterior adjunto de Soares, Sá Machado, para o *staff* do Primeiro-Ministro». Deste modo, a Agência acreditava que o gabinete ia «concentrar os seus esforços no estabelecimento de uma política externa fortemente pró-ocidental», percepção aumentada pelo facto de o novo ministro dos Negócios Estrangeiros, Melo Antunes, «que era anteriormente conhecido por defender uma aliança com o “Terceiro Mundo”», agora «reconhecer a necessidade de fortes laços com a Europa Ocidental».¹¹²

¹¹¹Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução...*, ob. cit. pp.761-63; António José Telo, *História Contemporânea de Portugal...*, ob. cit., pp.158-63

¹¹²«European Brief», CIA, Situation Report, s.d. www.foia.cia.gov

Quadro 7

VI Governo Provisório

(19/9/75 – 23/7/76)

<i>Primeiro-Ministro</i> Pinheiro de Azevedo (Militar)	<i>Ministro da Defesa Nacional</i> Pinheiro de Azevedo (militar)
<i>Ministro dos Negócios Estrangeiros</i> Melo Antunes (Militar)	<i>Ministro da Cooperação</i> Víctor Crespo (militar)
<i>Ministro das Finanças</i> Salgado Zenha (PS)	<i>Ministro da Educação e Inv. Científica</i> Vítor Alves (militar)
<i>Ministro da Agricultura e Pescas</i> Lopes Cardoso (PS)	<i>Ministro do Trabalho</i> Tomás Rosa (militar)
<i>Ministro do Comércio Externo</i> Jorge Campinos (PS)	<i>Ministro da Justiça</i> João Pinheiro Farinha (ind.)
<i>Ministro dos Transportes e Comunicações</i> Walter Gomes Rosa (PS)	<i>Ministro da Comunicação Social</i> Almeida Santos (ind.)
<i>Ministro do Comércio Interno</i> Magalhães Mota (PPD)	<i>Ministro da Indústria e Tecnologia</i> Marques do Carmo (ind.)
<i>Ministro dos Assuntos Sociais</i> Sá Borges (PPD)	<i>Ministro da Administração Interna</i> Vasco de Almeida e Costa (militar)
<i>Ministro do Equipamento Social e Ambiente</i> Veiga de Oliveira (PCP)	

Na realidade, o Ocidente não só recebeu favoravelmente o VI Governo Provisório, como ao longo de todo o processo da sua formação procurou por diversas vias condicionar a sua composição final, destacando-se neste plano os esforços norte-americanos para afastar o PCP do executivo português.

A questão das pressões externas no âmbito do processo de constituição do gabinete liderado por Pinheiro de Azevedo foi muitas vezes suscitada por alguns protagonistas do processo revolucionário, sobretudo pelos situados mais à esquerda do panorama político português. Por exemplo, logo em Outubro de 1975, Álvaro Cunhal afirmou numa sessão de esclarecimento em Moscavide: «O imperialismo está a impor condições que são lesivas da nossa independência nacional. Conhecemos pressões de carácter diplomático e económico que foram feitas para a formação do VI Governo Provisório. Foram feitas pressões para que a solução fosse uma e não outra. (...) Na formação do VI Governo Provisório, nós, os comunistas, entre outras propostas,

fizemos a proposta de ficar um comunista como ministro das Finanças. Não foram só as forças conservadoras portuguesas que se opuseram a isso».¹¹³

Segundo os registos actualmente disponíveis, existiu de facto uma pressão norte-americana destinada a condicionar a composição final do VI Governo Provisório. Logo a 8 de Setembro, numa das habituais reuniões do seu *staff* do Departamento de Estado, Henry Kissinger deixou claro que o seu país não aceitava um executivo de coligação, ou seja, com a presença do Partido Comunista:

«Mr.Hartman: - [Carlos] Fabião, que é o chefe do Exército e supostamente um dos líderes dos moderados, está agora a falar de modo mais parecido com o do general [Otelo Saraiva de] Carvalho, dizendo que não se deve lidar com os partidos políticos, que se devem formar organizações populares de base, procurando ter assim o MFA a governar o País e sem os partidos

Secretary Kissinger: - Mas isso é contra os comunistas?

Mr.Hartman: - Não propriamente. É contra todos os partidos (...)

Secretary Kissinger: - Mas vai isso permitir ver-nos livres dos comunistas?

Mr.Hartman: - Penso que não. (...)os comunistas ainda têm a sua força e vão continuar a “jogar” com o Movimento das Forças Armadas (...)

Secretary Kissinger: - O Carlucci entende a nossa política? Ele entende que nós não alinhámos com os europeus na ideia de qualquer Governo de coligação?

Mr.Hartman: Sim, ele entende isso

Secretary Kissinger: - E apoia-a?

Mr.Hartman: - Sim, ele apoia-a

Secretary Kissinger: - Certo, mas o que é que nos estamos a dizer-lhe?

Mr.Hartman: - Estamos a dizer-lhe que esta é uma oportunidade para nos livrarmos dos comunistas

Secretary Kissinger: Pode redigir-me uma carta para o Callaghan tornando absolutamente evidente que nós somos contra um Governo de coligação e esperamos que ele deixe isso claro a Soares?»¹¹⁴

No dia seguinte, o Secretário de Estado foi ainda mais inequívoco quanto aos seus intentos, instruindo Carlucci para pressionar as autoridades portuguesas no sentido

¹¹³Álvaro Cunhal, «Intervenção na Sessão de Esclarecimento em Moscavide», 9 de Outubro de 1975, em *Documentos Políticos do Partido Comunista Português, A Crise Político Militar*, Lisboa, Avante!, 1976, p.289

¹¹⁴«The Secretary’s Principals and Regionals Directors Staff Meeting», September 8, 1975, NA, SDR, Entry 5177, Caixa 8

de as levar a afastar o PCP do VI Governo Provisório. De acordo com o telegrama enviado por Kissinger para Lisboa, o Embaixador devia «aproveitar todas as oportunidades disponíveis no seus contactos para enfatizar os riscos de qualquer coligação que desse aos comunistas um poder político significativo», contando-se entre os principais perigos «não só as liberdades política, sindical e de informação», mas também «o futuro do relacionamento de Portugal com os Estados Unidos, o Ocidente, em geral, e a NATO, em particular».¹¹⁵

Na sua resposta, Frank Carlucci deixou claro que ia «fazer todos os possíveis para excluir o PCP de qualquer Governo português», acrescentando que «tinha pedido um encontro com Soares» e ia «discutir com ele a participação dos comunistas no executivo»; porém, acrescentou que «o verdadeiro problema» não era o líder do PS, «mas Costa Gomes».¹¹⁶

Uma última prova da existência de pressões de Washington para condicionar a constituição do gabinete chefiado por Pinheiro de Azevedo pode ser encontrada no “recado” transmitido por Mário Soares ao Embaixador norte-americano em Lisboa durante a conversa ocorrida 19 de Setembro para discutir a questão do possível encontro do Senador McGovern com Álvaro Cunhal durante a visita daquele a Portugal e que foi relatada do seguinte modo por Carlucci para o Departamento de Estado: «Relembrando-nos que ele, Soares, havia sido o único político proeminente a comparecer nas celebrações do 4 de Julho na Embaixada e também de como havia cooperado tão bem com os EUA durante as negociações para a formação do Governo, questionou-nos se esta era a forma de lhe pagarmos de volta».¹¹⁷

Ainda neste âmbito deve ser entendido o facto de só após a posse oficial do novo executivo, ou seja, depois de conhecida a sua composição definitiva que traduzia praticamente o afastamento dos comunistas, os Estados Unidos e a Europa Ocidental terem finalmente feito chegar ao País uma ajuda económica substancial. Assim, a 7 de Outubro, a CEE anunciou oficialmente a concessão de um empréstimo a Portugal no valor de 187 milhões de dólares atribuído através do Banco Europeu de Investimento a uma taxa bonificada. Sintomaticamente, apenas três dias depois, o Departamento de

¹¹⁵«Outgoing Telegram, 214380, September 9, 1975». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

¹¹⁶«Lisbon, 5303, September 10, 1975». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

¹¹⁷«Lisbon, 5370, September 19, 1975». GFL, PCF, Caixa 11

Estado tornou público um pacote de auxílio ao Governo português no valor de 85 milhões de dólares.¹¹⁸

Este anúncio simultâneo foi um resultado directo da crescente cooperação entre os aliados ocidentais no contexto da transição portuguesa, decorrendo justamente de um acordo estabelecido entre Kissinger, Gensher, Callaghan e Sauvargnes no já referido encontro de 24 de Setembro. Isso mesmo foi confirmado numa nota interna de Helmut Sonnenfeldt para Arthur Hartman elaborada no dia seguinte à reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros: «os nove Estados membros da CEE esperam fazer um anúncio relativo à ajuda em Portugal em ligação com a visita de Melo Antunes a Bruxelas a 6 de Outubro. O Secretário de Estado concordou que nós vamos coordenar com eles o nosso próprio anúncio de auxílio, fazendo-o na mesma altura».¹¹⁹

8.O «Plano de Contingência» americano para a guerra civil portuguesa

O período compreendido entre a tomada de posse do VI Governo Provisório e o choque militar de 25 de Novembro de 1975 foi dominado pela escalada da crise político-militar que conduziu Portugal à beira da guerra civil.

A 6 de Novembro, o Departamento de Estado elaborou um plano de contingência destinado justamente a preparar a resposta da Administração norte-americana ao que considerava ser o mais que provável conflito militar no País, contemplando entre as várias linhas de actuação possíveis o «fornecimento de assistência militar» aos “moderados”.

O plano partia da avaliação da situação naquele momento para a previsão dos desenvolvimentos mais plausíveis. Assim, para o seu autor, «a contínua crise de autoridade do Governo português e a crescente quebra da disciplina militar» conduziam à hipótese de «um confronto generalizado» que podia ter várias origens: «uma provocação da esquerda (comunista), ou da extrema-esquerda (não comunista), ou da direita, ou dos “moderados” contra um executivo orientado mais para a esquerda, ou do próprio Governo para tentar restabelecer o seu poder».

Independentemente da sua génese, o confronto em Portugal era considerado quase inevitável, devendo assemelhar-se a «uma curta guerra civil clássica», ainda que não excluindo «contínuas tentativas de encontrar uma solução política negociada»,

¹¹⁸Lester Sobel, *Portuguese Revolution, 1974-1976*, New York, Facts on File, 1976, p.116

¹¹⁹Memorandum from Helmut Sonnenfeldt To Mr.Hartman, September 25, NA, SDR, Entry 5339, Caixa 3

consistindo sobretudo em «violência esporádica e localizada» pois, «dadas as óbvias limitações geográficas e materiais dos potenciais adversários, um estado de conflito generalizado não podia manter-se para além de algumas semanas sem o apoio do exterior».

Em seguida, o documento desenvolvia aquelas que eram consideradas como as causas possíveis da conflagração e traçava as linhas de acção que os EUA deviam adoptar para cada uma delas.

No primeiro caso -uma tentativa do PCP de derrubar o VI Governo Provisório-, considerava-se que tal era, à partida, pouco provável pois «os comunistas com um pé no executivo e outro na oposição» estavam em larga medida a «reagir a eventos e iniciativas de outros actores políticos», sendo «a sua tática manter a pressão, mas movimentar-se cautelosamente e geralmente dentro da estrutura governamental existente»; todavia, acrescentava-se que, «se a posição dos comunistas enfraquecer ainda mais, por exemplo se saírem do gabinete, ou se o readquirir da autoridade por parte do Governo ameaçar a sua posição», podiam «virar-se para greves ou outras acções com hipóteses de uma escalada até à violência duradoura». Isto é, ainda que uma tomada do poder pela força por parte do partido de Álvaro Cunhal fosse considerada pouco plausível, não era inteiramente de excluir, havendo mesmo a possibilidade desta ser «apoiada por alguns grupos da extrema-esquerda, ainda que não todos», o que precipitaria «uma confrontação armada em Lisboa», primeiro, e «a violência política no País inteiro», depois, com os «grupos de direita no exílio a serem tentados a tirar vantagens da desordem».

Muito mais provável era uma acção da extrema-esquerda, «incluindo os elementos radicais do MFA», para derrubar o Governo pois estava «a tornar-se crescentemente militante e imprevisível em reacção à tentativa do executivo de restaurar a autoridade»; além disso, ela tinha «uma força formidável em Lisboa, detendo centenas de militantes armados e fortes apoios em algumas unidades militares». No caso de uma acção de força por parte da extrema-esquerda o elemento decisivo para o seu sucesso era a posição do PCP, razão pela qual alguns grupos radicais estavam a trabalhar «de modo próximo com os comunistas» e iam «quase de certeza tentar garantir o seu apoio». A decisão final de Álvaro Cunhal ia depender «quase inteiramente da leitura da balança de forças na altura – particularmente entre os militares – e da sua capacidade de dominar qualquer Governo da extrema-esquerda», contudo, acreditava-se que «os cautelosos comunistas não iam necessariamente apoiar

uma acção da esquerda radical mesmo em resposta a um “ataque” do executivo» e, se o fizessem, «a aliança tática resultante ia ser extremamente frágil e muito provavelmente de curta duração». Mas mesmo em caso de união entre o PCP e a extrema-esquerda no objectivo de derrubar Pinheiro de Azevedo, «o sucesso não era de todo garantido»; ela ia certamente precipitar «combates na capital e arredores, envolvendo forças militares e paramilitares», provocando em caso de vitória dos radicais em Lisboa «a constituição de um Governo alternativo no Porto», com a «maioria do País, possivelmente todo o Portugal acima do Tejo, em revolta e leal ao executivo “moderado”».

Neste dois primeiros casos, a resposta dos EUA devia ser a mesma: «auxiliar o VI Governo Provisório a resistir, podendo: fornecer armas, ou dinheiro para comprar armas, e outras formas de assistência militar; conceder ajuda económica para estabilizar a posição do executivo “moderado” em qualquer parte do território que controle; assumir a liderança na tentativa de convencer os aliados ocidentais a conceder apoio económico, diplomático e, se possível, armas (se isso for desejado pelo Governo anti-comunista); avisar a União Soviética que o apoio ao movimento comunista ou de extrema-esquerda em Portugal é inconsistente com a declaração de Helsínquia e a *détente*».

Para o Departamento de Estado, o confronto podia ainda ser precipitado por uma revolta dos militares anti-comunistas contra um novo executivo mais à esquerda. Neste caso, a evolução previsível era a existência de dois Governos em simultâneo: «um, “legal”, em Lisboa e outro, rival e anti-comunista (provavelmente com o apoio da maioria dos portugueses), em qualquer parte do Norte». A concretizar-se este cenário, não havia dúvidas que iam «ser feitos pedidos imediatos de auxílio aos EUA (armas, munições, dinheiro, apoio moral)», bem como a «outros países da NATO», por parte do gabinete anti-comunista e que estes «deviam ser satisfeitos através dos mesmos meios mencionados anteriormente», ou seja, os previstos para o caso de uma tomada do poder pelo PCP ou a extrema-esquerda. Washington devia ainda «reconhecer» o Governo anti-comunista sediado no Norte, embora «escolhendo o melhor momento para o fazer e, se possível, numa acção concertada com os aliados», condicionado «o apoio oficial a esse reconhecimento»; já «a ajuda clandestina não precisava de ser tão condicionada».

A última causa contemplada no plano de contingência para a guerra civil portuguesa era a tentativa por parte dos grupos de direita de tomar o poder. Todavia, «apesar da contínua deterioração da situação em Portugal aumentar esta hipótese», ela ia «quase de certeza acabar por falhar» a não ser que contasse «com um apoio

estrangeiro esmagador e, particularmente, uma forte assistência da Espanha», o que «não era muito provável». Neste caso, mesmo não havendo «objecções *a priori* a uma tomada do poder pelas forças conservadoras ou por Spínola», Washington devia «evitar qualquer identificação com este tipo de acção» pois ela «ia muito provavelmente empurrar os militares “moderados” para os “braços” da esquerda»; de resto, a Administração Ford devia mesmo estar «preparada para responder positivamente ao pedido de ajuda do VI Governo Provisório em caso de um ataque perpetrado pela direita».

A parte final do plano elaborado por Helmut Sonnenfeldt a pedido de Henry Kissinger era consagrada às medidas que os Estados Unidos deviam adoptar de imediato pois «as hipóteses de um confronto generalizado em Portugal não eram tão remotas» que se devesse «esperar até acontecer alguma coisa». Assim, recomendava-se ao governo norte-americano: «1.Estabelecer consultas com os aliados europeus e a Espanha sobre as contingências discutidas neste plano e tentar alcançar um acordo com eles sobre uma resposta concertada a cada uma das linhas de actuação indicadas. Tanto quanto possível, desejamos que eles assumam a liderança na concessão de ajuda de todo o tipo a um Governo português legítimo atacado pela esquerda. 2.Deve ser possível, de preferência após consultas com o executivo português, mas mesmo na ausência destas, examinar que assistência militar podemos dar dentro desta contingência. 3.Se os comunistas portugueses parecerem estar a movimentar-se para um desafio aberto ao Governo, podemos considerar que passos prévios devem ser adoptados junto da União Soviética para minimizar o seu apoio a tal iniciativa».¹²⁰

Na base desta engrenagem para a guerra civil em Portugal esteve uma dupla dinâmica que em rigor se iniciou imediatamente após a reunião de Tancos. De um lado, a contra-ofensiva da extrema-esquerda civil e militar, à qual se juntou tacticamente o PCP, destinada a reverter a correlação de forças resultante da Assembleia do MFA de 5 de Setembro e confirmada na composição do executivo liderado por Pinheiro de Azevedo, recorrendo para tal à tentativa de destruição da hierarquia tradicional das Forças Armadas, à desestabilização da situação político-militar e económica, ao boicote das acções do gabinete provisório e à agitação nas ruas. Do outro, acção do «Grupo dos Nove», com o apoio da maioria dos oficiais “moderados”, bem como dos mais “conservadores”, dos partidos políticos “democráticos” e de um conjunto difuso de

¹²⁰Memorandum from Helmut Sonnenfeldt for The Secretary, November 6, 1975, NA, SDR, Entry 5339, Caixa 3

forças sociais, com destaque para a Igreja Católica, que procurou não só consolidar a supremacia alcançada em Tancos, como eliminar o potencial militar dos seus adversários “radicais”, através de provocações sucessivas destinadas a forçar uma acção armada precipitada destes últimos.¹²¹

Logo a 6 de Setembro surgiram os Soldados Unidos Vencerão (SUV), uma criação da extrema-esquerda, nomeadamente do PRP/BR, mas que contou nas suas acções com o apoio do PCP, e cujo objectivo último foi traçado na Conferência de Imprensa destinada a anunciar publicamente o seu nascimento: «destruir o exército burguês, criando o braço armado dos trabalhadores».¹²² Neste sentido, os SUV realizaram grandes manifestações nas áreas onde estavam organizadas as principais regiões militares, em especial no Porto e em Lisboa, bem como na cintura industrial da capital e no Alentejo, ou seja nas zonas de penetração dos comunistas, o que denunciava a associação do partido de Álvaro Cunhal a esta organização.¹²³

De resto, por esta ocasião, o próprio Álvaro Cunhal anunciou publicamente a alteração táctica do PCP no sentido de uma aproximação à extrema-esquerda, fazendo-o no discurso proferido no comício do partido no Campo Pequeno, a 16 de Setembro, ainda que de modo cauteloso. Afirmou ele: «O movimento popular revolucionário tem cada vez mais elevado papel a desempenhar. A unidade de acção de todos aqueles que querem impedir o regresso do fascismo e defender as liberdades e as outras grandes conquistas da Revolução é um factor essencial da vitória. (...) Estamos sinceramente interessados em reforçar os laços e as formas de unidade de acção com partidos e agrupamentos de esquerda voltados para a acção revolucionária»; e concluiu, numa clara satisfação das reivindicações clássicas da esquerda radical civil e militar: «Estamos sinceramente interessados em promover, fortalecer e apoiar os organismos

¹²¹ António José Telo, *História Contemporânea de Portugal...*, ob. cit., pp.158-69

¹²² Avelino Rodrigues, Césarior Borgia, Mário Cardoso, *Abril nos Quartéis de Novembro...*, ob. cit., p.247

¹²³ Sobre a associação do Partido Comunista aos SUV, escreveu Josep Sánchez Cervelló: «É claro que o apoio do PCP aos SUV nunca foi explícito. Tratou-se de um trufo para garantir que os seus oponentes não conseguissem impor a recuperação da máquina militar sem o seu consentimento. Na realidade, o PCP primeiro lançou uma organização militar própria, a Acção Revolucionária do Exército (ARPE), para conter a sua perda de influência no seio militar depois de Tancos e quando os oficiais de carreira que lhes eram afectos foram afastados dos lugares importantes. Com a ARPE pretendia provocar o desconcerto militar e paralisar as unidades moderadas, mas quando os SUV se desenvolveram com força, fortalecidos pela extrema-esquerda não maoísta, infiltrou-se neles para controlá-los, como o prova o facto da sua rápida difusão em áreas absolutamente hegemónicas pelo PCP como Setúbal ou o Alentejo, Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa...*, ob. cit., p.248

unitários de base, como comissões de trabalhadores, comissões de moradores, comissões de vigilância e assembleias populares». ¹²⁴

A 12 de Setembro foi a vez do «Grupo dos Nove» agir e, dentro da sua linha estratégica de controlo da Região Militar Norte com vista ao estabelecimento nesse ponto do País do seu quartel-general em caso de consumação da “Comuna de Lisboa”, provocou o afastamento de Eurico Corvacho do comando da RMN, substituindo-o por Pires Veloso, utilizando como pretexto a decisão de algumas das suas principais unidades militares de se desligarem daquela região e colocarem-se sob o comando da RMC, comandada por Franco Charais. A importância desta «manobra» arquitectada por Sousa e Castro foi destacada para Washington por Frank Carlucci para quem «a substituição de Corvacho por Veloso era outro indicador da crescente força dos anti-comunistas» e um «passo positivo no esforço de restaurar a disciplina militar», sendo «apoiada pela maioria dos comandantes militares daquela região». ¹²⁵

A extrema-esquerda reagiu de imediato: desde logo, promovendo a contestação a Pires Veloso nas unidades da RMN, com destaque para o seu papel na insubordinação do CICAP e do RASP, num processo que conheceu o seu auge no início do mês de Outubro; depois procurando demonstrar a sua força através de grandes manifestações nas ruas do País, utilizando como ponta de lança os SUV. E a 21 de Setembro, com o apoio da esquerda radical e a cobertura do PCP, iniciou-se uma jornada de luta dos Deficientes das Forças Armadas que se prolongou por cerca de uma semana e compreendeu acções extremas, como a ocupação das estações de rádio, da ponte 25 de Abril, da autoestrada de acesso a Lisboa, da linha de caminho de ferro do Estoril e o cerco ao Palácio de S.Bento, seguido da tentativa de sequestro do Governo.

Na sequência desta crescente radicalização, a 27 de Setembro a UDP convocou os seus militantes para uma acção de protesto contra a execução de cinco nacionalistas bascos pelo regime de Franco, à qual se juntaram elementos “esquerdistas” estrangeiros, que culminou no assalto e destruição da Embaixada de Espanha em Lisboa, bem como dos seus consulados na capital, no Porto e em Évora. ¹²⁶ Não obstante as ordens dadas por Costa Gomes ao COPCON para que protegesse a representação diplomática espanhola, as forças deste comando operacional recusaram-

¹²⁴Álvaro Cunhal, «Discurso no Comício do PCP na Praça do Campo Pequeno», 16 de Setembro de 1975, em *Documentos Políticos do Partido Comunista Português, A Crise Político Militar*, Lisboa, Avante!, 1976, pp.211-12

¹²⁵«Lisbon, 5399, September 13, 1975». www.archives.gov/aad/series-description.jsp; José Gomes Mota, *A Resistência...*, ob. cit. pp.157-58

¹²⁶«Lisbon, 5698, September 27, 1975». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

se a obedecer ao Presidente da República, num acto que adquiriu grande repercussão interna e externa enquanto mais uma demonstração do clima de destruição da disciplina militar e da ordem pública em Portugal. Além disso, temeu-se uma reacção violenta por parte de Madrid, tendo circulado informações sobre a existência de planos para uma invasão do País por forças espanholas, mas que acabaram por não se confirmar, tendo o governo de Franco optado por uma «resposta moderada» para evitar prejudicar os avanços conseguidos em Lisboa pelo “Grupo dos Nove”.¹²⁷

Seis dias depois ocorreram novos desenvolvimentos na luta decisiva pelo controlo da Região Militar Norte com o início do chamado “caso CICAP-RASP” na sequência da decisão de Pires Veloso de encerrar o Centro de Instrução de Condutores-Auto do Porto (CICAP) por este se ter oposto à transferência de vários dos seus militares para outras unidades. A resposta dos soldados foi imediata, realizando uma manifestação nas ruas do Porto, com o apoio dos SUV, ocupando o Regimento de Artilharia da Serra do Pilar (RASP), que se solidarizou com a sua luta, e exigindo a demissão do comandante da RMN. O braço de ferro prolongou-se por mais de uma semana e estendeu-se ao campo civil, com o PPD e o PS a organizarem contra-manifestações de apoio a Pires Veloso durante as quais se verificaram confrontos violentos com elementos da extrema-esquerda.¹²⁸

Ainda no âmbito da estratégia dos «Nove» de conquistar posições no seio das Forças Armadas, “provocando” assim os seus adversários, a 9 de Outubro foi criado o Agrupamento Militar de Intervenção (AMI) nos termos da proposta apresentada ainda em Setembro por Pinheiro de Azevedo ao Conselho da Revolução onde defendia que era fundamental «prover o Governo dos indispensáveis meios para o exercício da autoridade», dada a «gravidade da presente situação político-militar»; ainda de acordo com o proposto pelo Primeiro-Ministro, o AMI ficava «na dependência directa do Presidente da República e CEMGFA», sendo «composto por tropas dos comandos, dos pára-quedistas e dos fuzileiros e ainda por alguns destacamentos de forças regulares».¹²⁹ Como sublinhou Frank Carlucci para Washigton, o AMI era «um segundo COPCON», logo destinado a diluir o poder deste comando e de Otelo Saraiva

¹²⁷ «Lisbon, 5720, September 29, 1975». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

¹²⁸ Avelino Rodrigues, Cesário Borga, Mário Cardoso, *Abril nos Quartéis de Novembro...*, ob. cit., pp.133-34

¹²⁹ Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução...*, ob.cit., p.788

de Carvalho, sendo claro que ia «assumir o papel principal na manutenção da ordem pública».¹³⁰

O AMI acabou por ter um tempo curto de vida, sendo dissolvido em Novembro a seguir aos incidentes da Rádio Renascença, porém, representou uma importante ameaça militar aos intentos revolucionários da extrema-esquerda e do PCP e, logo, contribuiu para uma ainda maior escalada da contra-ofensiva destes. Compreendendo correctamente a nova equação introduzida pela criação do Agrupamento Militar de Intervenção, no próprio dia do seu nascimento oficial, Álvaro Cunhal aproveitou uma sessão de esclarecimento em Moscavide para abrir novamente a porta aos grupos colocados à esquerda dos comunistas; afirmou ele: «Na FUR houve alguns grupos que quiseram impor uma disciplina ao próprio Partido Comunista. Isso não nos servia. Não nos servia uma situação dessas. Apesar disso não fomos nós que dissemos: não queremos a colaboração convosco. E temos relações com quase todos que neste momento estão na FUR. Estamos muito interessados em desenvolver as relações com todos eles. (...) A vitória da nossa revolução exige unidade, a cooperação estreita de forças revolucionárias, exige uma aliança larga de forças sociais e políticas interessadas nas defesas das liberdades e na defesa das conquistas da revolução, a fim de encaminhar Portugal para o socialismo. Não é o isolamento da vanguarda, neste caso do Partido Comunista, que conduzirá à vitória final da Revolução Portuguesa. Não estamos portanto voltados para o isolamento. Estamos voltados para uma política de alianças e pensamos que essa política de alianças deve ir até àquelas forças que possam estar interessadas em cooperar connosco e com outras forças revolucionárias com uma plataforma comum, na defesa do essencial no caminho para a construção deste regime democrático e na construção do socialismo de amanhã».¹³¹

Certo era que a balança de poderes político-militar estava crescentemente a oscilar a favor dos “moderados”, forçando assim os comunistas e a extrema-esquerda a intensificarem a sua luta, sob pena de verem a sua revolução irremediavelmente perdida. Nesta lógica, a partir de finais de Outubro assistiu-se à precipitação da situação em direcção ao choque militar através de uma sucessão de acontecimentos que culminou no 25 de Novembro.

¹³⁰ «Lisbon, 5698, September 27, 1975». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

¹³¹ Álvaro Cunhal, «Intervenção na Sessão de Esclarecimento em Moscavide», 9 de Outubro de 1975, em *Documentos Políticos do Partido Comunista Português, A Crise Político Militar*, Lisboa, Avante!, 1976, pp.300-2

A 21 de Outubro, realizou-se uma manifestação de apoio à comissão de trabalhadores da *Rádio Renascença* que desfilou até à Buraca, assaltou os seus emissores e colocou-a de novo em antena como porta-voz da “esquerda revolucionária”. Tratou-se de um desafio directo ao VI Governo Provisório, que seis dias antes tinha decidido selar os estúdios da RR, e que esteve na base da decisão de Pinheiro de Azevedo de ordenar aos pára-quedistas a destruição dos emissores da rádio católica, acto consensualmente considerado a causa próxima do 25 de Novembro.

Na realidade, a 7 de Novembro, 60 elementos do Batalhão Especial de Tropas Pára-quedistas, pertencentes ao AMI, destruíram com engenhos explosivos o emissor da Buraca da Rádio Renascença, desencadeando a rebelião entre os sargentos e praças utilizados na operação e a agitação generalizada naquele ramo das Forças Armadas. Logo no dia seguinte, cerca de dois mil pára-quedistas pediram para ser colocados sob as ordens do COPCON. Trinta e seis horas depois, 123 dos 124 oficiais abandonaram a Base-Escola de Tancos protestando contra «a degradação das instituições militares» e apresentaram-se no Estado-Maior da Força Aérea. A 11 de Novembro os praças e sargentos reagiram aumentando a contestação e garantindo o apoio de Otelo Saraiva de Carvalho, que lhes prometeu o fornecimento de armamento pesado. E seis dias depois, Morais e Silva decidiu passar 1200 pára-quedistas de Tancos à licença ilimitada, primeiro, e à disponibilidade, depois, precipitando assim a decisão destes em avançar para um golpe militar.¹³²

De resto, por esta ocasião, começaram a chegar a Washington informações recorrentes sobre a iminência de um golpe de Estado em Portugal. Um dia antes da operação dos pára-quedistas na *Rádio Renascença*, Kissinger informou o seu Embaixador em Lisboa que tinha recebido diversos relatórios dos serviços secretos que apontavam para movimentações por parte da direita e da esquerda com vista à execução de uma acção armada antes de 11 de Novembro, dia da proclamação da independência de Angola. Em concreto sabia-se que «elementos militares liderados pela Força Aérea estavam a preparar-se para agir contra a extrema-esquerda» e que esta última estava «a mobilizar-se activamente para prevenir ou reagir a uma acção da direita»; além disso, havia a confirmação de que «Spínola e a sua *entourage* tinham partido do Brasil para a Europa» o que, paradoxalmente, dava maior crédito à primeira possibilidade, isto é, de um golpe perpetrado pelas forças anti-comunistas.¹³³

¹³²Avelino Rodrigues, Césarior Barga, Mário Cardoso, *Abril nos Quartéis de Novembro...*, ob. cit., p.141

¹³³«Outgoing Telegram, 263032, November 6, 1975», GFL, PCF, Caixa 11

Na resposta enviada para o Departamento de Estado a 7 de Novembro, Frank Carlucci comentou que «os equilíbrios das forças políticas internas e o estado de prontidão do Governo português muito provavelmente desencorajavam quer a esquerda, quer a direita, de tentarem um golpe neste momento», porém, acrescentou: «face ao nervosismo e tensão extremos, uma acção aventureira de ambos os lados não podia ser totalmente posta de lado», ainda que estivesse condenada «a uma vida curta e ao insucesso».¹³⁴

Na lógica da radicalização definitiva da situação portuguesa, em plena contestação dos pára-quadistas iniciou-se uma greve dos trabalhadores da construção civil que culminou no dia 12 de Novembro numa grande manifestação junto ao Palácio de São Bento e no sequestro da Assembleia Constituinte e do Primeiro-Ministro. Segundo as informações recebidas na Embaixada dos EUA tratou-se de uma demonstração de força liderada pelo PCP com o objectivo de derrubar o VI Governo Provisório, dentro da estratégia comunista de aumentar a pressão sobre Pinheiro de Azevedo com vista à formação de um novo executivo provisório.¹³⁵

Efectivamente, no dia seguinte o Comité Central do partido liderado por Álvaro Cunhal emitiu uma nota pública defendendo os protestos dos trabalhadores. Contudo, condenou o sequestro da Constituinte e do Governo, deixando perceber que, embora os comunistas estivessem por detrás da organização do evento de 12 de Novembro, não o controlavam por completo, dada a acção desenvolvida pela extrema-esquerda. Dizia a nota: «O PCP saúda os valentes trabalhadores da construção civil que travam neste momento uma dura luta à escala nacional, em defesa das suas justas reivindicações. Pela sua combatividade e firmeza, a luta dos trabalhadores da construção civil insere-se na marcha do progresso que dá à classe operária um papel de vanguarda na consolidação e defesa das liberdades conquistadas com o 25 de Abril. (...) Apoiando a manifestação e a concentração de S. Bento, o PCP discorda, porém, do sequestro dos deputados da Assembleia Constituinte e do Primeiro-Ministro. O PCP (...) entende que o sequestro não é forma de luta que favoreça os trabalhadores, prestando-se, além do mais, a provocações de toda a ordem por parte dos inimigos dos trabalhadores, como a prática está a demonstrar».¹³⁶

¹³⁴«Lisbon, 722342, November 7, 1975», GFL, PCF, Caixa 11

¹³⁵«Lisbon, 6737, November 13, 1975». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

¹³⁶«Nota sobre a Greve e a Manifestação da Construção Civil», 13 de Novembro de 1975, em *Documentos Políticos do Partido Comunista Português, Documentos do Comité Central do PCP*, Lisboa, Avante!, 1976, pp.203-5

Na sequência do sequestro da Constituinte e do Governo, e perante as informações de que ia ser tentado um golpe pelo PCP e a extrema-esquerda após a manifestação agendada para o dia 16 no Terreiro do Paço, PS, PPD e CDS decidiram transferir as suas direcções e respectivos deputados para o Porto a fim de, a partir daí, lançarem o contra-ataque no caso das forças revolucionárias concretizarem a “Comuna de Lisboa”. Assim, de 14 a 17 de Novembro, os partidos políticos “democráticos” estabeleceram os seus quartéis-generais na cidade invicta sob a protecção da Região Militar Norte comandada por «um amigo bem determinado», Pires Veloso, em concertação com o “Grupo dos Nove” e com os serviços secretos ocidentais, tudo dentro do plano de transferência para o Norte dos órgãos de soberania em caso de tomada do poder na capital pelos comunistas.¹³⁷ Como contou o próprio Mário Soares a este respeito: «O PS estava concertado com os militares e alguns serviços secretos estrangeiros que sabíamos que nos apoiariam em caso de necessidade, especialmente os serviços secretos britânicos».¹³⁸

No dia previsto, realizou-se a manifestação conjunta do PCP e da extrema-esquerda no Terreiro do Paço contra o VI Governo Provisório, mas apesar da sua grande dimensão – cerca de 200 mil pessoas – não se confirmaram as informações de uma acção de força para a tomada do poder em Lisboa. De resto, nas vésperas deste acontecimento Álvaro Cunhal alertava contra «acções precipitadas» e mostrava disponibilidade para negociar, afirmando num discurso no Mercado do Povo, em Belém: «A prevenção contra as provocações exige não só vigilância contra as actividades da reacção, mas também vigilância, e particular vigilância, em relação a elementos mais impacientes, a elementos politicamente mais nervosos, a elementos que julgam que num dia podem resolver e realizar tarefas para as quais se necessita, por vezes, de um tempo mais vasto, e que com acções precipitadas, por vezes com uma acção que pretende obter a vitória num só dia, podem ser fácil presa dos provocadores que estão por trás, que os podem lançar ou animar a actos que se confundem com actos provocatórios. (...) É por isso que nós insistimos que, na situação actual, é necessário procurar e apontar uma solução política e, no entender do Partido Comunista Português, essa solução política ao nível dos órgãos de poder passa por um esforço de reunificação e de reaproximação das tendências revolucionárias do MFA, para o reforço das suas

¹³⁷Maria João Avillez, *Soares...*, ob. cit., .p.482

¹³⁸*Ibidem*

estruturas superiores, com uma representação mais forte das tendências revolucionárias no próprio Conselho da Revolução».¹³⁹

No dia anterior à manifestação no Terreiro do Paço, os «Nove» reuniram-se pela última vez antes do 25 de Novembro e decidiram agir. No encontro realizado nas Laranjeiras e que contou com a presença dos subscritores do documento elaborado por Melo Antunes, dos chamados “operacionais”, como Ramalho Eanes, Loureiro dos Santos e Tomé Pinto, do comandante do Regimento de Comandos da Amadora e de quase todos os responsáveis pelas Bases Aéreas, foi decidido reforçar a posição militar do grupo, disciplinar a actividade da Comunicação Social e afastar Otelo Saraiva de Carvalho do comando da RML, substituindo-o por Vasco Lourenço.¹⁴⁰

Estas decisões foram apresentadas a Costa Gomes que, porém, recusou aceitar a nomeação de Vasco Lourenço para o lugar até então ocupado por Otelo. Face às resistências do Presidente da República, os «Nove», em articulação com os partidos “democráticos” representados no executivo liderado por Pinheiro de Azevedo, apresentaram-lhe um verdadeiro ultimato: até que o comandante da Região Militar de Lisboa e do COPCON fosse afastado, o Governo Provisório auto-suspendia as suas funções.

Apesar do carácter invulgar da decisão, ela foi não só elogiada em Washington, como activamente apoiada. Num memorando elaborado para Kissinger a 21 de Novembro, o Secretário de Estado adjunto interino, Lowenstein, considerou-a como a única forma de «provocar Costa Gomes a assumir algum tipo de acção» e, embora resultando «mais de frustração do que de força», era «um passo na direcção certa». Face a esta avaliação, foram propostas, e aprovadas, três recomendações relativas à acção a tomar pelos EUA: «1. Instruir Carlucci para expressar o encorajamento e o forte apoio dos EUA a Pinheiro de Azevedo; 2. Instruir a Embaixada em Paris para fazer uma abordagem ao Governo francês instando-o a levar a cabo uma *démarche* em Lisboa no sentido de transmitir o apoio da França a Pinheiro de Azevedo; 3. Instruir as Embaixadas em Londres, Paris e Bona para instarem o executivo anfitrião a diligenciar no Conselho de Roma uma *démarche* italiana junto de Pinheiro de Azevedo – semelhante à nossa – em nome da Comunidade Europeia».¹⁴¹ E nesse mesmo dia, o

¹³⁹ Álvaro Cunhal, «Discurso no Festival de Outono no Mercado do Povo em Belém», 10 de Novembro de 1975, em *Documentos Políticos do Partido Comunista Português, A Crise Político Militar*, Lisboa, Avante!, 1976, pp.300-2

¹⁴⁰ José Gomes Mota, *A Resistência...*, ob. cit., pp.179-81

¹⁴¹ Action Memorandum from James C. Lowenstein to The Secretary, November 21, 1975, FOIA

Departamento de Estado enviou um telegrama para Lisboa, Paris, Londres e Roma com uma mensagem muito clara: «os EUA vão fazer tudo o que puderem para apoiar o Governo de Pinheiro de Azevedo».¹⁴²

A 20 de Novembro foi dado o passo final para o choque militar com a decisão do Conselho da Revolução de afastar Otelo Saraiva de Carvalho da RML e substituí-lo por Vasco Lourenço; como moeda de troca, extinguiu-se o AMI e propunha-se equacionar a remodelação do Governo Provisório. A partir daqui os acontecimentos sucedem-se a um ritmo vertiginoso: no dia seguinte, o COPCON reúne-se no Alto do Duque e a maioria das unidades militares presentes recusa-se a acatar as ordens do CR e solidariza-se com a luta dos pára-quedistas; menos de vinte e quatro horas depois, o Regimento de Comandos transmite a Costa Gomes que não aceita continuar integrado no COPCON e exige ficar na dependência directa do CEMGFA; em simultâneo, os 123 oficiais pára-quedistas que tinham abandonado Tancos concentram-se em Cortegaça para onde deslocam sete aviões e três helicópteros; finalmente, no dia 24, o Conselho da Revolução reiterou a sua decisão de afastar Otelo da Região Militar de Lisboa e nomear para o seu lugar Vasco Lourenço, forçando Costa Gomes a aceitá-la.

Às quatro da manhã de 25 de Novembro de 1975, a Presidência da República divulgou o seguinte comunicado: «repudiando-se as sucessivas e inadmissíveis interferências de forças político-partidárias, sindicatos e mesmo entidades civis isoladas nas decisões militares tomadas por vários escalões da hierarquia das Forças Armadas, sobretudo as que revestem formas de contestação de figuras militares, anuncia-se que Sua Exa. o Presidente da República e Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, ouvido o Conselho da Revolução, decidiu manter a nomeação do Sr. Capitão Vasco Correia Lourenço para Comandante da Região Militar de Lisboa conforme decisão da reunião de 20 de Novembro do CR».¹⁴³

9.O 25 de Novembro e o «Plano Callaghan»

O confronto militar de 25 de Novembro de 1975 permanece ainda hoje um dos momentos mais controversos da transição democrática portuguesa, sendo muito difícil elaborar respostas para os acontecimentos ocorridos à luz da documentação e dos testemunhos actualmente disponíveis. Como referiu a historiadora Maria Inácia Rezola: «(...) as opiniões dividem-se quanto a uma multiplicidade de questões, de cuja resposta

¹⁴²*Ibidem*

¹⁴³Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução...*, ob. cit., p.877

depende, em última análise, a clarificação deste “episódio”: quem deu a ordem de saída aos *paras*? Estamos perante uma tentativa de golpe de Estado ou uma acção provocada para clarificação da situação político-militar? Quantos planos militares existiram? Como explicar o comportamento de Otelo? E do PCP? Etc... O “problema” do 25 de Novembro, continua, portanto em aberto».¹⁴⁴

Procurando ordenar a multiplicidade de dados existentes, começamos por traçar o quadro dos principais factos relativamente aos quais existe actualmente algum consenso.

As movimentações militares começaram na madrugada de 25 de Novembro com a ocupação das bases aéreas de Tancos, Monte Real, Montijo e do Estado-Maior da Força Aérea pelos pára-quedistas da Base-Escola, numa reacção às decisões tomadas pelo Conselho da Revolução nessa noite, nomeadamente a substituição de Otelo Saraiva de Carvalho no comando da Região Militar de Lisboa. Às 6 horas, o RALIS tomou posições nos acessos ao Aeroporto e à auto-estrada do Norte, assim como na zona de Beirolas, enquanto, em simultâneo, tropas da EPAM ocuparam o estúdio da RTP no Lumiar e as portagens da auto-estrada do Norte e o SDCI foi posto em estado de alerta. Uma hora depois, sessenta e cinco pára-quedistas da Companhia 121, do Lumiar, ocuparam a 1ª Região Aérea de Monsanto, prendendo o seu comandante, Pinho Freire.

Apesar de detido, Pinho Freire conseguiu contactar pelo telefone Morais e Silva e a Presidência da República, activando os mecanismos de defesa previamente estudados pelo sector militar do «Grupo dos Nove» e que passavam, num primeiro momento, pela concentração dos pára-quedistas fiéis em Cortegaça. Iniciava-se assim a resposta dos “moderados”.¹⁴⁵

Às 9 horas, o Presidente da República convocou para Belém uma reunião de emergência do Conselho da Revolução com os comandos militares. Pouco depois, num acto crucial, foi emitida em seu nome uma nota oficiosa do EMGFA que confirmou os acontecimentos, considerou que a rebelião ultrapassava a mera contestação a Morais e Silva e a Pinho Freire e avisou os rebeldes de que ia ser usada a força contra eles, legitimando assim a actuação do grupo operacional liderado por Ramalho Eanes. E, entre as 14 e as 16.30 horas, Costa Gomes tomou outras três decisões fundamentais: primeiro, exigiu a presença de Otelo em Belém; depois, instalou no Palácio presidencial

¹⁴⁴*Idem*, p.878

¹⁴⁵Avelino Rodrigues, Césarior Barga, Mário Cardoso, *Abril nos Quartéis de Novembro...*, ob. cit., p.143

um posto de comando sob a sua direcção; finalmente, decretou o estado de sítio na região de Lisboa.

Em paralelo, os «Nove» estabeleceram o seu próprio posto operacional na Amadora, sob a direcção de Ramalho Eanes, ao mesmo tempo que alguns dos seus elementos, como Loureiro dos Santos e Aventino Teixeira permaneceram junto de Costa Gomes para “enquadrar” a sua actuação. A partir da Amadora são ordenadas várias operações levadas a cabo pelo Regimento de Comandos, como os ataques ao BETP, ao RPM, ao RAC, ao RALIS e à EPAM, sempre precedidas de mensagens rádio que as anunciavam em nome do Presidente da República.

Às 16.30 horas as forças sublevadas reagiram à resposta dos “moderados”, procurando captar a adesão de outras unidades militares e da população através da difusão de um comunicado onde, em nome da «defesa das classes exploradas do País» e da «recuperação do processo revolucionário», explicitavam e justificavam as suas decisões: «1 – Ocupar revolucionariamente as unidades onde a repressão fascista dos oficiais sobre os nossos camaradas os impedia de se expressarem livremente e de se porem abertamente, como é seu desejo, ao lado dos seus irmãos trabalhadores. A operação decorreu na melhor disciplina revolucionária, não havendo a lamentar qualquer incidente. 2 – Como corolário desta acção, e para que de uma vez para sempre a Força Aérea se possa colocar decidida e irrevogavelmente ao serviço da revolução socialista, demitem o chefe do Estado-Maior da Força Aérea, general graduado Morais da Silva; o comandante da Primeira Região Aérea, general graduado Pinho Freire; os conselheiros do Conselho da Revolução tenente-coronel Costa Neves e major Canto e Castro. 3 – Passam a assumir as funções de comandantes das unidades, provisoriamente, oficiais da confiança dos sargentos e soldados, até nova nomeação».¹⁴⁶

Quase em simultâneo, tropas da PM e do COPCON ocuparam a Emissora Nacional, a partir da qual fizeram apelos à revolução em nome de Otelo e do poder popular, ao mesmo tempo que Duran Clemente incitava na RTP à mobilização de massas junto dos quartéis e das estações de rádio e televisão; ainda por esta altura, o SDCI distribuía armas a civis, o Sindicato dos Operários Metalúrgicos fazia um apelo à greve e Varela Gomes tentava assumir no COPCON a direcção das operações.

¹⁴⁶Avelino Rodrigues, Césarior Barga, Mário Cardoso, *Portugal Depois de Abril...*, ob. cit., p.274

Estavam assim em curso os três eixos operacionais decisivos das forças que iniciaram o 25 de Novembro: a acção de importantes unidades militares da região de Lisboa - pára-quadistas de Tancos, RALIS, EPAM, COPCON, PM e SDCI; a tentativa de controlo dos meios de comunicação social – Emissora Nacional e RTP; os apelos à mobilização popular junto dos quartéis. Porém, para o sucesso da operação era crucial garantir efectivamente a adesão popular, bem como mobilizar os fuzileiros.

Neste plano, a acção de Costa Gomes foi uma vez mais decisiva para o resultado final do confronto militar. Primeiro, enviando Rosa Coutinho e Martins Guerreiro ao Estado-Maior da Armada e ao Alfeite com o intuito de garantir a fidelidade daquela força especial ao comando do Presidente da República. Depois, contactando com Álvaro Cunhal e a Intersindical para conseguir a desmobilização dos seus militantes, condição *sine qua non* ao não envolvimento do movimento popular organizado.

Deste modo, por volta das 19 horas a correlação de forças começou a oscilar decisivamente no sentido do «Grupo dos Nove» que garantiu a rendição das tropas que ocupavam a 1ª Região Aérea de Monsanto e a aquisição do controlo dos meios de comunicação social através da transferência para o Porto das emissões da RTP e da Emissora Nacional e o encerramento do Rádio Clube Português.

A 26 de Novembro começou a normalização da situação. Nessa madrugada, a base de Monte Real rendeu-se, os pára-quadistas abandonaram a OTA e Tancos, o Conselho da Revolução dissolveu o COPCON e a PM rendeu-se aos comandos da Amadora. Já durante a manhã, as forças “moderadas” em Lisboa foram reforçadas por tropas da RMN e da RMC que ficaram estacionadas na EPI, em Magra, ao mesmo tempo que uma coluna de carros blindados da EPC de Santarém chegava ao Depósito de Beirolas, próximo do RALIS. E ao longo do dia foi substituído o comandante dos fuzileiros do Forte de Almada, a EPAM regressou à hierarquia da RML e a base do Montijo voltou à 1ª Região Aérea.

Todavia, a situação só ficou resolvida a 27 de Novembro, após o cerco e ocupação do COPCON por forças do Regimento de Comandos e as negociações entre uma delegação de pára-quadistas da Base-Escola com Costa Gomes e Morais e Silva sobre os termos para a normalização daquela unidade.

A comprovar o sucesso dos «Nove» neste confronto militar, nos dois dias seguintes assistiu-se a um conjunto de decisões clarificadoras do novo contexto político-militar. Otelo Saraiva de Carvalho e Carlos Fabião foram afastados dos cargos de comandante-adjunto do COPCON e CEME, respectivamente, sendo o primeiro

substituído por Vasco Lourenço e o segundo por Ramalho Eanes. Souto Cruz foi nomeado CEMA, enquanto Rosa Coutinho era forçado a demitir-se de todos os seus cargos. São passados mandados de captura contra Varela Gomes e Duran Clemente e contra vários dirigentes da LUAR, PRP, MES e FSP. Finalmente, o VI Governo Provisório retomou as suas funções.¹⁴⁷

Mas se é actualmente possível traçar um quadro relativamente consensual dos principais acontecimentos, já a interpretação dos mesmos é muito mais difícil à luz da informação disponível.

Como referiu a historiadora Maria Inácia Rezola, subsistem desde logo dúvidas quanto à questão central de saber se se tratou de um golpe de Estado ou de uma acção de alcance mais limitado, sobretudo destinada a clarificar a situação político-militar. E, em qualquer caso, permanece ainda por responder se o confronto resultou de um plano previamente preparado pela extrema-esquerda, com a direcção ou simples convergência do PCP, ou se se tratou da resposta a uma provocação engendrada pelo «Grupo dos Nove» e seus aliados.¹⁴⁸

Não cabe no âmbito desta investigação procurar uma interpretação própria para o 25 de Novembro; porém importa referir que existem a este respeito duas teses principais e opostas. Uma delas pode ser exemplificada pelo testemunho de Mário Soares para quem «houve uma tentativa de golpe, animada pela esquerda militar e pelo PCP, e uma resposta ou contragolpe da parte do sector democrático, isto é, dos militares moderados, “Grupo dos Nove” e PS, liderando um amplo movimento da sociedade civil»; ainda de acordo com o líder socialista, «algures na madrugada de 25 para 26 de Novembro, Álvaro Cunhal deu ordens para que o PC se retirasse de qualquer das movimentações que ocorriam desde a tarde da véspera», ou seja, o Partido Comunista apenas recuou à última hora quando percebeu que a correlação de forças lhe era desfavorável.¹⁴⁹ Já para Álvaro Cunhal, «o 25 de Novembro não foi “a resposta”, o “contra-golpe” a um imaginário “golpe comunista” (...) mas um golpe militar contra-revolucionário, realizado por um vastíssimo e heterogéneo leque de alianças: desde fascistas e variadas forças de direita, que tinham como objectivo ilegalizar e reprimir violentamente o PCP, o movimento sindical e a esquerda militar, a democratas, que,

¹⁴⁷Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução...*, ob. cit., pp.877-85; António José Telo, *História Contemporânea de Portugal...*, ob. cit., p.169-75; Boaventura de Sousa Santos, *O Pulsar da Revolução...*, ob. cit., p.296-304; Avelino Rodrigues, Césarior Borga, Mário Cardoso, *Abril nos Quartéis de Novembro...*, ob. cit., pp.142-44

¹⁴⁸Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução...*, ob. cit., p.878

¹⁴⁹Maria João Avillez, *Soares...*, ob. cit., p.487

querendo restabelecer a hierarquia e a estabilidade militar e sendo contrários à acção revolucionária do PCP, pretendiam entretanto manter um regime democrático».¹⁵⁰

Curiosamente, a avaliação feita pelos norte-americanos aos acontecimentos do 25 de Novembro não só tendeu a desvalorizar o seu alcance, não alinhando pela tese do golpe de Estado, como reduziu a responsabilidade dos comunistas, concluindo que a acção militar era da autoria da extrema-esquerda e que não havia provas de que tivesse sido encorajada pelos comunistas.

No primeiro telegrama enviado para o Departamento de Estado às 11.33 horas da manhã de 25 de Novembro, Carlucci relatou as operações desencadeadas pelos pára-quedistas de Tancos e, embora escrevendo que naquela altura ainda não era claro se se tratava de uma «acção isolada ou coordenada para derrubar o Governo», concluiu que «a primeira hipótese era a mais provável». Ainda segundo o Embaixador, o objectivo parecia ser «forçar a demissão do CEMFA, Morais e Silva, e do Comandante da Região Aérea de Lisboa, Pinho Freire».¹⁵¹

Quatro horas mais tarde, Carlucci acrescentou que «a acção dos pára-quedistas resultou, numa primeira instância, da posição dura de Morais e Silva a quando da emergência da indisciplina a seguir à acção de destruição dos emissores da Rádio Renascença», tendo o mal-estar entre aquela força especial sido «aproveitado pelas forças da extrema-esquerda – com ou sem o apoio do PCP – para incentivar a sua revolta». A concluir, o Embaixador escreveu que «embora o motim tivesse originalmente objectivos limitados» desempenhava «um papel central na crise política portuguesa».¹⁵²

Já num relatório elaborado *à posteriori*, a CIA escreveu que «os anti-comunistas exageraram conscientemente a revolta dos pára-quedistas, respondendo como se tratasse de uma tentativa de golpe de Estado esquerdista», acrescentando que «os extremistas contaram provavelmente com a ajuda do PCP, mas não foi provado que os comunistas tenham alguma vez encorajado os golpistas a acreditar que podiam contar com o seu apoio», podendo mesmo o Partido Comunista «não ter desempenhado um papel directo» nas operações, ainda que tenha sido «o seu autor moral». E, justificando esta avaliação, a Agência concluiu: «Antes do 25 de Novembro, manifestações comandadas pelos comunistas paralisaram efectivamente o Governo e puseram fim à

¹⁵⁰ Álvaro Cunhal, *A Verdade e A Mentira...*, ob. cit., p.213

¹⁵¹ «Lisbon, 6999, November 25, 1975». FOIA

¹⁵² «Lisbon, 7015, November 25, 1975». FOIA

campanha “passo a passo” do Primeiro-Ministro Azevedo para limitar a influência da esquerda. (...) Provavelmente, os comunistas teriam preferido simplesmente manter o Governo impotente e continuar a guerra de atritos com os seus inimigos políticos».¹⁵³

Alguns trabalhos entretanto desenvolvidos fornecem-nos algumas informações relevantes para a tentativa de esclarecimento destas questões primordiais inscritas no processo do 25 de Novembro. É o caso da investigação de doutoramento do historiador Josep Sánchez Cervelló que concluiu existir um plano militar prévio elaborado pelo chamado “Directório de Esquerda Militar”, uma organização dominada por “gonçalvistas” mas em ligação à extrema-esquerda, que, embora essencialmente defensivo numa fase inicial, se transformou em ofensivo a partir do início da contestação dos pára-quedistas, visando a tomada do poder.

Segundo o autor, o “Directório” preparou até Novembro «um plano para resistir a um golpe dos moderados que previram em princípio para antes da independência de Angola para que o MPLA não pudesse tomar o poder angolano a 11 de Novembro». Este era composto por uma componente civil e outra militar, estando incluídas na primeira a FUR, o PCP, a Intersindical, a UDP e os órgãos de poder popular a quem estavam destinadas missões de distribuição de propaganda, de controlo e bloqueio das vias de comunicação e da informação e mobilização dos seus apoiantes, colocando-os em lugares antecipadamente seleccionados onde deviam aguardar por armamento e instruções, tudo sob a coordenação de «um sistema nervoso centralizado no Serviço de Detecção e Coordenação de Informações (SDCI)»; já a componente militar, preparou-se para conter uma provável acção armada por parte dos adversários contando com o apoio da maioria das unidades da RML e da Marinha, com a intervenção de núcleos das outras regiões militares, com a Comissão Nacional de Sargentos e com organizações de milicianos e de soldados.

Todavia, a partir do episódio da destruição dos emissores da *Rádio Renascença* a 7 de Novembro, o “Directório de Esquerda Militar” passou a contar com o Regimento de pára-quedistas, colocando então a hipótese de tomar o poder pela força, apoiando-se para tal em três eixos fundamentais: a armada, os pára-quedistas e o COPCON. À primeira competia neutralizar a Base Aérea de Cortegaça, onde se tinham concentrado a maior parte dos aparelhos e pilotos da Força Aérea, através de duas fragatas que sairiam do Tejo; anular a Base Aérea do Montijo, onde estavam os reactores, com recurso ao

¹⁵³«Portuguese Anti-Communists Edge Country Back Toward Centre», CIA, December 16, 1975. www.foia.cia.gov

seu bombardeamento com morteiros a partir da base dos fuzileiros de Vale de Zebro; inutilizar o Regimento de Comandos da Amadora pela acção dos fuzileiros da base do Alfeite, apoiados pela artilharia do RALIS e a participação de milícias populares. Os segundos tinham como missão tomar as bases aéreas impedindo a sua utilização pelos adversários, enquanto outros grupos de pára-quedistas em conjunto com unidades da RML adquiriam o controlo da RTP e dos acessos à capital. Finalmente, todas estas acções deviam completar-se com o apoio do COPCON.¹⁵⁴

Á luz dos dados elaborados por Josep Sánchez Cervelló a partir de diversas entrevistas realizadas com os protagonistas deste campo militar, desde 7 de Novembro de 1975 que existia por parte da “esquerda revolucionária” uma efectiva intenção de levar a cabo um golpe de Estado para a conquista do poder, contando para isso com as forças afectas à extrema-esquerda, aos “gonçalvistas” e ao PCP.

Todavia, o historiador catalão refere igualmente que entre Setembro e Outubro de 1975 o «Grupo dos Nove» traçou o seu próprio plano militar, elaborado por Ramalho Eanes e com grandes apoios nas regiões militares Norte e Centro e mesmo na de Lisboa, contado neste último caso fundamentalmente com o Regimento de Comandos. O plano de operações previa exclusivamente uma acção na RML, enquanto as restantes regiões militares ficavam em estado máximo de alerta e garantiam o controlo do seu território, dispondo ainda de forças de reserva para apoiar as unidades empenhadas na capital. A acção beligerante devia ser desenvolvida pelo Exército, com a colaboração dos corpos policiais e da Força Aérea, ficando esta última com a missão de vigiar o espaço terrestre e a costa e de bombardear os centros nevrálgicos do adversário: COPCON, RALIS, Forte de Almada, Quartel dos Fuzileiros e os navios de guerra. Em caso de derrota em Lisboa, os «Nove» previam a retirada para uma primeira linha situada no eixo Cascais-Sintra onde impediriam o avanço das forças inimigas e, no caso de não o conseguirem, deviam formar uma segunda zona defensiva, estabelecida no paralelo entre Mafra e Santarém, onde cortariam a água e a electricidade à capital, ao mesmo tempo que reforçariam as suas posições com apoios vindo do Norte. Para todas estas operações previa-se o apoio dos partidos políticos “democráticos” e de organizações de vários tipos, desde o PS até à direita, bem com o auxílio do Ocidente.¹⁵⁵

¹⁵⁴Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa...*, ob. cit., pp.252-53

¹⁵⁵*Idem*, pp.250-51

Deste modo, apesar das informações anteriores acerca da existência de um plano das “forças revolucionárias” para a tomada do poder através de um golpe de Estado, não é possível excluir a hipótese do 25 de Novembro ter sido provocado pelos militares “moderados”. De resto, na entrevista que concedeu a Maria Manuela Cruzeiro, Melo Antunes não só afirmou categoricamente que «existia de facto um plano, ou um conjunto de planos, para fazer face à situação que se vivia», como acrescentou significativamente: «(...)a nossa estratégia foi a de os ir (...) asfixiando cada vez mais, ou seja, criando-lhes sucessivas dificuldades, sabendo que a maior probabilidade (...) era que tudo resultasse numa tentativa desesperada de se libertarem e de tentarem inverter a situação, como acabou por acontecer. Nesse sentido, posso afirmar que o 25 de Novembro é este resultado complexo e progressivo em que temos uma responsabilidade fundamental».¹⁵⁶

Em rigor, não é possível esclarecer a questão se o elemento decisivo para o confronto de 25 de Novembro foi a acção previamente planeada pela “esquerda militar revolucionária” ou as provocações sucessivas do “Grupo dos Nove”. De igual modo, é ainda difícil responder a outra interrogação relevante no âmbito do 25 de Novembro, como seja o papel desempenhado pelo PCP nos acontecimentos.

De acordo com a versão de Álvaro Cunhal, os comunistas não tiveram qualquer responsabilidade no confronto militar. Para ele, «não houve golpe nem tentativa de golpe do PCP, mas a realização empenhada da orientação definida pelo Comité Central em 10 de Agosto, até ao último minuto, incluindo as indicações (...) às organizações do partido e a diligência que se seguiu junto do Presidente da República». Concretizando, Cunhal acrescentou que desde a reunião de Alhandra «a acção do PCP, embora procurando intervir na área militar de forma a impedir um maior desequilíbrio a favor da direita e da extrema-direita fascista e fascizante, desenvolveu-se tendo como objectivo central e fundamental procurar e contribuir para uma solução política da crise político-militar».¹⁵⁷

No mesmo sentido vai o testemunho de Costa Gomes segundo o qual «ao contrário do que alguns afirmam, o Partido Comunista teve uma actuação muito cordata, tudo fazendo para que os civis que rodeavam a cintura do RALIS e do Forte de Almada dispersassem pacatamente, sem forçar qualquer acção militar». O então Presidente da República contou ainda as diligências que fez no dia 25 junto do PCP e

¹⁵⁶Maria Manuela Cruzeiro, *Melo Antunes...*, ob. cit., p.257 e 296

¹⁵⁷Álvaro Cunhal, *A Verdade e A Mentira...*, ob. cit., pp.206-19

da Intersindical, sublinhando a cooperação destes: «Consegui que retirassem do Forte de Almada, em cujo redor me constou que havia milhares de operários, bem como junto do Regimento de Comandos, do RALIS e do Arsenal do Alfeite. Existia um grande perigo de que os operários entrassem nos quartéis e se armassem, o que provocaria a guerra civil. Telefonei ao PCP e à Intersindical e disse-lhes que tinham de desconvoar as concentrações e abandonar esses pontos vitais. Garanti ao PCP que não seria ilegalizado e à Intersindical que não se exerceriam represálias sobre os operários, e eles desmobilizaram».¹⁵⁸

Todavia, segundo os testemunhos de alguns antigos dirigentes do PCP, os comunistas estiveram efectivamente comprometidos com o 25 de Novembro, tendo desde logo mobilizado as suas estruturas no contexto do confronto militar como, de resto, se percebe pela versão de Costa Gomes. Por exemplo, Raimundo Narciso afirmou que não só a ordem aos pára-quedistas para a ocupação das bases teve «o aval do PCP», como o partido se associou às acções militares subsequentes, mobilizando os seus militantes e até armas. Segundo a sua versão, o próprio se deslocou na tarde de 25 de Novembro ao RALIS para «ir buscar alguns milhares de armas aos depósitos que eles controlavam e que estavam sob o seu comando» com o objectivo último de «distribuir essas armas a alguns milhares de trabalhadores que estavam concentrados em empresas da cintura industrial de Lisboa e que seriam eventualmente enquadrados por duas centenas de ex-oficiais milicianos que estavam no Vitória e em outras sedes do partido».¹⁵⁹

No mesmo sentido vai o testemunho de Zita Seabra a partir da sua experiência como ex-dirigente da União de Estudantes Comunistas (UEC). Começando por referir que desde o Verão os militantes afectos à organização por si liderada ficavam «dias e noites nas casas de espera, aguardando ordens e recebendo armas para defender a revolução», acrescentou que a 24 de Novembro os estudantes da UEC foram colocados «nas casas previstas», aguardando ordens. E concluiu de forma significativa: «A organização aguardava (...) nos pontos previstos e em frente à sede do PCP juntou-se uma multidão de militantes. Quando chegaram as notícias da viragem dos pára-quedistas, e do avanço dos comandos de Jaime Neves, eu temi o pior. Chamaram-me para receber uma informação e mandaram desmobilizar tudo e todos imediatamente,

¹⁵⁸Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes...*, ob. cit., pp.360-61; Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa...*, ob. cit., p.258

¹⁵⁹Cit. em *Idem*, p.890. O Vitória era o centro de trabalho do PCP na Avenida de Liberdade, em Lisboa

confirmando que os pára-quedistas tinham virado, que tinham passado para o outro lado, que os Comandos estavam na rua e que só a Marinha se mantinha fiel à revolução».¹⁶⁰

Mas se é um facto que o PCP mobilizou as suas forças civis é igualmente uma realidade que as unidades militares mais próximas dos comunistas não aderiram ao golpe, sendo neste campo de destacar o comportamento dos fuzileiros. Afirmou a este respeito Melo Antunes: «(...)a verdade é que durante o 25 de Novembro ainda houve unidades militares que hesitaram no caminho a seguir, unidades essas muito claramente próximas da área do PC, nomeadamente os fuzileiros. E a posição que eles assumiram por intermédio de alguns dos seus oficiais, mas sobretudo devido à acção de militares gonçalvistas ainda na área do poder (é o caso do almirante Rosa Coutinho e do comandante Martins Guerreiro) foi no sentido de não saírem (o que teria complicado extremamente a coisas) E, de facto, compreenderam perfeitamente qual era a situação, qual a relação de forças».¹⁶¹

Um elemento adicional, mas crucial, para entender o comportamento do Partido Comunista no 25 de Novembro reside nas negociações de Álvaro Cunhal com Costa Gomes, que como vimos foram assumidas pelo próprio, mas também com Melo Antunes. A partir da sua experiência pessoal, Zita Seabra escreveu: «Cunhal falou aos funcionários que ali estavam e disse duas coisa que gravei na memória: que teve garantias de Melo Antunes de que não ia ser preso e que o PCP não ia ser ilegalizado».¹⁶² E, de facto, o autor do «Documento dos Nove» foi no dia 26 à televisão dizer que «a participação do Partido Comunista Português na construção do socialismo» era «indispensável», que se tinha de «avançar com ele» e «procurar juntar numa mesma plataforma prática, numa mesma plataforma de acção política, prática, os principais partidos portugueses para que, com o MFA, avancem na construção do socialismo».¹⁶³

O 25 de Novembro foi essencialmente o resultado da conjugação de todos estes factores internos. Todavia, é hoje possível demonstrar que os EUA e a Europa Ocidental desempenharam um papel no contexto do confronto militar, ainda que a sua real importância não seja totalmente conhecida.

¹⁶⁰Zita Seabra, *Foi Assim...*, ob. cit., p.297 e pp.301-2

¹⁶¹Maria Manuela Cruzeiro, *Melo Antunes...*, ob. cit., pp.307-8

¹⁶²Zita Seabra, *Foi Assim...*, ob. cit., p.302

¹⁶³Avelino Rodrigues, Cesário Borga, Mário Cardoso, *Portugal depois de Abril...*, ob. cit., p.29

No próprio dia 25, Henry Kissinger reuniu-se com o seu *staff* do Departamento de Estado para debater os acontecimentos em Portugal e não escondeu o seu desejo de uma acção rápida destinada a ajudar as forças “moderadas” portuguesas, em colaboração com os principais aliados europeus, muito em especial com os ingleses que lhe tinham dito estarem preparados para enviar armas:

«The Secretary: - O que é que Carlucci está a fazer? A dar mais aulas de ciência política?

Barbour: - Na realidade não fomos hoje capazes de contactar com Melo Antunes e outros líderes-chave.

The Secretary: - Essas pessoas sabem que os apoiamos? (...) Temos de incentivar estes tipos. Falem com [Melo] Antunes. Ele deu-me o nome de um contacto seguro através do qual podemos sempre falar-lhe. Façam chegar esta mensagem a esse contacto.

Sonnenfeldt: - Para além de palavras, o que podemos fazer?

The Secretary: - Os ingleses disseram que estavam preparados para enviar armas.

Sonnenfeldt: - Mas isso não ajuda neste momento.

The Secretary: - Penso que devemos transmitir mensagens a estas pessoas – e não aulas de ciência política. Falem com Azevedo e Soares e o indivíduo do PPD. (...) Perguntem-lhes o que precisam. E falem também com os ingleses, os franceses e os alemães para ver o que estão a pensar.

Sonnenfeldt: - Os ingleses são a chave.

The Secretary: - Primeiro, quero saber se Carlucci está a actuar com segurança, ou se está a tentar um gabinete de unidade nacional? Convençam-no que eu pretendo acção. Precisamos de acção. Falem com Azevedo e Soares. E falem com Ramsbotham. E transmitam mensagens a Schmidt e Genscher».¹⁶⁴

A confirmar esta vontade de acção, logo em seguida o Secretário de Estado enviou um telegrama a Frank Carlucci com instruções para transmitir a seguinte mensagem a Pinheiro de Azevedo, Melo Antunes, Mário Soares e Sá Carneiro: «Estamos a seguir de perto a corrente crise política e queremos fazer tudo o que for possível para ajudar os moderados a resistir à esquerda». O Embaixador devia ainda pedir uma «audiência imediata» ao Primeiro-Ministro para assegurar-lhe «a simpatia e o apoio dos EUA aos esforços do seu Governo para restaurar a ordem política e económica no País» e dizer-lhe que «os Estados Unidos vão apoiar um Portugal

¹⁶⁴The Secretary's Principals and Regionals Directors Staff Meeting», November 25, 1975, NA, SDR, Entry 5177, Caixa 7

democrático», esperando que ele indique «se há alguma coisa que possam ou devam fazer para ajudar».¹⁶⁵

Na realidade, sabe-se actualmente que os Estados Unidos, conjuntamente com o Reino Unido, a RFA e a França, tinham desde Setembro de 1975 planos para apoiar os “moderados” portugueses no caso de uma tomada do poder pelo PCP em Lisboa e a subsequente deslocação para o Norte do País do quartel-general das forças anti-comunistas, inclusive através da concessão de auxílio militar a ser canalizado para Portugal pelos britânicos.

Isto mesmo foi acordado, como referimos anteriormente, durante os encontros ocorridos dois meses antes do confronto militar entre os responsáveis pela política externa de Washington, Londres, Bonn e Paris e reiterado no plano de contingência norte-americano elaborado a 6 de Novembro. De acordo com a estratégia então aprovada por todos os aliados, se «um Governo moderado fosse forçado a retirar para o Norte», ser-lhe-ia «prestado auxílio militar, inclusive através do fornecimento de armas, desde que fosse capaz de controlar uma parte do território e tivesse hipóteses de sucesso».¹⁶⁶

Referindo-se a esta dimensão fundamental do papel do Ocidente no contexto do 25 de Novembro, Mário Soares revelou a existência do que ficou conhecido por «Plano Callaghan». Contou ele ao historiador Josep Sánchez Cervelló: «Pouco antes do 25 de Novembro entrevistei-me na Grã-Bretanha com Callaghan, a quem disse que ia produzir-se um golpe comunista e que era preciso contra-atacar. Os “Nove” e os que organizaram a resistência tinham medo de que não houvesse suficiente gasolina no País, nem bastantes armas. Callaghan enviou-me um oficial do serviço de espionagem britânico, que pus em contacto com os “nove”. A sua missão era estudar a maneira como nos poderia ajudar a Inglaterra nas primeiras horas, no caso do país ficar dividido ao meio. No estudo de situação, chegou-se à conclusão de que eles nos fariam chegar armas ao norte, no caso de ser necessário»¹⁶⁷

Também Rui Mateus, à época responsável pelas relações internacionais do PS, se referiu a estes contactos com James Callaghan, indo mesmo mais longe ao falar de um plano anglo-americano secreto com o envolvimento de meios logísticos do MI6 e da CIA; afirmou ele: «o chamado “Plano Callaghan” envolvia a firme decisão de

¹⁶⁵«Outgoing Telegram, 278917, November 25, 1975». FOIA

¹⁶⁶Memorandum of Conversation, September 16, 1975, NA, SDR, Entry 5339, Caixa 3

¹⁶⁷Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa...*, ob. cit., p.250

participação de meios logísticos “clandestinos” da Grã-Bretanha e dos EUA, do MI6 e da CIA, para apoiar as forças democráticas portuguesas que Mário Soares reclamava liderar. (...) No âmbito deste, depois de identificadas as forças civis e militares anticomunistas, a CIA e o MI6 no seu conjunto lançariam elas próprias uma série de operações clandestinas, ao mesmo tempo que garantiam o apoio logístico aos militares portugueses fiéis ao regime democrático. Seriam utilizados meios aéreos e marítimos para abastecimento e manutenção da resistência portuguesa na zona Norte do País e efectuados raids aéreos para imobilizar as posições comunistas na zona de Lisboa».¹⁶⁸

De resto, o próprio Callaghan escreveu no seu livro de memórias que fez «uso de todas as facilidades à disposição do Ministério dos Negócios Estrangeiros para apoiar a luta pela democracia em Portugal» e que, «conjuntamente com Mário Soares e alguns outros», elaborou «planos para a possibilidade de, no pior dos casos, vir a ocorrer uma tentativa de golpe comunista».¹⁶⁹

Ainda a respeito do plano ocidental para apoiar as forças “moderadas” sedeadas no Norte em caso de efectivação da “Comuna de Lisboa” importa referir a visita efectuada por Frank Carlucci a esta região do País na primeira semana de Novembro, tendo visitado o Porto, Braga, Viseu, Vila Real, Chaves e Viana do Castelo e contactado com as autoridades locais, nomeadamente com membros da Igreja Católica, Governadores Civis e refugiados de Angola. Questionado se a viagem se inscreveu no âmbito mais vasto do chamado “Plano Callaghan”, o Embaixador, sem nunca o confirmar, não escondeu que o objectivo último desta diligência era impedir a consumação de um golpe comunista. Afirmou Carlucci: «Uma das coisas que pensava importante era manter um contacto com as autoridades locais e no caso português era muito importante conhecer o Norte para perceber o que se estava a passar acima de Lisboa. Foi por isso que fiz uma visita ao Norte. Não é segredo que eu estava decidido a impedir um golpe comunista e pensava que o modo de o fazer era estar em contacto com as forças locais».¹⁷⁰

O certo é que a Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa previra desde o princípio do mês um golpe militar da extrema-esquerda. A este respeito, em entrevista concedida ao semanário *Expresso*, Herbert Okun revelou: «No princípio de Novembro, previmos que o golpe não esperaria pelo Natal. E acertámos: deu-se duas semanas

¹⁶⁸Rui Mateus, *Contos Proibidos, Memórias de um PS Desconhecido*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, pp.96-97

¹⁶⁹James Callaghan, *Time and Chance*, Glasgow, William Collins Son & CO., 1987, pp.360-62

¹⁷⁰Entrevista a Frank Carlucci, Washington D.C., 26.10.2004

depois, a 25 de Novembro. Pouco antes, Carlucci enviou-me a Washington, para dar conta das nossas previsões. Saí de Lisboa a 15 de Novembro, Sábado, e regressi no outro Sábado, 22. Três dias depois deu-se o motim dos pára-quedistas. Falei com Kissinger, com Walters e com toda a gente do *desk* português. Disse-lhes que iria acontecer qualquer coisa. Também aqui tivemos sorte. Foi um *feeling*, a partir da nossa análise e contactos. Evidentemente que não tínhamos fontes dentro dos sectores de extrema-esquerda».¹⁷¹

É igualmente um facto que, para além dos britânicos, os norte-americanos também ofereceram ajuda militar aos “moderados” portugueses. Isso mesmo pode ser confirmado no conteúdo do telegrama enviado por Carlucci a 5 de Dezembro para o Departamento de Estado e destinado a relatar o seu encontro nesse dia com Melo Antunes. Segundo escreveu o Embaixador, durante a conversa sobre o que teria acontecido se os comunistas tivessem mobilizado os seus militantes para as ruas, o então ministro dos Negócios Estrangeiros respondeu: «eles tiveram presente nos seus pensamentos a oferta de assistência de Kissinger». E procurando interpretar esta afirmação, Carlucci acrescentou: «Ele não elaborou isto, mas foi claro que estava a pensar na assistência militar durante o “calor” da luta».¹⁷²

Todavia, os planos de apoio do Ocidente às forças que se opunham ao PCP e à extrema-esquerda em Portugal nunca chegaram a concretizar-se dada celeridade com que as primeiras dominaram os acontecimentos no 25 de Novembro. De resto, os EUA, bem como a Europa Ocidental, mantiveram-se discretos durante o confronto militar, indo ao encontro dos conselhos dados pelos próprios aliados internos. No dia 26, Carlucci pediu ao Departamento de Estado para «reconsiderar a sua abordagem» à luz da nova situação que estava a emergir à medida que as forças do Governo «“limpavam” os restantes focos da rebelião»; e, recomendando discrição, o Embaixador acrescentou: «A operação de ontem à noite foi uma operação portuguesa. Se nós nos associarmos às acções, isso apenas poderá enfraquecer os moderados e prejudicar os seus esforços para capitalizar com os acontecimentos. Estou muito visível, os meus movimentos são observados e em cada contacto que faço procura-se um significado oculto. Numa

¹⁷¹*Expresso*, 18 Outubro, 2003. Herbert Okun reiterou esta versão na entrevista que nos concedeu; contou ele: «Saio de Lisboa no dia 15 (sábado) de forma a avisar o Departamento de que existiria um golpe de extrema-esquerda (o Frank não podia porque estava muito vigiado) pois existiam indícios visíveis nos meios de comunicação de que tal iria acontecer. O PS tinha-os “batido” desde Julho em tudo. A Assembleia Constituinte reuniu-se em Novembro e eles tentaram dissolvê-la “fisicamente”, e, quando isso falhou, ficaram desesperados. Foi quando nós dissemos que eles iriam tentar fazer algo». Entrevista a Herbert Okun, New York, 3.3.2006

¹⁷²«Lisbon, 7272, December 5, 1975», GFL, PCF, Caixa 11

ocasião, [Pinheiro de] Azevedo disse-me em termos amigáveis que gastava um pouco do seu capital político cada vez que se encontrava comigo. (...) Soares vai concordar com o nosso propósito [de apoio ao Governo de Pinheiro de Azevedo] mas repetidas vezes nos aconselhou a mantermo-nos discretos em períodos de crise».¹⁷³

Deste modo, as únicas ajudas concretas norte-americanas aos “moderados” portugueses chegaram já depois de resolvido o confronto do 25 de Novembro e destinaram-se a ajudá-los a consolidar a posição conquistada. Na sequência do pedido feito pelo ministro do Interior, Almeida e Costa, os EUA forneceram equipamento anti-motim para as forças policiais portuguesas.

A 28 de Novembro, Calucci transmitiu para o Departamento de Estado a solicitação do Governo português: «O ministro do Administração Interna, Almeida e Costa, contactou-me ontem para pedir que assistamos o Governo português através do fornecimento de equipamento anti-motim para a polícia. Ele repetiu várias vezes que o pedido era urgente. (...) A rápida chegada do equipamento – mesmo que o envio inicial seja pequeno – será uma demonstração convincente do nosso desejo de apoiar [Pinheiro de] Azevedo e o Governo português de uma maneira concreta».¹⁷⁴

Kissinger acedeu de imediato: «Está autorizado a informar o ministro da Administração Interna que, de acordo com o seu pedido, concordámos em disponibilizar o mais depressa possível o equipamento de controlo de motins que ele pediu para a polícia».¹⁷⁵

E, na realidade, a Administração norte-americana foi muito rápida a fazer chegar a Portugal o equipamento anti-motim para a polícia. Apenas seis dias depois da solicitação de Almeida e Costa, Carlucci escreveu para Washington: «A mercadoria chegou. Correu tudo sem problemas. Muito obrigado a todos».¹⁷⁶

¹⁷³«Lisbon, 7078, November 26, 1975», GFL, PCF, Caixa 11

¹⁷⁴«Lisbon, 7090, November 28, 1975», GFL, PCF, Caixa 11

¹⁷⁵«Outgoing Telegram, 282402, November 29, 1975», GFL, PCF, Caixa 11

¹⁷⁶«Lisbon, 7231, December 4, 1975», GFL, PCF, Caixa 11